

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 744
31 de Março de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



²⁸
mar.88
GREVE

«A GERAL abriu novas perspectivas de desenvolvimento da luta dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas contra a política de direita e por uma solução democrática dos grandes problemas nacionais.»

Da Nota da Comissão Política
do CC do PCP
de 29 de Março de 1988

Clamorosa derrota do Governo

A extraordinária adesão à Greve Geral de 28 de Março, confirmando as previsões mais optimistas, constituiu uma terminante resposta de classe aos propósitos do Governo cavaquista de impor ao mundo do trabalho formas de exploração e uma legislação laboral atentatória da dignidade e dos mais elementares direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores, exarados na Constituição da República.

Pode-se desde já dizer, consiga ou não o Governo fazer passar na Assembleia da República o seu odioso pacote laboral, que o movimento operário e popular na sua expressão orgânica mais vasta, pela diversidade dos sectores sociais envolvidos na Greve Geral, pela própria força, unidade e amplitude nacional da sua arrojada iniciativa de luta, obteve já uma importante vitória política e que o Governo Cavaco Silva/PSD, inversamente, pela sua estreiteza de vistas e extremo reaccionarismo, averbou no seu passivo uma clamorosa derrota.

Cavaco Silva, recorrendo a métodos ilegais de pressão e intimidação dos trabalhadores, mostrando-se irredutível às suas sentidas reivindicações, ordenando ou inspirando aqui e ali inúteis e injustificados afloramentos de repressão e de violência contra os grevistas, vociferando ameaças de retaliação, eludindo os factos da evidente realidade da Greve Geral, impingindo a sua falsa versão dos acontecimentos a uma opinião pública, em parte, consideravelmente empenhada na Greve, deu de si uma triste mostra de falta de idoneidade e de serenidade, uma imagem de enervamento, que não o prestigia; revelou mais uma vez nesta emergência uma índole ditatorial imprópria de um estadista de um país democrático a quem foram dadas as rédeas do Governo.

Vale a pena reter do estilo do seu discurso durante a fase preparatória da Greve Geral e nas suas deambulações pelo País no próprio dia 28, com cerca de 85% do trabalho nacional paralisado, algumas referências do seu comportamento e da sua personalidade política.

Logo no anúncio da Greve Geral o Primeiro-Ministro, tecnocrata e economista, ensaiou acrobacias com números e categorias sociais de um primarismo que não lhe fica bem.

«A maioria dos 4 milhões de trabalhadores portugueses estará a trabalhar tal como o Governo, se vier a concretizar-se a Greve Geral» — disse ele. E todavia sabe que dos 4 milhões de «activos» mais de um milhão são patrões, ou militares, ou trabalhadores de conta própria, ou trabalhadores fami-

liares não remunerados; que apenas 2,8 milhões são trabalhadores por conta de outrem e que, nestes, mais de 400 000 estão desempregados, quase 100 000 têm salários em atraso, quase 500 000 estão com contratos a prazo.

E todavia sabe-se já em números ainda provisorios que mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores aderiram à greve. E para cúmulo a Greve Geral «concretizou-se»...

Mas o Primeiro-Ministro no Norte, na sua incensurável miopia, não a viu: «A Greve Geral, disse ele, passou totalmente despercebida de 80% do País, não tem nada a ver com uma Greve Geral, nem parcial, apenas parcialíssima»; «Houve adesão em algumas empresas públicas de transportes mas o Governo — pronunciou ele com ar vingativo — vai pensar também na privatização de empresas desse sector...»

E entretanto mais de «80% do País» estava sem transportes, o Primeiro-Ministro ia para visitar a EFACEC, que julgava a trabalhar, e não a visitou por estar em greve, visitou a empresa do seu amigo Salvador Caetano e não viu que apenas trabalhavam cerca de 450 operários com contratos a prazo dos 1200 da empresa — contratados a prazo dos quais alguns choravam por terem comparecido no trabalho por receio de serem despedidos, como outros de outras empresas, alguns mobilizados para os «serviços mínimos» mas ostentando nos peitos o autocolante da Greve Geral. O Primeiro-Ministro insinuou que só empresas do sector público tinham paralisado, quando se sabe e se verificou que a maioria eram do sector privado.

E não conseguiu ver só no distrito de Setúbal — que Cavaco Silva visitou na 2.ª metade do dia 28 — que em 90% de trabalhadores em regime de trabalho precário 76% fizeram greve.

O Primeiro-Ministro fez uma triste figura e como o avestruz enterrou a cabeça na areia para não ver as realidades...

E as realidades da Greve Geral deveriam fazer reflectir aqueles que manejando sectores decisivos do Poder se dispõem a provocar o desencadeamento de uma confrontação social susceptível de desestabilizar profundamente a situação do País.

O balanço preliminar da Greve Geral, aponta para a maior greve de sempre dos trabalhadores portugueses, «a mais ampla jamais realizada em Portugal» — como salienta a «Nota» de anteontem da Comissão Política do CC do PCP.

As informações verídicas que de toda a parte afluem (que pelos vistos não atravessam os tímpanos nem o campo de visão do Primeiro-Ministro) mostram que a Greve Geral colheu uma adesão

entusiástica dos trabalhadores, que os aderentes à greve assumiram com generalizada alegria as suas posições de luta, que mesmo vários inicialmente pegando ao trabalho o abandonaram durante a manhã ou após o almoço por ditames da sua consciência de classe.

Operários industriais e da construção, de todas as regiões do País e de todos os sectores profissionais, com níveis de participação variáveis mas sempre em notável força; operários agrícolas da zona da Reforma Agrária e do sector privado; pescadores do alto e artesanais de Matosinhos ao Algarve; mineiros; trabalhadores bancários, dos serviços, da Função Pública, das autarquias locais, de largas manchas do comércio, da panificação, etc. Sectores onde antes nunca se verificara uma greve aderiram agora em força à Greve Geral.

Uma nota generalizada: a grande e entusiástica participação da juventude e de forma notável nas zonas onde prolifera o trabalho infantil. Jovens minhotos de 15 anos levados sob coacção em carrinhas pelos patrões para as fábricas saíam depois delas com alegria juntando-se aos grevistas. Mais de 2000 jovens vidreiros da Marinha Grande integraram e dinamizaram a greve nas empresas vidreiras.

Mulheres trabalhadoras enquadravam-se com grande combatividade nos piquetes de greve onde exerceram enorme acção persuasiva.

Os desfiles em festa no fim da greve em carros embandeirados, esfuziantes de alegria e confiança nas Baixas de Lisboa e Porto são uma nota saliente dos sentimentos profundos dos trabalhadores na «greve mais ampla jamais realizada em Portugal».

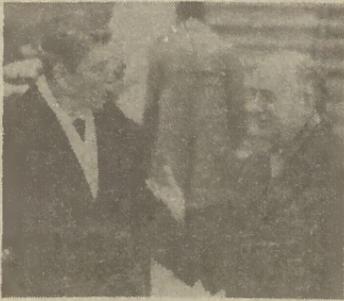
A Greve Geral de 28 constituiu uma grande acção de repúdio do pacote laboral que Cavaco insiste em impor aos trabalhadores, apesar de uma generalizada repulsa política mesmo em áreas do PSD.

Desta extraordinária Greve Geral devem tirar-se de facto as necessárias conclusões sociais e políticas. Os Cavaco Silva, Penada, Capucho e C.ª fartaram-se de classificar a Greve como operação política e até — no caso de Cavaco — como um caso de ambição pessoal (uma «carta» que se adivinha a quem é dirigida mas destinada a consumo interno), querem escamotear o facto político de que a razão fundamental da Greve Geral e da firme resposta dos trabalhadores assenta nas tentativas de imposição pelo Governo de uma legislação laboral antioperária como frente principal da ofensiva reaccionária de restauração dos monopólios e do seu poder que Cavaco Silva e o

Resumo

23 Quarta-feira

Ex-delegado em Lisboa da organização terrorista Renamo, que há duas semanas se apresentou às autoridades de Moçambique, revela em Maputo ligações da Renamo com os serviços de informação militares portugueses, confirma que o Governo português não levanta obstáculos à actividade em Lisboa da Renamo e da Unita e apresenta provas do controlo, por parte da África do Sul, sobre os grupos terroristas ■ Dirigentes associativos reunidos em Coimbra apelam à participação nas comemorações do Dia Nacional do Estudante, dia 24, e manifestam ainda o seu apoio à greve geral ■ O departamento de Estado norte-americano incita os militares do Panamá à rebelião política ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argentina apresenta protesto formal junto da administração norte-americana contra as declarações de Valladares, acusando o governo de Buenos Aires de ter feito malograr a tentativa dos EUA de fazer aprovar uma resolução condenando Cuba por pretensas violações dos direitos humanos ■ Cimeira Gorbachov-Reagan é anunciada para 29 de Maio-2 de Junho.



24 Quinta-feira

Em vésperas da greve geral, todos os sectores de actividade estão cobertos por pré-avisos de greve. Mais sete federações sindicais, duas uniões distritais, 11 sindicatos e numerosas estruturas de empresa divulgam a sua adesão à greve geral. Declarações apresentadas pelas organizações sindicais dão cobertura a sindicalizados e não sindicalizados para expressarem o seu direito de participar na greve ■ A Comissão Política do Parlamento Europeu debate a questão de Timor. Em foco o relatório da deputada holandesa sr.^a Van der Hawel, que condena a agressão da Indonésia e o verdadeiro genocídio praticado pelas tropas invasoras ■ As delegações do governo da Nicarágua e dos «contras», reunidas em Sapoia, estabelecem um acordo transitório visando cessar todas as operações militares ■ Presidentes dos seis países da Linha da Frente, reunidos em Lusaka, analisam a evolução da situação na África Austral, em particular as sistemáticas agressões da África do Sul contra Angola ■ O primeiro-ministro de Israel, Shamir, proíbe a publicação, durante uma semana, do jornal do Partido Comunista de Israel, em língua árabe, o «Al-Itihad».

25 Sexta-feira

Movimento sindical divulga Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, em

que se afirma: «decretada a greve, na devida forma, para o trabalhador aderir à mesma, basta que falte ao trabalho sem necessidade de comunicar a sua intenção à entidade patronal», uma forma de resposta às acções de intimidação sobre os trabalhadores ■ Compartes dos baldios de cinco concelhos do interior de Coimbra efectuam, em Medas, a distribuição de um documento denunciando que o Governo quer tirar baldios para os entregar às empresas de celulose ■ Conferência Islâmica, reunida em Amman, exige «a retirada total de Israel dos terri-



tórios ocupados» e sublinha «a necessidade da criação de um Estado palestino independente, sob a direcção da OLP e com Jerusalém como capital» ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Panamá declara como *persona non grata* o funcionário da embaixada dos EUA, David Miller, acusado de ingerência nos assuntos internos do Panamá.

26 Sábado



Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, denuncia «monstruosa pressão, coação e repressão» e afirma que a greve «será total e nacional». Os números divulgados pela central sindical dão conta de 205 pré-avisos, abrangendo mais de dois milhões de trabalhadores ■ Presidente da República afirma que «ninguém pode ser perseguido ou pressionado por exercer os seus direitos» ■ Movimento sindical exprime generalizado apoio à greve geral. Organizações internacionais representativas de centenas de milhões de trabalhadores solidarizam-se com a luta dos trabalhadores portugueses contra o pacote laboral ■ A Assembleia Nacional da Nicarágua reúne em sessão convocada de urgência para debater um decreto sobre a libertação de 100 prisioneiros detidos por activi-



dade contra-revolucionária. A decisão enquadra-se no acordo assinado em Sapoia ■ Os sindicatos representativos dos trabalhadores dos *ferry-boats* do Canal da Mancha decidem prosseguir a sua greve por tempo indeterminado ■ Primeiro-Ministro do Kampuchea preside à cerimónia de reabertura da Universidade de Phnom Penh, encerrada há 13 anos pelos Khmeres Vermelhos.

27 Domingo

Polícia chilena prende pelo menos 12 pessoas numa manifestação organizada pelos habitantes de um bairro operário de Santiago por ocasião do aniversário do assassinato de dois jovens, abatidos a tiro pela polícia de Pinochet ■ Deputado trabalhista, Dough Hoyle, pede a instauração de um inquérito às estranhas circunstâncias da morte do cientista Trevor Knight, o 11.º cientista britânico, trabalhando no âmbito da defesa, a morrer em circunstâncias estranhas nos últimos 5 anos (10 desde Agosto de 1986) ■ O pastor negro Jesse Jackson vence eleições preliminares democráticas do Estado do Michigan aproximando-se ainda mais de Michael Dukakis, na corrida para a escolha de candidatos presidenciais ■ Governo da Nicarágua liberta os primeiros 100 presos contra-revolucionários, no quadro do acordo de Sapoia ■ Os índios Yakimas concentram-se em Washington para chamar a atenção para os seus problemas e as injustiças de que são vítimas ■ Polícia norte-americana dispersa manifestação pacífica contra a intervenção militar dos EUA na América Central, contra a deslocação de tropas norte-americanas para as Honduras.

28 Segunda-feira



29 Terça-feira

Comissão Política do PCP saúda êxito da greve geral e assinala que ela «abriu novas perspectivas de desenvolvimento da luta dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas, contra a política de direita e por uma solução democrática dos grandes problemas nacionais» ■ Municípios, em reunião em Évora, reclamam o respeito pela Reforma Agrária, a garantia da sua existência e prosseguimento ■ Governo de Israel isola territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, para tentar abafar comemorações do «Dia da Terra» ■ Vanunu, técnico militar israelita condenado a 18 anos de prisão por ter revelado que Telaviv possui armas nucleares, apresentou recurso da sentença ao Supremo Tribunal de Israel ■ Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano (ANC) em França, Luxemburgo e Suíça, é assassinada a tiro em Paris ■ JCP denuncia constante violação dos direitos humanos na Colômbia ■ Exército filipino anuncia prisão do secretário-geral do Partido Comunista das Filipinas, Rafael Baylosis, e de Benjamin de Vera, membro do Comité Central ■ União Soviética propõe criação de uma comissão internacional de inspecção do Espaço, para garantir que nenhuma arma será colocada no Espaço.

PSD pretendem efectivar nos próximos seis meses.

E torna-se evidente que foram Cavaco Silva e o seu Governo, transitoriamente detentores da maioria parlamentar, que politicamente distorceram, pela sua deliberada política favorável à grande exploração capitalista, pela sua irredutibilidade na tentativa de imposição do pacote laboral, os que colocaram a classe operária perante o recurso à Greve Geral, que fizeram com que a Greve Geral assumisse um inevitável carácter político e acabasse de se converter numa poderosa acção de massas contra a política social do Governo.

A Greve Geral de 28 de Março foi uma potente jornada de unidade da classe operária e de amplos sectores do mundo do trabalho.

Ombreado com os comunistas estiveram muitos milhares de trabalhadores socialistas, democratas de outros partidos e tendências, até mesmo da área do Governo, filiados na totalidade dos sindicatos da CGTP-IN — que se afirmou como grande força unificadora, mobilizadora e dinamizadora da Greve Geral — conjuntamente com a quase totalidade dos sindicatos filiados na UGT e várias dezenas de outros independentes e filiados nas organizações operárias católicas.

De facto a Greve Geral de 28 de Março foi um grande passo no reforço da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, «independentemente dos sindicatos a que pertencem e da sua opção política», como é dito na «Nota» da Comissão Política do CC do PCP, contém aspectos qualitativamente novos no processo de unidade do movimento operário português susceptíveis de abrir novas e promissoras possibilidades de luta contra a política de direita.

A Greve Geral de 28 de Março é uma prova palpável do novo deslocamento de forças favorável à democracia e ao 25 de Abril. «Dá uma nova confirmação — como se diz na Nota da CP do CC — à análise do PCP feita logo após as eleições de 19 de Julho (...) comprova também a previsão do PCP (...) de que centenas de milhares de portugueses que votaram no PSD em 19 de Julho em breve se voltaram contra o Governo por virtude da política ao serviço do grande capital, de agravamento das condições de vida do povo».

A concentração convocada pela CGTP para o dia 14 na Assembleia da República, dia previsto para o início da discussão do pacote laboral, a que se propõem desde já aderir trabalhadores de sindicatos de outras filiações, não deixará de recolher os resultados vitoriosos e positivos da Greve Geral de 28.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

28 mar.88 GREVE GERAL

«... constituiu uma poderosa demonstração de que os trabalhadores estão decididamente dispostos a defender os seus interesses e direitos fundamentais.»

*Nota da Comissão Política do CC do PCP
sobre a greve geral de 28 de Março*

1. A greve geral de 28 de Março — a mais ampla jamais realizada em Portugal — constituiu uma poderosa demonstração de que os trabalhadores portugueses estão decididamente dispostos a defender os seus interesses e direitos fundamentais.

Os trabalhadores demonstraram nesta grandiosa acção que rejeitam frontalmente o «pacote laboral» que o Governo PSD de Cavaco Silva quer impor, bem como a imposição de tectos salariais, os despedimentos, a precariedade do trabalho e outros aspectos gravosos da política do Governo.

A greve geral de 28 de Março é uma prova de que os trabalhadores portugueses e o povo português em geral, com a sua luta e a sua unidade, estão em condições de defrontar com êxito a política de direita e de fazer atender as suas justas reclamações.

2. A Comissão Política do CC do PCP saúda todos os trabalhadores portugueses pela greve geral do dia 28 de Março, testemunho da sua elevada consciência de classe, da sua unidade, da sua firmeza e determinação.

A Comissão Política do

CC do PCP saúda a CGTP-IN, grande central sindical dos trabalhadores, à qual se deve no fundamental a organização e a realização desta grande luta nacional.

A Comissão Política do CC do PCP saúda todos aqueles que, independentemente dos sindicatos a que pertencem e da sua opção política, participaram activamente nesta grande jornada.

A Comissão Política saúda todos os militantes do Partido, assim como os militantes da JCP, pela sua actuação em muitos casos determinante nos seus locais de trabalho.

3. A greve geral de 28 de Março significa, sem contestação, uma clamorosa derrota do Governo PSD e do Primeiro-Ministro Cavaco Silva.

Desde a requisição civil dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, à imposição de chamados «serviços mínimos», às ameaças, às pressões, às intimidações, ao suborno, à desinformação, às violentas intervenções policiais, o Governo e o grande patronato recorreram aos mais variados meios — inconstitucionais, ilegais e arbitrários — para impedir que a greve geral tivesse lugar.

O extraordinário sucesso da greve geral dá um sério golpe no mito da força e da influência determinante do PSD e de Cavaco Silva, e na credibilidade das suas palavras e da sua política.

4. As afirmações do Primeiro-Ministro acerca da greve geral — que tinha sido «apenas parcialíssima», «tudo a funcionar», os portugueses a trabalhar «com tranquila normalidade» — ultrapassaram a mistificação e a desinformação para atingirem os foros do descaro e do ridículo, que desfere novo golpe na imagem de

Cavaco Silva que dia-a-dia mais se desacredita.

As notícias e comentários da RTP acerca da greve, em especial no telejornal das 19 e 30 horas do dia 28, constituíram um exemplo particularmente grave de manipulação e governamentalização da informação.

5. Perante a demonstração da firme e universal determinação dos trabalhadores de defenderem os seus direitos fundamentais, a desistência de fazer aprovar o «pacote laboral» é o único caminho

Consequências biológicas
e climáticas
de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

a noite
seguinte...

Direcção de Evgueni Velikhov,
vice-presidente
da Academia das Ciências da URSS

edições
Avante!

A
VENDA

Bacalhau

Segundo alguns órgãos de Comunicação Social, o sr. Primeiro-Ministro constatou que a greve geral de segunda-feira não tivera dimensão de maior devido a três elementos de informação a que tivera acesso:

1.º — O sr. Primeiro-Ministro, assomando à janela, vira um eléctrico;

2.º — Na segunda-feira, o sr. Primeiro-Ministro, sentando-se à mesa, bebera leite e comera pãezinhos moles;

3.º — Na véspera, Domingo, o sr. Primeiro-Ministro, sentando-se igualmente à mesa, comera bacalhau. Verifica-se assim que o prof. Cavaco Silva, para se pronunciar sobre acontecimentos relevantes da vida nacional, se rodeia de uma vasta documentação, copiosa informação e ponderada análise.

Vendo um eléctrico, o prof. Cavaco Silva concluiu, rigoroso, que os transportes funcionavam.

Bebendo leite, o prof. Cavaco Silva concluiu, com precisão, que a agro-pecuária estava em pleno funcionamento.

Papando pãezinhos tenros, o prof. Cavaco Silva concluiu, científico, que a panificação laborava, tal como a indústria da moagem e outras a montante e a jusante do pãozinho de Sua Excelência.

O facto de o *leader* do PSD ter ingerido bacalhau no Domingo é que já parece mais difícil de interpretar como um índice que a sua formação universitária tenha proporcionado aquelas conclusões.

Mas em relação ao resto, o processo analítico de Sua Excelência parece ser, eventualmente, polémico. Debrucemo-nos sobre a primeira aparição com que foi brindado: o eléctrico. A metodologia empregue permite explicitar muitas das conclusões que balizam o percurso teórico do proprietário da vivenda Mariani. O sr. Primeiro-Ministro vê o sr. eng. Belmiro de Azevedo e verifica que ele abichou uns milhões com as OPVs da Sonae;

conclusão, todo o país enricou com as OPVs da Sonae. O sr. Primeiro-Ministro sabe que o sr. dr. Cadilhe esteve a noite passada nos copos: conclusão, ontem o País esteve nos copos.

O sr. Primeiro-Ministro chama às 11 horas um dos seus secretários e é informado de que se encontra na casa-de-banho: conclusão, às 11 da manhã os secretários portugueses vão à casa-de-banho.

A proposição do leite é igualmente peculiar. Claro que sendo s. Exa. um homem da área da economia, pode manter ilusões sobre a actualidade da indústria agro-pecuária. Na verdade, a conclusão retirada do copo de leite matinal só se pode justificar a partir da hipótese que o prof. Cavaco Silva está convencido de que, meia hora antes da sua ingestão do lacticínio, alguém desceu ao estábulo nos subterrâneos da sua casa a fim de mungir a «Joaninha»;

subindo depois de elevador com um balde de espumoso leite. Bebendo o seu leite, o professor poderia assim concluir com rigor que a «Joaninha» se encontrava a laborar normalmente (o que, aliás, a CGTP dificilmente poderia impedir), tal como aqueles que mungem para o sr. Primeiro-Ministro (o que, aliás, não seria surpreendente).

O sr. Primeiro-Ministro deve considerar insólito o pedido «oh sr. João, era mais um pacote de leite». Pacotes, só os outros.

A questão do pãozinho mole corresponde a um percurso mental semelhante ao do eléctrico. O prof. Cavaco Silva é um cérebro de grandes generalizações: se eu como pão mole, toda a gente como pão mole.

Mas o caso de bacalhau é que dificulta qualquer enquadramento. Em primeiro lugar, é verdadeiramente misterioso como do facto de ingerir uma posta do dito com batatinhas no domingo se pode concluir seja o que for em relação a segunda-feira, excepto que, comida a posta no domingo, ela não poderá ser comida na segunda.

Mas o problema é ainda mais complexo pelo facto de se tratar, exactamente, de bacalhau. A questão é que o referido peixe, na forma como é habitualmente adquirido na nossa terra, é previamente seco e salgado. Sucede assim que as actividades prévias à bacalhauada primo-ministerial passaram-se há vários meses. Muito antes do 28 de Março, alguém, lá para a Terra Nova, pescou o bicho, seguindo-se aquelas práticas que dão origem àquela coisa alimentar que — sendo o prof. Cavaco como é desta nova era tecnológica — considerará parecida com uma guitarra eléctrica da qual se diz ser parecida com um bacalhau. A aquisição poderia igualmente ter sido feita há meses. Como actividade normal restaria portanto a cozedura e convém sublinhar que não consta que qualquer central sindical tivesse apelado no sentido de que as donas-de-casa deste País, durante a greve geral, matassem a família à fome.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Finalmente, tudo indica que estamos bem entregues. O actual Primeiro-Ministro tem da política e da vida do País uma visão próxima de uma letra de marcha popular: eléctricos, pães moles e leitinho — e uma posta de bacalhau.

Trabalhadores



28 MAR 88 GREVE GERAL NÃO AO PACOTE LABORAL CGTP INTER-SINDICAL NACIONAL

que resta ao Governo para evitar um maior agravamento do confronto social de que é inteiramente responsável.

A tentativa declarada pelo Governo de não ter em conta a vontade dos trabalhadores, tão poderosamente expressa na greve geral, e de levar por diante a aprovação na Assembleia da República do «pacote laboral» (sem ou com alterações que não alterem os seus objectivos fundamentais) continuará a encontrar pela frente a luta decidida dos trabalhadores com a renovada força e confiança que o êxito da greve geral lhes confere.

6. O extraordinário êxito da greve geral de 28 de Março, deve-se em parte decisiva à sua unidade. A greve geral constitui uma demonstração não só da força que a unidade dá aos trabalhadores, como da real possibilidade de alcançar a unidade na acção para defesa de interesses fundamentais.

Na luta que continuará, e para o seu completo sucesso, a unidade é tão necessária como o foi na greve geral.

O PCP apela para que se confirme nas lutas ulteriores a magnífica unidade alcançada em 28 de Março.

7. A continuação da luta, que teve tão elevada expressão em 28 de Março, contra o «pacote laboral» e outras decisões, medidas e planos do Governo, exige a acção simultânea nas mais variadas direcções: a continuação da luta de massas (no quadro da qual adquire particular importância a jornada marcada para 14 de Abril); a acção dos movimentos unitários de massas (designadamente da CGTP-IN e seus sindicatos); a intervenção na Assembleia da República; diligências junto do Presidente da República; procedimento contra o Governo junto dos Tribunais; e um grande esforço para o entendimento, a convergência e a unidade de to-

dos os democratas contra a política do Governo de direita.

8. A greve geral de 28 de Março dá uma nova confirmação à análise do PCP feita logo após as

eleições de 19 de Julho de 1987, segundo a qual o apoio eleitoral que o PSD e Cavaco Silva alcançaram conjuntamente nessa data foi extraordinariamente mais amplo do que o apoio social e político com que o

Governo poderia contar para a sua política.

A greve geral comprova também a previsão do PCP, feita logo após as eleições de 19 de Julho, de que centenas de milhares de portugueses que votaram PSD, em 19 de Julho, em breve se voltariam contra o Governo por virtude da sua política ao serviço do grande capital, do agravamento da exploração e das condições de vida do povo.

A base social e política de apoio ao Governo reduz-se inevitavelmente como consequência da sua própria política.

A greve geral abriu novas perspectivas de desenvolvimento da luta dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas contra a política de direita e por uma solução democrática dos grandes problemas nacionais.

29 de Março de 1988

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Nota do Secretariado do CC do PCP

3. O sucesso da grande jornada de luta de hoje traduz a completa e radical rejeição pelos trabalhadores do retrógrado e iníquo pacote laboral dos despedimentos, da insegurança no emprego, da precariedade, da injustiça e da arbitrariedade e cria novas e mais favoráveis condições para a sua derrota definitiva.

Não serão as previsíveis proclamações de intransigência e arrogância de Cavaco Silva que poderão disfarçar ou abafar esta evidência.

1. Saudando calorosamente os trabalhadores portugueses por esta sua grande vitória e pela unidade alcançada na luta, o Partido Comunista Português salienta a vital importância de prosseguir e reforçar a unidade de todos os trabalhadores, independentemente das suas filiações sindicais e opções políticas, com vista a assegurar o prosseguimento e desenvolvimento da luta contra o pacote laboral, em defesa do emprego, dos direitos de quem trabalha, das liberdades democráticas e do progresso do País.

28 de Março de 1988

O Secretariado do CC do PCP

O PCP foi o primeiro Partido a tomar posição sobre a greve geral através da seguinte nota do Secretariado do CC difundida cerca das 13 e 30:

1. Registando uma extraordinária adesão, envolvendo os mais diversos sectores da actividade económica e atingindo amplitude nacional, a Greve Geral de hoje constitui, sem margem para dúvidas, uma grande vitória dos trabalhadores portugueses e uma poderosa afirmação da força da sua unidade, vontade e determinação combativa.

2. O êxito indiscutível da Greve Geral representa uma clara derrota do Governo, de Cavaco Silva, do PSD e dos sectores mais reaccionários do patronato que, através de pressões, intimidações e múltiplos processos e medidas ilegais e antidemocráticas, tudo fizeram para desmobilizar e contrariar uma adesão massiva à Greve Geral.

Não serão as costumadas manipulações e falsificações do Governo, que comecem já a ser difundidas, que poderão alterar ou escamotear esta realidade.

Trabalhadores

Êxito indesmentível da greve geral

Novas lutas para breve O pacote não passará



Na conferência de imprensa que concederam em Lisboa, a meio da tarde da passada segunda-feira, os principais dirigentes da CGTP-IN, ao saudarem, sem excepção, todos os trabalhadores pelo inegável êxito que a greve geral constituiu, anunciaram novas lutas para breve, se os brilhantes resultados da greve geral não forem suficientes para demover o Governo de levar por diante o pacote laboral. Assim, segundo o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, foi decidido convocar concentrações para o próximo dia 14 de Abril, data prevista para a discussão do pacote na Assembleia da República. As concentrações de Lisboa e Setúbal devem dirigir-se para a AR e, a nível nacional, haverá movimentações coincidentes, tendo em vista já a preparação do 1.º de Maio que este ano deve ser comemorado na mais completa unidade. Carvalho da Silva, que fez um sucinto mas esclarecedor balanço da luta do dia 28, disse que é necessário manter e desenvolver a dinâmica de oposição activa e de protesto contra um pacote iníquo, através de acções que não excluam nenhuma forma de luta. É oportuno lembrar, como fizeram os trabalhadores da Função Pública, durante o período de mobilização, que «quem não pára, consente». E os trabalhadores, todos e não apenas os TFP, mostraram que não consentem o pacote laboral, ao aderirem numa percentagem nacional de 84,8 por cento à greve geral, como afirmaria Manuel Carvalho da Silva, na conferência de imprensa da passada segunda-feira.

A ideia geral decorrente da jornada de 28 é a de que o pacote não pode passar. O coordenador da CGTP voltou a afirmar que a legislação cavaquista deve ser «liminarmente» posta de parte. A única atitude lógica do Governo, diria Manuel Carvalho da Silva, é retirar a legislação anticonstitucional que pretende impor a sua maioria na Assembleia da República. De outro modo, o grande êxito que foi a greve geral será também a preparação para continuar a luta com firmeza e unidade na acção. Nesse sentido irá certamente o plenário nacional de sindicatos, convocado para ontem, dia 30, em Évora, sinal de apoio solidário à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Cavaco acusado de mentir

A direcção da CGTP e a generalidade do movimento sindical português acusou claramente o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, de estar a mentir, quando diz que não viu greve geral nenhuma, que o que houve foi apenas uma «parcialíssima» paralisação, que «o povo português já não se deixa enganar» e outros mimos do mesmo género, repetidos sistematicamente pela televisão e pela rádio oficial. A direcção da CGTP, bem como os sindicalistas mais responsáveis de outras correntes do movimento sindical, manifestaram a sua preocupação pela necessidade em que o chefe do Governo se viu de distorcer e mentir



São João da Madeira — A partir do meio da manhã a greve geral veio para a rua, conquistando ainda mais trabalhadores para a paralisação

descaradamente perante uma forma de luta democrática, com objectivos bem definidos e que decorreu com um civismo e um sentido das responsabilidades a todos os títulos exemplar. O Primeiro-Ministro montou um cenário que ruiu rapidamente. Ruiu na Efacec, ruiu mesmo nos transportes privados, contrariando a ameaça cavaquista de privatizar uns tantos, em Lisboa e tudo o mais onde a mentira reinou. Mas, de uma forma ou doutra, como foi bem assinalado na conferência de imprensa, é preciso travar o pacote. Para isso, há que manter e reforçar a unidade na acção, combater a política do Governo, aproveitar a dinâmica de luta criada para acabar decisivamente com a ameaça muito precisa que

constitui o pacote laboral para todos os trabalhadores sem excepção. A direcção da CGTP-IN, bem como as outras organizações que cumpriram a greve geral consideram-na «um grande êxito». Houve mesmo quem

falasse, com razão, da «greve do século» em Portugal. Se esta acção não foi suficiente para demover o Governo, cujo Primeiro-Ministro parece encarar a greve como um atentado contra o direito ao trabalho

(várias vezes o deu a entender) outra via não restará aos sindicatos senão a de continuar a luta, mantendo e reforçando a unidade na acção, onde claramente reside a força dos trabalhadores.

Solidariedade internacional

A luta dos trabalhadores portugueses contra o pacote laboral do Governo PSD/Cavaco Silva teve eco e foi compreendida muito para além das fronteiras do nosso país. Muitas organizações, representativas de centenas de milhões de trabalhadores de todos os continentes, enviaram para Portugal mensagens de solidariedade.

Segundo informações divulgadas pelo gabinete de imprensa da CGTP-IN e outras publicadas na imprensa, solidarizaram-se com a greve geral de 28 de Março a CUT (Brasil), a ONSTP (S. Tomé e Príncipe), a TUC (Grã-Bretanha), a STUC (Escócia), a OGB (Luxemburgo), as Comisiones Obreras e a UGT

(Espanha), a CTC (Cuba), a CSDL (São Marinho), a CGT, a CFTD e a LO (França), a CSN (Canadá), a MSF (África do Sul), a ESAK-A (Grécia), a AFL-CIO (EUA), a DGB (RFA), a LO (Suécia), a FNV (Holanda), a LO (Noruega), a SGB (Suíça), a Histradut (Israel), a CILSL, a UIL e a CGIL (Itália), a LO (Dinamarca), a FGTB e CSC (Bélgica), a União do Mónaco e a OGB (Áustria); ainda a Federação Sindical Mundial, a CISL e a Confederação Europeia de Sindicatos, a Confederação Mundial dos Professores e a Federação Internacional dos Sindicatos da Educação, a União Internacional dos Sindicatos das Indústrias Químicas, Petrolífera e Afins e a União Internacional dos Sindicatos dos Transportes.

Por que é que Cavaco não foi à Efacec

Cavaco Silva excedeu-se na encenação da peça «Por que não houve a greve que eu não vi». Claro que não conseguiu mais que uma farsa triste e preocupante. Mas tentou, com a ajuda da Televisão, erguer um cenário fantasista em que apareciam meia dúzia de dirigentes sindicais, a título assaz pessoal e mesmo absurdo, a quererem opor-se a uma toda-poderosa legislação, que ainda nem sequer está aprovada pela Assembleia da República, mas da qual o «encenador» não desiste. Assim aconteceu com a visita à Salvador Caetano e com a programada para a Efacec e que não chegou a efectuar-se.

Na primeira daquelas empresas do sector metalúrgico, com sedé em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, o chefe do Governo teria vislumbrado 90 por cento dos trabalhadores em actividade. Mas a realidade era bem diferente. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto apressar-se-ia, aliás, a desmentir semelhante percentagem, confirmando que dos 1200 trabalhadores da S. Caetano somente 450 estavam a trabalhar. Para o Primeiro-Ministro chegavam; chegavam para não ver a greve, nem os 200 trabalhadores que o esperavam precisamente nessa empresa para lhe manifestarem quanto desgosto lhes causa o seu pacote laboral.

À Efacec o chefe do Governo e do pacote não chegou a ir. Não foi lá porque, ao contrário do que esperava, ou assim o tinham informado (mal) a empresa estava parada.

A coordenadora nacional da greve da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP) fez saber claramente e em público que, «na sua deslocação ao Porto, Cavaco Silva anulou à última hora uma programada visita à Efacec», «ao contrário do que pensava ou do que inicialmente tinha sido informado, também os trabalhadores da Efacec paralisaram».

Que o Primeiro-Ministro não tenha querido ver a greve é lá com ele. O que já não é só com ele é a farsa triste que montou, o triste espectáculo que deu.

Quando Cavaco Silva se preparava para visitar a Efacec, a fim de não ver a greve geral, 90 por cento dos seus 1550 trabalhadores estavam em greve.

Azares que acontecem aos que têm demasiado jeito para o negócio — dos cenários fantasiosos, neste caso da greve geral nacional.



Porto — Aqui, como noutros pontos onde se deslocou para não ver a greve geral, Cavaco não teve só a recepção programada a seu gosto

Trabalhadores

Norte, Centro e Sul

Só na região do Porto aderiram 400 empresas de todos os sectores

• «Um êxito inesquecível», afirma a USP

A greve geral abrangeu todas as regiões do País. Não naturalmente com os mesmos reflexos e o mesmo alcance. Mas, de uma maneira ou de outra, a greve esteve presente, esteve presente o protesto contra o pacote laboral e a política legislativa do Governo contra os interesses constitucionais dos trabalhadores. Relevante merece a adesão no Grande Porto, Setúbal, Coimbra, Lisboa, Aveiro, e também a participação nas Regiões Autónomas, em cidades como a Guarda, Braga; no Algarve, onde foi particularmente notada a paralisação da banca, e no distrito de Évora, apesar das intimidações.

Sem possibilidade de cobrir todo o País, destaques a participação quase total dos transportes em Lisboa, como reflexos bem visíveis no resto do País, a grande adesão no Porto, onde inclusivamente se registou uma concentração e um desfile, e a participação intensa das regiões onde predomina a indústria têxtil, como Castanheira de Pera, que paralisou totalmente.

Para o carácter nacional da greve muito contribuíram os

trabalhadores das autarquias locais, que tiveram um bom índice de participação.

Adesão média de 80% na região do Porto

A União dos Sindicatos do Porto assegurava antontem, terça-feira, de acordo com os últimos dados de que dispu-

na, que «nesta região, em 400 empresas e serviços de praticamente todos os sectores de actividade e representando 62 por cento dos trabalhadores do distrito, a adesão à greve geral situou-se na média dos 80 por cento».

Depois de classificar de «êxito inesquecível» a jornada da greve geral na região, a USP diz que «o Primeiro-Ministro ou é cego ou não quer ver...»

A adesão em massa, segundo a União sindical, confirmou-se sem equívocos, na «grandiosa concentração e manifestação de trabalhadores que, na segunda-feira, decorreu desde o meio da tarde até ao princípio da noite na Praça da Liberdade na cidade do Porto».

A USP lamenta que o Primeiro-Ministro não permanecesse no Porto por mais umas horas...

O carácter provocatório da visita

A União dos Sindicatos do Porto atribui «carácter provocatório» à visita que o Primeiro-Ministro fez durante algumas horas àquela cidade. Comentando essa visita, a USP refere:

A própria visita e «a insistência, por parte de Cavaco Silva, em ignorar uma greve que a generalidade dos sectores e observadores reconhece como um êxito, inclusive a imprensa estrangeira, e que só um cego é que não vê, confirmam que o Governo está completamente isolado nesta matéria».

Para a USP, como para a generalidade do movimento sindical este Governo «optou por uma política e um estilo de governação autoritário e prepotente, desajustado do regime democrático conquistado com o 25 de Abril».

Ainda segundo a União dos Sindicatos do Porto, «é profundamente grave e esclarecedor que, depois da maior greve de sempre na história do sindicalismo português, um Primeiro-Ministro — sublinha a USP — em desespero de causa, venha dizer que não altera em nada a posição do Governo face a um pacote laboral massivamente rejeitado pelos trabalhadores e pela generalidade dos sectores sociais e políticos».

Empresas paradas a 100% nos distritos da Guarda e Vila Real

Dos 120 trabalhadores das telecomunicações do distrito da Guarda 95 fizeram greve.



Porto — A baixa portuense foi durante a greve geral o local de concentração de muitos trabalhadores; a União dos Sindicatos assegurou no local informação permanente sobre a luta

Nos Correios aderiram, na mesma cidade, 70 dos 90 trabalhadores. Na CP da Guarda os ferroviários aderiram a 100 por cento, o mesmo acontecendo com os serviços da Câmara Municipal. Em Vila Real, ao nível do distrito, houve também paralisações totais, como foi o caso da Soares de Oliveira, empresa da Régua, e nos transportes de mercadorias da mesma localidade.

No distrito de Vila Real pararam ainda a 100 por cento a Jorge Sebastião Vaz, empresa de construção civil, a Construtora de Vila Real, a EDP de Chaves, a Auto Mondinense, Cerâmica Flaviense e Fundição do Tâmega.

No sector têxtil em Braga, logo no primeiro turno, em 8230 trabalhadores e principalmente trabalhadoras, aderiram à greve 7676; uma adesão da ordem dos 93 por cento. Outras empresas do distrito paravam a 100 por cento, incluindo a Sampaio Ferreira,

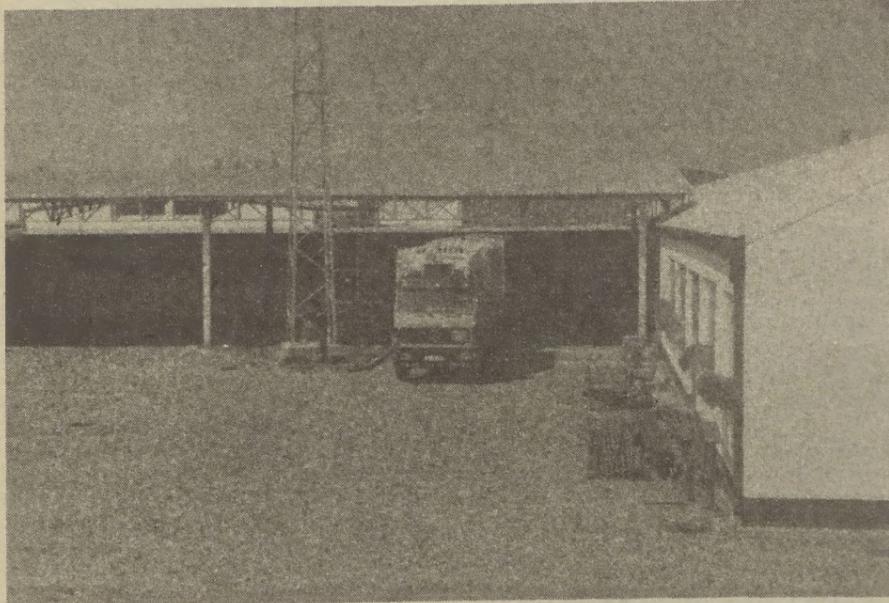
a Filda, a Lamurino, entre outras.

Em Setúbal, apesar da encenação de Cavaco Silva, as empresas do distrito registaram uma adesão à greve cuja média andou pelos 95,15 por cento a nível do distrito.

No distrito de Coimbra, a adesão foi completa nos serviços de higiene e recolha de lixo, nos transportes urbanos, na José Maria dos Santos/AVIC, na RN, na Moisés Correia de Oliveira; no sector bancário a adesão foi de 80 por cento.

No distrito de Aveiro a adesão foi surpreendente. Uma lista de paralisações fornecida pela União dos Sindicatos é impubescível pela sua enorme extensão. Pararam na prática completamente o sector do calçado, o corticeiro, o têxtil.

Os níveis de adesão provaram em todo o País a justeza da luta e das reivindicações dos trabalhadores.



Feira — A adesão total à greve de dia 28 foi, sem dúvida, um grande par de botas para o pacote de Cavaco Silva e para os patrões alemães da RHODE, a maior empresa de calçado de Portugal, com 2 mil trabalhadores

Telejornal «Um mau serviço»

Mesmo quem pairasse nas nuvens na passada segunda-feira, literalmente fora deste mundo, poucas hipóteses teria de não apanhar numa qualquer «frequência» o eco da greve geral. Não foi o que aconteceu com a RTP. Embora no ar, como sempre, aliás, «o telejornal, de forma propositada, tentou reduzir o seu impacto (o impacto da greve), através de um tratamento jornalístico deformado, claramente visto e verificado», segundo a CGTP, na cobertura da conferência de imprensa que esta Central organizou a meio da tarde de segunda-feira.

Ao manifestar publicamente «o seu mais veemente protesto» pelo que se passou com a RTP no dia 28, a CGTP-IN recorda que «a greve geral era, sem sombra de dúvidas, a notícia mais importante do dia», daquele dia.

O protesto, mais que justificado, foi transmitido ao Conselho de Comunicação Social e à Direcção de Informação da RTP, sendo sublinhado que «o telejornal prestou um mau serviço ao País e à democracia».

Lê-se no comunicado da Inter:

«O telejornal fez por esquecer que a greve geral abrangia todos os sectores de actividade, nomeadamente o sector produtivo (indústria e minas), com paralisações de quase 100 por cento, reduzindo-a apenas a uma questão de transportes, serviços e comércio — e mesmo assim não dando a sua real dimensão».

A CGTP, através da sua comissão executiva, destaca que a falta de rigor informativo por parte da RTP não serve o País.



Objectivas... ou objectivos? — A Renault (Cacia) teve no dia 28 a sua primeira greve geral, com uma adesão de 100 por cento. É um exemplo, como muitos outros por todo o país. Mas, para a RTP, a greve foi em Lisboa e só nos transportes. O resto será paisagem para as objectivas do Telejornal? Ou o problema tem a ver é com os objectivos de quem nela manda?...

28 MAR 88
GREVE GERAL
NÃO AO PACOTE LABORAL
CGTP

Trabalhadores

Notável adesão dos TFP's



A função pública participou em força na greve geral (foto no Rossio, Lisboa)

Num primeiro balanço, publicado já na tarde de anteontem, terça-feira, a comissão executiva do conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública (que passaremos a designar no texto por FTFP) destaca-se que **55 por cento dos TFP aderiram à greve geral**. Boa também foi a participação de trabalhadores de hospitais, professores e médicos, com relevo ainda neste sector da FP, para a administração local. Várias associações sindicais do sector saudaram publicamente os trabalhadores e salientaram a forte adesão à greve.

Apesar de o Governo ter violado a lei da greve, como refere a FTFP, e da desmobilização que se pretendeu instalar, as adesões foram, de um modo geral, muito elevadas, inclusive nos locais de trabalho da Segurança Social.

Para prejudicar a adesão não chegaram as arbitrariedades governamentais e de chefias nem de facto, como assinala a FTFP, de haver no sector «um elevado número de tafeiros e outros trabalhadores com vínculos precários».

O Governo não cumpriu a lei da greve

A FTFP alude a «manobras de desmobilização e

intimidação exercidas nos serviços, antes e durante a greve».

Trata-se principalmente da exigência de **declarações escritas de adesão à greve**, verdadeira forma aberrativa de intimidação. Trata-se também da «ameaça de marcação de faltas injustificadas e mesmo de coacção directa sobre alguns trabalhadores», afirma a FTFP.

As associações sindicais disseram que interviriam judicialmente nos casos mais graves.

De salientar, segundo a FTFP, é «o comportamento de vários ministérios, que não se preocuparam em assegurar transporte para os seus funcionários em anteriores greves, e que procuraram agora garanti-los a todo o custo, chegando mesmo a

sugerir a elaboração de listagens para os eventuais *candidatos*».

Salienta ainda a FTFP que a elevada que a elevada participação — «uma das maiores de sempre no nosso sector» — constituiu «uma clara manifestação do repúdio dos trabalhadores pela imposição do tecto salarial de 6,5 por cento, e contra o pacote laboral do Governo, os excedentes e o emprego precário».

No protesto que subscrevem, através da FTFP, «a Federação e os sindicatos da Função Pública não aceitam que, num Estado de direito democrático, sejam impunemente violados direitos fundamentais, que estão consagrados legal e constitucionalmente, pelo que manifestaram já a intenção de proceder judicialmente contra os responsáveis pela violação da lei da greve, verificadas na Administração Pública, antes e durante a greve geral».

A Federação conclui, saudando os trabalhadores e afirmando que «a enorme dimensão da greve retira ao Governo toda a legitimidade para persistir teimosamente na aprovação do pacote laboral, e dá aos sindicatos e aos trabalhadores confiança e autoridade para continuarem a lutar pela satisfação das suas reivindicações e pela defesa dos seus direitos».

Adesão dos professores não permitiu avaliação

Ao congratular-se, por seu turno, com o êxito da greve geral, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) destaca a unidade e coesão manifestada pelos professores, bem como a expressão solidariedade de que deram provas e que tiveram reflexos na avaliação dos alunos, pois, como se sabe, as escolas estão em período de férias no final do primeiro período.

De facto, refere o SPGL, «para além de muitas esco-

las dos vários sectores de ensino não terem aberto, constata-se que escolas como a secundária Luísa de Gusmão, Rainha D. Leonor, Velga Beirão, Passos Manuel, Josefa de Óbidos, D. João de Castro, Ferrela Borges, Emídio Navarro, Secundária do Seixal, Secundária da Azambuja, Secundária de Odivelas, Alfredo da Silva e Secundárias n.º 1 e 2 de Abrantes, bem como todas as dos concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela, e também escolas preparatórias, como as de Mira Sintra, Lourel, Galiza, Alverca, Caneças, Lumiar, Fernando Pessoa, Roque Gameiro, Damala, Vila Franca de Xira, Paulo da Gama, Fernão Lopes, Benavente, n.º 1 de Tomar, n.º 2 de Santarém e muitas outras não realizaram quaisquer reuniões de avaliação», paralisando completamente a sua actividade normal neste período.

Médicos: adesão significativa

De acordo com o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, ultrapassou os 60 por cento a adesão média à greve geral da parte dos médicos nos hospitais e centros de saúde do Sul.

«Em numerosos locais de trabalho, acrescenta o Sindicato, verificaram-se paralisações totais ou próximas da totalidade».

Antes de congratular-se com a atitude compreensiva dos utentes, o Sindicato dos Médicos chama a atenção para a plena consciência dos seus filiados e de toda a classe acerca dos direitos que este Governo pretende pôr em causa. Daí a solidariedade activa para com todos os trabalhadores e particularmente com os da Saúde.

Sublinha também o Sindicato que «estão criadas boas condições para a intensificação da luta específica dos médicos, que vai continuar com novas acções (ver noutra parte desta edição), incluindo as greves já agendadas para Abril e Maio».

Transportes

Intimidação não funciona

«Carecem de qualquer fundamento e são despropositadas» as notícias postas a circular sobre hipotéticos processos disciplinares a trabalhadores dos transportes que participaram na greve geral — esclareceu anteontem a comissão executiva da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. «Esse tipo de notícias — acrescenta a FESTRU — não visa a informação objectiva dos trabalhadores e da população, mas favorecer os objectivos do Governo, patronato e conselhos de gerência».

No mesmo dia (terça-feira), reuniu o plenário de sindicatos daquela federação, que salientou «o papel preponderante dos trabalhadores dos transportes rodoviários e urbanos» na greve e a «elevada adesão» no sector, «apesar de toda a coacção e repressão exercidas pelo Governo, entidades patronais e

conselhos de gestão».

As manobras de intimidação contra os trabalhadores dos transportes — que prosseguem agora com os boatos e ameaças de represália — marcaram presença antes da greve.

Valeu tudo, como denuncia a FESTRU, desde a forma ditatorial e ilegal do Go-

verno recorrendo à requisição civil, ao envio de cartas intimidatórias sem qualquer suporte jurídico, à invenção dos serviços mínimos, aos processos pidescos de visitas domiciliárias, chamadas telefónicas e ameaças individuais, que levaram mesmo a que um trabalhador da Rodoviária Nacional (CEP 06, Bucelas) tivesse entrado em estado de choque; neste caso, o conselho de gerência não considerou a assistência médica a esse trabalhador um «serviço mínimo» e foram os camaradas e o sindicato que o levaram ao hospital.

As manobras não surtiram efeito e a adesão, segundo o balanço feito no plenário de sindicatos da FESTRU, atingiu um índice global superior a 90% (que foi de quase

100% nas empresas públicas). «É pois necessário que o Primeiro-Ministro, que dorme muito, acorde e abra os olhos para ver a contestação que se desenvolve cada vez mais à sua política» — afirma-se no comunicado da Federação sobre os resultados do plenário.

Os sindicatos da FESTRU decidiram prosseguir a luta e participar activamente no plenário de Évora da CGTP-IN e manifestaram a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Comércio Desculpas de mau pagador

Na segunda-feira ao princípio da tarde, quando já estava consolidada a posição do sector do comércio, principalmente do retalhista, quanto à adesão à greve geral, a Federação sindical do sector desmentia claramente, recorrendo a factos, a propaganda ministerial, que pretendia medir a adesão à luta pelo número de lojas que se mantinham abertas. Uma desculpa de mau pagador. Naturalmente que muitas se mantinham abertas. Estranho seria que assim não fosse. Fazer disso propaganda contra a greve era tentar iludir uma realidade a todos conhecida como é a estrutura do nosso comércio: pequenas unidades, exploração familiar, cooperativas, pouco pessoal assalariado, etc. Mas, apesar disso, a Federação do Comércio e Serviços (FEPCES) não deixou de publicar uma lista mais do que reveladora da forte ade-

são dos trabalhadores do comércio à greve geral.

Com o total dos trabalhadores e dos que fizeram greve, incluindo as percentagens de adesão à FEPCES, ao meio-dia e meia hora da passada segunda-feira, assinalava paralisações nas seguintes empresas, algumas delas bem conhecidas: **Braz & Braz** 91%; **Grandela**, 85%; **Armazéns do Chiado**, 80%; **Eduardo Martins**, 40%; **Lanalgo**, 60%; **Ramiro Leão**, 70%; **EPAC**, 80%; **Olivetti**, 90%; **C. Santos** (Porto), 80%; **C.D.** (Setúbal), 100%; **Silopor** (Almada),

95%; **Sociedade Vinícola do Sul**, 80%; **Sismet**, 100%; **Polux**, 100%; **Unicervi**, 92,5%; **Consorcil** (Matosinhos) 80%; **Coop. Novos Pioneiros** (Braga), 86%; **Malhas Osaka** (Coimbra), 100%; **Armazéns Morgado** (Condeixa) 100%; **Xavier Santana** (Palmela), 100%.

Limitámo-nos a referir apenas algumas das 46 empresas comerciais citadas pela FEPCES. O número dos seus trabalhadores varia entre os 14 e os 1000, como, por exemplo, o caso da EPAC.



Os trabalhadores dos transportes tiveram um «papel preponderante» e uma «elevada adesão» à greve geral, «confirmando assim a sua frontal oposição ao pacote laboral do Governo — salientou o plenário de sindicatos da FESTRU

Além de Lisboa, mais referida no texto, a adesão no comércio foi significativa também nos distritos do Sul. Segundo o CES-Sul, as adesões foram de 77,7% no distrito de Setúbal; 66,7% no distrito de Évora; 80,7% no distrito de Beja; 85,1% no distrito de Faro; 84,1% no distrito de Portalegre

Trabalhadores

De Santa Apolónia a Setúbal

■ Henrique Custódio

Sei que estás em luta, pá, tanta greve, tanta greve!



Partimos às sete horas dos Restauradores – nós, jornalistas, e os nossos acompanhantes da CGTP-IN, nomeadamente a dirigente Maria do Carmo Tavares – transportados em duas carrinhas da Central sindical, que havia convidado a comunicação social e organizado a viagem. Objectivo: visitar a greve na cintura industrial de Lisboa, optando por um trajecto que nos levaria à zona de Cabo Ruivo, «corda de Vila Franca» e distrito de Setúbal. Não havia tempo para mais.

Quando arrancámos do palácio Foz (o ponto de encontro) já haviam apagado as luzes dos candeeiros e a cidade pulsava, sonâmbula, ao ritmo surpreendente de vários autocarros de turismo que, quase vazios, andavam à cata de passageiros e de um nexa para o que estavam ali a fazer, (eram todos de empresas privadas do Norte) tão longe de casa e das suas habituais funções de transporte de longo curso. O surrealismo começou logo ali, a passear-se diante dos nossos narizes; ganharia amplitudes inimagináveis quando, horas depois, ouvimos pela rádio, com estes ouvidos que a terra há-de comer, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva a afirmar que não havia greve geral, mas apenas paralizações parcialíssimas. O autocarro cheio de jornalistas rebentou à gargalhada. Após dezenas de empresas visitadas, com dezenas de milhares de trabalhadores totalmente paralisados, aquilo era demais. Este homem anda, de facto, a gozar com o pagode!

Avançamos facilmente pelo trânsito automóvel e ao chegarmos ao Terreiro do Paço, fomos surpreendidos por um Tejo sossegado, sem barcos nem movimento de cais. Mais adiante, em Santa Apolónia, algumas pessoas à volta de um monte de malas olhavam, ainda duvidosas, para os portões fechados da estação, apesar do piquete de greve as ter já esclarecidas que não ia haver comboios em todo o dia. Vibravam no ar risos de criança vindos de Alfama, os tran-

seuntes marchavam com ar decidido e passavam ao lado das paragens de autocarro e de eléctrico que, tristonhas e solitárias, davam a toda a vasta praça um ar de abandono, de fim-de-semana serôdio.

Subimos a margem direita do rio; os cais à beira de água e os armazéns à beira estrada eram um longo túnel de silêncio parado, por onde os automóveis se escapuliam. Na INDEP (Indústria de Armamento) em Braço de

Prata, um piquete de greve recebeu-nos com alegre energia, enquanto três fura-greves se insinuavam por entre o piquete, virando as costas às objectivas dos jornalistas. A percentagem de aderências rondava os 100%, a produção estava

A «corda» na história

A «corda de Vila Franca» é, resumidamente, uma estrada de mais de 20 quilómetros bordejada de empresas industriais. Viajámos por lá. Logo à entrada apreciámos,

serviços semelhantes. Vimos isso, por exemplo, na Quimigal e na Cimpor.

Mas o que sobretudo vimos, aí ou noutra qualquer empresa da «corda de Vila Franca», foi a paralisação total da actividade produtiva. Mais uma vez as excepções

bal, com cerca de 2000 trabalhadores. Mal o aparato jornalístico descarregou aparelhagens e vivacidades no largo da portaria (por sinal atentamente cuidado, na altura, por excelente rega mecânica da relva circundante) três ou quatro operários esconderam-se, à distância, por trás de um edifício, deixando totalmente desertas as imensas instalações. Perguntadores como sempre, os jornalistas quiseram saber do que se tratava. A resposta veio, sorridente, do piquete de greve: «São os cinco ou seis contratados a prazo que se viram forçados a marcar o ponto para não perder o lugar. Reparem, no entanto, em duas coisas: eles esconderam-se, porque não queriam que a sua presença desse a falsa ideia de que isto estava a laborar; além disso nem todos os contratados a prazo vieram – houve os que arricaram tudo e não puseram cá os pés».

Quando chegámos à Setenave – 4800 trabalhadores ultra-especializados – a quietude das vastas instalações impressionava. «Podem pôr aí que a paralisação é a 110%, porque, aqui, até a ideia de «furar» fez também greve!»

E contaram que cinco ou seis trabalhadores ainda apareceram para marcar o ponto, mas após diálogo com os seus camaradas, voltaram para casa. Ao lado, a SA-PEC tinha também novidades: há cerca de 10 anos que não havia ali uma greve e agora todo o sector produtivo estava parado «e só o mau trabalho da UGT» (responsável pela mobilização da minoria do pessoal dos escritórios) «obrigou a que se fizesse numa aderência na ordem dos 80% e, não, de 100%». «Mas a prática é a mesma coisa – o sector produtivo está todo parado e quem veio picar o ponto não alterou em nada a situação». Mais: seria o piquete de greve a salvar uma situação grave, ocorrida durante a noite quando dois «furas» puseram a funcionar a secção de sulfato-amónio sem terem condições para isso. Resultado: um derrame de ácido para o Sado que o piquete de greve detectou e resolveu. Fora isso, tudo bem. O delegado sindical da empresa Joaquim Carvalho Coelho, resumiria, de resto, a situação numa frase feliz: «Temos aqui uma clima de serenidade, paz e greve».

Já a correr para as redacções, ainda vimos o que se passava na Lisnave. Não se passava rigorosamente nada: a paralisação era total e mesmo os escassos «furas» dos sectores dos escritórios saíram antes do tempo regulamentar, como uma senhora de elegante saia-casaco de xadrez que transpôs o portão da saída quando conversávamos com o piquete, conduzindo a sua viatura e cumprimentando-nos com grande afabilidade. Eram quatro horas da tarde.



Lisnave — não bulia uma mosca, quanto mais um navio!

completamente parada, só elementos dos escritórios (como os três que entraram envergonhadamente) estavam lá dentro «a fingir que trabalham».

Chegámos à zona de Cabo Ruivo, densamente povoada de empresas industriais e comerciais de grandes dimensões, e a greve geral entrou-nos pelos olhos dentro: na fronteira de todos os edifícios, grandes panos coloridos mostravam, sem equívocos, que toda a gente ali estava em luta. Contactámos sucessivamente os piquetes de greve da Petroquímica, da Carris, da Luso-Italiana (torneiras e caldeiras), da Petrogal (Refinaria de Lisboa), da Baptista Russo, do Entrepósito de Lisboa (de um grupo de 22 empresas privadas) e o ambiente era o mesmo em todo o lado: adesões à greve a rondar os 100%, pessoal técnico e dos escritórios a «furar» esporádica e puerilmente a luta, toda a produção paralisada e um ou outro episódio caricato. Na Petrogal, por exemplo, as chefias pretenderam obrigar o pessoal que saía de turno à meia-noite a encetar novo turno, para conseguirem manter a fábrica a funcionar. «Foram corridos a osso, é claro!», riam-se ainda no piquete de greve.

Rumámos para o aeroporto de Lisboa. Na zona dos voos internacionais, o movimento era reduzido. Nos ecrãs de televisão alinhavam-se avisos de voos cancelados, o acesso aos voos domésticos estava fechado, tal como o restaurante e as lojas. Perguntámos a um elemento do aeroporto por que havia tão pouca gente à espera de tantos voos cancelados, e ele informou: «Foram avisados telefonicamente para que não viessem».

«de carreirinha», a Lever, a Dyrup e a Loiças de Sacavém. Piquetes à porta, laboração a zero, adesão total à greve com as excepções do costume. Mais uma vez os grupos que constituíam os piquetes se juntaram para a «foto histórica». Sim, foto histórica para uma greve histórica, que era assim que, invariavelmente, os trabalhadores visitados reagiam perante os jornalistas que lhes apontavam as objectivas. Especificando: «Ora tire lá a fotografia, que isto vai ficar na história!».

Na história já estava tudo aquilo, e ninguém tema pelo exagero: fazer mais de 20 quilómetros de estrada habitualmente atravancados de gente, fumos, ruídos, viaturas, apitos, sirenes, engarrafamentos e azáfama industrial tipo bom filme neo-realista da década de 50, e ver esses mais de 20 quilómetros de estrada por vezes percorridos por viaturas ligeiras a fugir não sei para onde desta pasmosa tranquilidade despoluída de sons, fumos e cheiros, é coisa que nem num fim-de-semana pode apreciar-se, dado que muitas destas unidades fabris têm uma laboração contínua. Só que no dia 28 o que ali havia de contínuo era os piquetes de greve, coloridamente organizados junto a panos sempre gigantescos e muito claros na mensagem: **Greve Geral contra o pacote laboral**.

Já agora, de contínuo havia ainda outra coisa – a garantia de serviços mínimos, quando era caso disso (e sempre por decisão dos próprios trabalhadores), e era-o quando a ruptura total da actividade acarretava consequências desastrosas, nomeadamente o desligar de altos fornos, caldeiras ou

circunstanciadas pelos fura-greves não aqueciam nem arrefeciam, quer pelo número insignificante quer, sobretudo, porque vindas de sectores não directamente ligados à actividade produtiva. Isto quer se tratasse da Cavan e Fima, da L'Oreal ou Aparelhagem Industrial, da Mague ou da Eurofil, da Previdente ou da Sonibel – e só para não vos maçar com muitos nomes, respigando apenas alguns que vão da cosmética à metalurgia pesada, da ultraprivada à grande multinacional. E envolvendo, no conjunto, largas dezenas de milhares de trabalhadores e uma capacidade produtiva verdadeiramente estratégica no cômputo nacional.

E, já agora, duas notas curiosas respigadas nas breves «atracagens» que a nossa comitiva fez a alguns piquetes de greve: na Quimigal, EP – Sector Químico a greve geral, com um sucesso a rondar os 100%, veio «quebrar» enguiços anteriores de aderências «modestas» de 60 e 70%, enquanto na Cimpor – Centro de Exploração de Alhandra, o director do Centro, Fernando Plaza, enviou cartas individuais de «requisição civil» a alguns trabalhadores, concretizando, porventura (e segundo irónica interpretação que corria no respectivo piquete), «um sonho recalçado de ser primeiro-ministro – entidade que tem a competência de decidir tais coisas».

«Ponham aí a 110%...»

Perante isto e com o tempo a escorrer-nos pelos dedos, atravessámos o Tejo pela ponte de Vila Franca de Xira e rumámos para a margem Sul. Primeira paragem – Renault/Complexo de Setú-



Foi a grande a adesão na Batista Russo e em toda a zona industrial de Cabo Ruivo

28 MAR 88
GREVE GERAL
NÃO AO PACOTE LABORAL
CGTP

Trabalhadores

Lisboa

■ Domingos Mealha

Cintura industrial confirma tradições de luta

«A luta de hoje tem uma adesão dos trabalhadores que é, sem qualquer dúvida, superior a todas as anteriores» — uma afirmação ouvida de praticamente todos os piquetes de greve nas empresas que visitámos no dia 28 de Março. Da Venda Nova a Alhandra, da Sorefame à Dyrup, da INDEP à Tabaqueira, da Rodoviária à Lever Portuguesa, dos CTT à Batista Russo, em empresas públicas e privadas, foi evidente o repúdio contra o pacote laboral do Governo e do patronato e ficou bem patente o espírito de unidade dos trabalhadores e a disposição para prosseguir a luta, confirmando as tradições da cintura industrial de Lisboa.

Já a greve geral tinha quase sete horas quando a nossa reportagem chegou ao portão principal da **Sorefame**, na Venda Nova (Amadora). Faixas na estrada marcavam o dia 28 de Março como uma jornada grande de luta dos trabalhadores. Os dados então disponíveis também apontavam para aí:

— Desde a meia noite que está tudo parado. O turno da noite não trabalhou e esperase que as coisas continuem assim — dizia-nos um dirigente da Federação dos Metalúrgicos quando lhe perguntámos como estava a adesão. Durante o dia a previsão foi confirmada.

Também na **Cometna**, mesmo ali ao lado, as notícias justificavam que se esperasse uma muito boa adesão à greve geral. Tanto mais que aqui (e em muitas outras empresas) os motivos para lutar não se ficam pelo pacote laboral e o tecto salarial que o Governo e o patronato pretendem impor: mais de 500 trabalhadores têm os seus postos de trabalho ameaçados e a unidade da Venda Nova pode mesmo

encerrar. Informaram-nos no piquete de greve que num plenário realizado na sexta-feira (dia 26) foram já marcadas paralisações em defesa da Cometna e do emprego para dias 4, 8 e 9 de Abril.

Com trânsito intenso e um sol bem primaveril, arrancámos para Cabo Ruivo. Na rotunda do Relógio brigadas de activistas sindicais distribuíam tarjetas aos automobilistas explicando os motivos da greve geral e apelando à adesão dos trabalhadores.

A rádio dava notícias das consequências da greve no **aeroporto de Lisboa** — que viríamos a confirmar no local já da parte da tarde, quando ali nos deslocámos e vimos um parque de estacionamento muito despovoado, os anúncios dos voos suspensos, a estação dos correios fechada e também o bar do terraço; aqui, ainda que sem bebidas, os turistas aproveitavam os raios ultra-violetas, já que mais nada chegava do céu.

Mas antes visitámos outros locais. Estivemos, por exemplo, na

Petrogal. Logo à entrada, um painel improvisado pelo piquete de greve anunciava alguns números já divulgados pelos sindicatos acerca da adesão em diversas empresas; além disso, fazia-se o ponto da situação às 7.30 em toda a empresa: na refinaria de Lisboa a adesão era de 100 por cento na fábrica e de 90% no geral; em Porto Brandão — 100%; no aeroporto de Lisboa (abastecimento) — 100%; nos Olivais (enchimento de gás) — «tudo parado», como lá se escrevia; no Parque Rosairinho — 97%; no terminal de Leixões — 100%; na refinaria do Porto — 100% na fábrica e 95% em geral.

Depois disto, foi com uma sonora gargalhada que recebemos as afirmações de Cavaco Silva que, teimando em não dar pela greve geral, dizia com quantos dentes tem que a Petrogal estava a funcionar normalmente.

A **Tabaqueira** tinha a fábrica parada, quando lá estivemos, cerca das 8.15. No piquete de greve disseram-nos que a adesão dos trabalhadores estava a ser muito boa: num primeiro turno de 138 pessoas, apenas 39 estavam a trabalhar, no segundo — 45 em 148.

— Mas a maioria são contratados a prazo. E contamos também os chefes e administradores — salientaram.

Da **Carris** já tínhamos notícias desde as 5.30, quando conversámos com o piquete e com Álvaro Rana no terminal do Arco do Cego. O dirigente da CGTP-IN, que visitara já os outros locais de trabalho da



Informar com verdade foi uma preocupação das organizações sindicais (foto no Rossio, Lisboa)

empresa, mostrava-se muito animado.

— Só saiu um autocarro do terminal da Pontinha, mas foi pouco depois encostar junto à esquadra da PSP — disse ao «Avante!» Álvaro Rana. Às 8.30, no terminal de Cabo Ruivo, informavam-nos que aquele autocarro já tinha recolhido e que a frota da Carris estava toda paralisada.

Na **Metalúrgica Luso-Italiana** estava parada a produção e nos escritórios também não se trabalhava. Na empresa estavam, por volta das 9 horas, um administrador, dois directores e duas secretárias. Na **Batista Russo**, de 380 trabalhadores, estariam a trabalhar uns 15, nos serviços administrativos e no refeitório.

— Esta noite, em 320 pessoas trabalharam 5 e dessas 3 eram chefes; agora, estão a trabalhar 5 efectivos e mais 4 assalariados. A adesão é superior a todas as greves que se fizeram aqui.

Falava assim a nossa reportagem um dirigente do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, na esta-

ção distribuidora de Cabo Ruivo, onde não foi feita divisão de correio e o sector das encomendas nem chegou a ver abertos os portões.

Por volta das 10 horas estávamos à porta da fábrica de Moscavide da **INDEP**. Nada funcionava — informaram-nos os elementos do piquete — já que de 640 trabalhadores apenas 85 tinham *turado* a greve geral e estavam dispersos por vários sectores.

— Esta foi a greve com maior adesão. Tirando a fase dos incidentes, nas paralisações têm participado cerca de trezentos trabalhadores — sublinharam.

Tal como na Petrogal e em muitas outras empresas, um painel dava aqui notícias da greve noutras empresas: **UCAL** (Loures) — 100% de adesão, **Câmara Municipal de Loures** — 100%, **Sociedade Lisboense de Metalização** — 100%, **Precix** (Camarate) — 100%.

Pouco mais adiante confirmámos nós próprios as informações sobre a adesão à greve geral na **Fábrica de Loi-**

ças de Sacavém (100%) nas **Indústrias Lever** (mais de 80%), na **Dyrup** (82%, faltando ainda contabilizar armazéns parados na totalidade) e na **Covina** (100%).

Em Sacavém, no terminal da **Rodoviária Nacional**, cumpriram a greve geral 178 dos 184 motoristas que ali prestam serviço. No piquete fizeram questão de denunciar à nossa reportagem as pressões e intimidações por parte das chefias, tentando coagir os trabalhadores (especialmente os contratados a prazo) a não fazerem greve.

Enviaram cartas — uma moda de legalidade mais que duvidosa que o patronato fez alastrar a várias empresas no combate a esta greve geral — mas ainda acharam por bem *conversar* individualmente com alguns trabalhadores. Dos argumentos usados para os convencer a furar a greve fala o facto de um desses trabalhadores ter tido, durante uma das tais *conversas*, um ataque cardíaco.

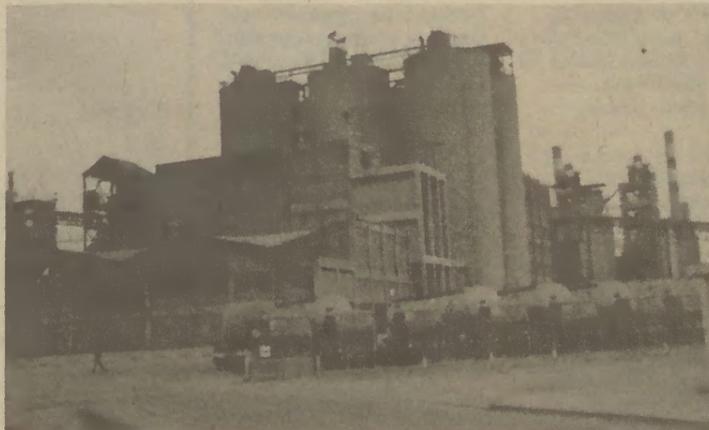
Se a legalidade destas manobras é mais que duvidosa, os efeitos parecem ser contrários ao pretendido pelos autores: dos cerca de 400 trabalhadores que a RN ocupa em Sacavém e Santa Iria de Azóia apenas uma dúzia não fizeram greve.

Intimidação houve também na **Cimpor**, em Alhandra, como nos contaram os trabalhadores de piquete. Houve as já conhecidas cartas a requisitar ilegalmente trabalhadores, houve listas prévias para recolher as assinaturas de quem ia e de quem não ia participar na greve e houve mesmo um *telex* afixado pela administração a impedir (!) a actuação de piquetes e a entrada de trabalhadores em greve na fábrica.

Naturalmente, formaram-se piquetes e funcionaram. Quanto às cartas, se há muitas que não se sabe para que foram utilizadas pelos destinatários, disseram-nos que em Loulé houve trabalhadores que as rasgaram mesmo *na cara* dos chefes.

Na fábrica algarvia da Cimpor a adesão à greve geral foi de 95 por cento; em Alhandra — 75-80%, na Maceira — 50%; no Cabo Mondego — 10-12%; na Maia só funcionaram escritórios, enquanto na sede houve 3 serviços centrais que pararam completamente.

Pela sua parte, a Federação da Cerâmica, Cimentos e Vidro — disse ao «Avante!» um dirigente — vai proceder judicialmente contra a administração da Cimpor por violação da lei da greve.



O repúdio e o protesto contra o pacote laboral são praticamente generalizados; face à gravidade da ofensiva do patronato e do Governo os trabalhadores deram no dia 28 uma resposta à altura, aderindo em força à greve geral (fotos da Quimigal (Estarreja), da Casal (Aveiro), da Cimpor (Coimbra) e da corticeira Amorim, que paralisou por completo



Terra

Baldios, emparcelamento, situação na agricultura

Deputados comunistas nos distritos de Viseu e Coimbra

Uma delegação do PCP constituída por Carlos Fraião, da Comissão Distrital de Viseu e do Comité Central do PCP, e pelos deputados comunistas na Assembleia da República, Álvaro Brasileiro e Lino de Carvalho, avistaram-se recentemente com agricultores, compartes de baldios e organizações de agricultores daquele distrito.

As cidades de acesso que os pequenos e médios agricultores do distrito encontram para obter apoio comunitário para o desenvolvimento das suas explorações.

A delegação do PCP, para além de transmitir mais uma



Encontro de deputados comunistas (Álvaro Brasileiro e Lino de Carvalho) com agricultores do distrito de Viseu, no auditório do Museu Almeida Moreira na capital do distrito. Também presente (à esquerda na foto) o camarada Carlos Fraião, do CC

Neste encontro, que se realizou no auditório do Museu Almeida Moreira, em Viseu, os agricultores presentes tiveram oportunidade de expressar à delegação do PCP as suas preocupações quanto à actual política agrícola e também quanto ao futuro, nomeadamente quanto ao objectivo de alterar a actual Lei dos Baldios - através dos projectos de lei apresentados na Assembleia da República pelo PS, PSD e CDS - que retirariam aos povos, a posse, o uso e fruição de terrenos comunitários que por lei lhes pertencem.

Grandes preocupações também quanto à não abertura de feiras de gado em alguns concelhos do distrito; restrição à livre circulação de gado; quanto à compra e aluguer desenfreados de matas e terrenos por parte das celuloses do distrito de Viseu, que pelo menos no concelho de Mortágua, já possuem cerca de 20% da sua superfície florestal, e também grandes problemas que os agricultores têm em se candidatarem e terem acesso aos subsídios comunitários.

Sobre este último aspecto, a delegação do PCP teve oportunidade de transmitir aos agricultores presentes que as suas dificuldades de acesso aos subsídios da CEE são reais, de tal forma que ao abrigo do Regulamento 797 da CEE, e até 31/12/87, dos 287 projectos aprovados para o distrito de Viseu, no valor de 607 798 contos, apenas 38 projectos no valor de 24 000 contos (4%) foram atribuídos a pequenas explorações agrícolas familiares, o que demonstra e prova as grandes difi-

vez ao Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu e compartes presentes o seu incondicional apoio à justa luta dos povos serranos em defenderem a sua lei, frou na troca de opiniões e informações realizada que os problemas, preocupações e sugestões ali formulados são também sentidos pelo PCP e serão contemplados na inter-relação que a bancada comunista na AR fará ao Governo sobre o «pacote agrícola».

Além, tal interrelação parlamentar esteve na origem desta deslocação ao distrito de Viseu, na sequência de outras entretanto realizadas nas zonas Centro e Norte do País. Recordar-se que no passado dia 18 teve lugar uma conferência de imprensa convocada pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP, com as presenças de Vasco Paiva (CC) e dos deputados comunistas Álvaro Brasileiro, Lino de Carvalho e Fernando Gomes.

Emparcelamento

Das declarações prestadas aos jornalistas em Coimbra, saliente-se o comentário a um dos aspectos mais graves da lei do emparcelamento rural:



Baldios, uma realidade intimamente ligada à prática dos melhoramentos e da acção por uma vida melhor (lavadouro público em Candal/Lousã)



A realidade dos baldios foi contactada recentemente por deputados comunistas na zona Centro

«Os pequenos e médios proprietários e em particular os rendeiros não teriam na prática voz activa no processo de emparcelamento uma vez que a lei não prevê, excepto num caso, a existência de comissões de apreciação onde possam ter assento mas, mesmo assim, sem indicar as suas atribuições.

Conhecendo-se como se conhece as irregularidades, injustiças e benefícios para grandes proprietários, no processo em curso, é de prever que, no futuro, toda esta situação se agrave.

Por exemplo, no campo de S. Martinho do Bispo 60% das explorações são de arrendamento e em todo o Baixo Mondego são 55%. Pela proposta de lei do Governo, seriam completamente afastados de poder intervir no processo.

Entretanto, os agricultores transmitem que as obras de rega e enxugo no Baixo Mondego, com a construção de valas de 24 m de largura, estão na prática a promover

um emparcelamento forçado.

As propostas de lei em causa, no fundo visam acelerar a concentração da propriedade nas mãos de um reduzido número de grandes proprietários. Por isso, o Governo, em vez de promover um debate público, pretende uma autorização para legislar, procurando impedir o conhecimento do carácter altamente gravoso destas propostas.

Para além da análise do chamado pacote agrário, os deputados do PCP puderam constatar a importante função social e agrícola que os baldios desempenham, os prejuízos não indemnizados de 373 000 contos que os produtores de arroz sofreram devido a acidentes climáticos e à até agora inacabada obra do Mondego, a preocupação pelo aumento do IVA sobre as máquinas e alfaias e o imposto sobre a indústria agrícola, a continuação das restrições à circulação dos gados, etc.

As organizações contactadas foram unânimes quanto aos resultados da adesão à CEE, à ausência de informação pelo MAP, assim como ao regime de acesso aos tão falados subsídios.

De facto, até 31/12/87, no distrito de Coimbra, dos 588 000 contos de subsídios ao abrigo do reg. CEE 797, apenas 19 242 contos (3,3%), foram para pequenas explorações.

Da visita feita e do quadro descrito fica a imagem real que a política agrícola do Governo e a legislação em causa não favorecem o desenvolvimento da agricultura portuguesa, a diminuição do défice agro-alimentar e a melhoria dos rendimentos dos agricultores.

O PCP continuará a trabalhar na AR, e fora dela, com os agricultores, para, com a luta e a intervenção nos órgãos de soberania, impedir que este processo legislativo vá em frente. Os comunistas defendem uma política agrícola que sirva o distrito de Coimbra, a região do Mondego, o País e os agricultores.

PCP



Meio milhar de pessoas na inauguração do CT da 6.ª zona. Jovens e algumas personalidades bem conhecidas também lá estiveram



Álvaro Cunhal: breve discurso no Lumiar

Com a presença de Álvaro Cunhal Centro de Trabalho da 6.ª Zona de Lisboa inaugurado no Lumiar

A actividade e o funcionamento do Partido, o trabalho de direcção, a necessidade do reforço organizativo, a luta contra a política de direita e o papel insubstituível do PCP na vida nacional, o «pacote laboral» do Governo Cavaco Silva e a greve geral de 28 de Março foram temas abordados pelo secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, durante a inauguração do Centro de Trabalho da 6.ª zona da organização da tarde do último sábado.

A jornada de inauguração

deste CT, localizado na Rua Comandante Fontoura da Costa, junto ao antigo cinema do Lumiar, foi vivida por meio milhar de pessoas, entre as quais muitos jovens, que confraternizaram com o secretário-geral do PCP.

Para além de Álvaro Cunhal, falou Isabel Bastos do organismo de direcção local, que historiou o esforço que conduziu a esta inauguração, desde que «há cerca de 4 anos fomos despejados do nosso antigo Centro de Trabalho, também aqui na freguesia do Lumiar».



A festa de inauguração do CT no Lumiar incluiu um «porto de honra»

Mota Amaral no Pico Eleições à vista...

A Comissão Concelhia de S. Roque do Pico do PCP considera oportuno alertar a população da ilha para o significado político que se impõe extrair da visita que o Governo Regional efectuou ao Pico nos passados dias 23, 24 e 25, ao abrigo do estatuto da Região.

Todos nós sabemos que são vários os problemas graves que têm afectado e afectam a população do Pico, tais como os cortes de energia eléctrica, falta de água, os estragos nos portos, o

caso «Martins e Rebelo», o alargamento da pista do Pico, A estranha falência da «Pró-Pico», ou ainda a degradação na área da Saúde e do Ensino.

Em ano de eleições para a Assembleia Regional, o Governo foi ao Pico fazer novas promessas de que vai resolver estes problemas, isto é: foi dizer o mesmo que já disse noutras visitas realizadas em vésperas de eleições. Na prática, nada disso tem sido feito, os grandes problemas continuam e a população

bem o sabe, pois é ela que sofre as consequências, lembra a Comissão Concelhia local do PCP.

É isto que os picenses não podem deixar de sentir mais uma vez. Por isso, esta deslocação do Governo não teve qualquer apoio da população e mais não foi do que a transformação de um acto de gestão, custeado pelo erário público, numa descaçada manobra eleitoralista do PSD e de Mota Amaral, conclui aquele organismo do Partido.

Juventude

Reunião JCP/JPRD

É o seguinte o comunicado final da recente reunião realizada em Lisboa entre delegações da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e da Juventude Renovadora Democrática (JPRD):

Teve lugar no dia 24 de Março uma reunião entre uma delegação da JCP composta por Paula Coelho e Vitor Martins, membros do secretariado da Direcção Nacional da JCP e Marta Delgado Martins, João Frias e Carlos Eduardo, membros do Conselho Nacional da JPRD.

Foram discutidos alguns

aspectos da actual situação da juventude.

Concluímos ser urgente apelar a todos os jovens que participem na greve geral dia 28 de Março, contra o pacote laboral, que no entender das duas organizações vem agravar a precariedade do trabalho juvenil, nomeadamente através dos despedimentos e o

contrato de trabalho por prazo incerto.

Concluímos também ser urgente a dinamização e participação de todos os jovens nas comemorações do 25 de Abril, apelando desde já para encontrarmos as formas próprias de comemorar o dia da liberdade. Salientamos a necessidade de manter os contactos existentes entre as duas organizações, no sentido de contribuir para a resolução dos principais problemas da juventude portuguesa.

Lisboa, 24 de Março de 1988

Fafe não é «Asa Branca»...

A Comissão Concelhia de Fafe do Partido Comunista Português, acompanhando regularmente a actividade da Câmara, tem vindo a detectar que no executivo municipal se imprimiu uma política de favoritismo, compadrio e amiguismo, que não se coaduna com o Poder Local democrático nem com a transparência pela qual a acção camarária se deve orientar, sublinha um comunicado divulgado recentemente por aquele organismo do PCP, que «passa a exemplificar alguns factos»:

Há tempos foram promovidos cursos de formação profissional. Bom! Quem ministrou esses cursos? Familiares do presidente e outros amigos. Mau, muito mau. Outra, o senhor presidente nomeou para seu adjunto sua mulher (diz só nela confiar). Talvez sejam, no nosso entender, influências da telenovela Roque Santeiro. O senhor Abelha só confia na sua filha Mochinha, o sr. presidente só confia na sua mulher, ou estará, entre outras coisas, o lançamento da futura sucessora na presidência da Câmara? Que segredos existirão na Câmara Municipal que não possam transpirar cá para fora?

Todas estas questões o PCP não podia deixar de levar à opinião pública, uma vez que são coincidências a mais...

A par das questões acima mencionadas, também não podemos ficar indiferentes ao comportamento político da Câmara no que toca ao Governo PSD do Cavaco Silva. São dois pesos e duas medidas. Senão vejamos: a Câmara Municipal de Fafe, juntamente com todas as outras câmaras municipais do País, tomou a posição contra o Governo sobre transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Fez aprovar moções contra o Governo por silenciar de forma prepotente as parábolicas. Até aqui tudo bem. O mesmo executivo camarário em moção aprovada congratula-se com a prepotência do Governo por este ter mandado assaltar os Serviços de Electricidade do Porto. Toma posição contra o Conselho Directivo e Conselho Pedagógico da Escola Preparatória por terem encerrado, e justamente, as instalações escolares por falta de condições, quando a culpa é do Poder Central e da Câmara Municipal, e não dos responsáveis da escola.

Interroga a Concelhia local do PCP:

Senhores da Câmara, será que o Governo que silencia as parábolicas, mandou assaltar os Serviços de Electricidade do Porto, que diminuiu as verbas do Poder Local não é o mesmo? No último caso, a Câmara Municipal fez pior, relativamente a algumas freguesias. Como sabem, a Câmara recebeu mais 2,74% do que em 1987, e cortou a algumas freguesias cerca de 50%.

«Pacote agrícola» Plenário concelhio em Montemor-o-Novo

Promovido pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, realizou-se no passado dia 26 um plenário com 90 quadros para analisar o «pacote agrícola».

O plenário concluiu que todo o projecto do Governo PSD/Cavaco Silva aponta para a expropriação das UCP's/Cooperativas e a transferência da terra para os agrários, para o sector privado latifundiário. Assim:

• Procura resolver a favor dos agrários todos os casos concretos em que o Governo e o MAP têm sido condenados nos tribunais.

• Elimina o conceito de absentista o que tem a ver com o facto de nesta proposta de lei abrir as portas aos responsáveis pelo atraso da nossa agricultura, pela fome, pelo despojeamento, pela emigração, pela sobre-exploração, de todos os que trabalham a terra.

• Elimina o conceito de Cooperativa de produção agrícola. Apesar da Constituição no seu artigo n.º 102 obrigar o Estado a auxiliar os pequenos e médios agricultores e as cooperativas e a estimular e apoiar o associativismo, a proposta de lei inverte completamente os termos e aponta diversas medidas de auxílio e incentivos aos agrários.

• Além de prever a entrega de toda a terra aos agrários, perdoa-lhes todas as dívidas que eles tenham por hipoteca antes da data da ocupação pelos trabalhadores.

• Oferece aos agrários, além das reservas, todas as benéficas feitas pelas UCP's/Cooperativas.

Foi analisado na reunião o «pacote laboral» apresentado pelo Governo PSD/Cavaco Silva e concluiu-se que, a ser aprovado, promulgado e aplicado, os operários agrícolas seriam despedidos antes de começarem a trabalhar...

Reunião na Marinha Grande

No passado dia 25 realizou-se uma reunião de militantes do PCP na Marinha Grande, com a participação do camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Na reunião participaram cerca de centena e meia de camaradas, registando-se 19 intervenções que, durante cerca de três horas, abordaram questões da situação política actual e as tarefas decorrentes, a realização do XII Congresso e outros aspectos, como por exemplo a vida do Partido e o seu reforço, o combate ao anticomunismo e o reforço do trabalho ideológico.

PCP

ALENTEJO Um apontamento sobre a realidade

• **Direcção Regional do PCP:
confiança no êxito da luta popular**

Passado o primeiro trimestre deste ano de 1988, como vai o Alentejo? Quais as características essenciais da situação social nos distritos de Portalegre, Évora e Beja? Que projectos têm os comunistas alentejanos para a dinamização e melhoramento da actividade do Partido? A estas e outras questões deu resposta documentada a recente reunião plenária da Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP, realizada na cidade do Templo Diana. «A par do que sucede a nível nacional, os grandes problemas do Alentejo», salienta a DORA, «não só não são resolvidos, como tudo indica o seu agravamento». Mas, «apesar das dificuldades do momento actual» aquela Direcção Regional do PCP «reafirma a sua inteira confiança no êxito da luta popular de massas pela resolução dos problemas» que tentam anular um futuro melhor para o Alentejo, onde cerca de 15 mil trabalhadores perderam nos últimos meses os seus postos de trabalho.

No total, salienta a DORA do PCP, há mais de 40 mil trabalhadores desempregados no Alentejo, dos quais mais de 60 por cento não recebem qualquer subsídio de desemprego. Estão a encerrar dezenas de empresas (Hortícola do Divor, Fore, Law's, Celtex e Telheiros, Pragal, etc.), continuam os salários em atraso e aumenta a repressão patronal, a exploração desenfreada dos trabalhadores, os contratos a prazo e o trabalho à peça.

Reforma Agrária

Depois de caracterizar o pacote laboral do Governo («autêntica manifestação de ódio de classe»), a Direcção Regional do Alentejo comenta assim a situação na Reforma Agrária, onde prosseguem as ilegalidades, prepotência e roubos:

A ofensiva contra-revolucionária do Governo contra a Reforma Agrária, conquista histórica do proletariado agrícola do Sul, visa a reconstrução do grande latifúndio e a grande exploração capitalista nos campos do Sul.

Os sucessivos governos na sua ofensiva contra a Reforma Agrária já destruíram 248 UCP's/Cooperativas, já retiraram 110 300 hectares das melhores terras às UCP's/Cooperativas e liquidaram mais de 55 000 postos de trabalho.

A Reforma Agrária e a agricultura portuguesa, com a agravante do «Pacote Agrícola» que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende fazer aprovar na Assembleia da República, estão seriamente ameaçadas.

Tal proposta de lei inverte o conceito constitucional de Reforma Agrária, retirando a terra às UCP's/Cooperativas e transferindo-a para o sector privado latifundiário, em vez de expropriar os latifúndios e entregar a terra a quem a trabalha. Procura «amnistiar» e dar forma de lei a todas as ilegalidades

que têm sido praticadas pelo Ministério da Agricultura e resolver a favor dos agrários todos os casos concretos em que o Governo e o MAPA têm sido condenados nos tribunais.

prietários, pendendo a ameaça duma nova vaga de despejos, sem possibilidade prática de oposição judicial por parte dos pequenos agricultores.

«Na agricultura os dinheiros da CEE cada vez tapam menos buracos e agravam os desequilíbrios regionais, sectoriais e sociais. Por exemplo, ao abrigo do Regulamento CEE (797/85), 2 815 282 contos do subsídio de fundo perdido, correspondentes a 1033 projectos aprovados, vieram para as explorações agrícolas dos 3 distritos do Alentejo. Mas deste montante, somente 32 044 contos (1,1%) foram destinados aos pequenos agricultores e as UCP's/Cooperativas nada receberam».

Acrescentam os comunistas:

«Não há escoamento dos produtos agrícolas e os pre-

Eucaliptos...

Ao permitir que sejam arrancados milhares de pés de azinho, oliveiras, laranjeiras e outras árvores, que abrangem milhares de hectares de terra, substituindo-as por plantações indiscriminadas de eucaliptos, o Ministério da Agricultura do Governo Cavaco favorece o despovoamento do Alentejo. Só no concelho de Alandroal, refere a Direcção Regional do PCP, há conhecimento de terem sido plantados, só no último ano, mais de 1500 hectares de eucaliptos.

Através do art.º 14 do «Pacote Agrícola», o Governo pretende perdoar aos agrários 28,5 milhões de contos, que é o valor das hipotecas existentes sobre as herdades dos agrários por diversas dívidas destes ao Estado. Os agrários não só receberiam a reserva como receberiam as indemnizações calculadas em cerca de 50 milhões de contos e seriam perdoadas todas as dívidas e encargos. No total, o Governo propõe-se assim oferecer aos grandes agrários 80 milhões de contos!!!

E os pequenos agricultores?

O pacote agrícola de Barreto e Cavaco vai mais longe no seu projecto desestabilizador. No alvo estão também os pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros. A Direcção Regional do PCP explica:

«A proposta de lei do arrendamento rural, que diz respeito a 41,2% das explorações agrícolas do Alentejo, a ir para a frente, agravará profundamente a instabilidade, a insegurança e a dependência sobretudo dos pequenos agricultores e rendeiros, em relação aos grandes pro-

ços são ruinosos. O encerramento dos matadouros tem vindo a criar dificuldades acrescidas aos pequenos produtores. Simultaneamente, as importações agro-alimentares continuam a crescer de forma escandalosa».

Encontro em Viseu

O Encontro recomenda à Comissão Distrital e às Comissões Concelhias, bem como a outros organismos de direcção, a urgente calendarização de plenários e reu-



A Direcção Regional do Alentejo do PCP apela à participação no Encontro Regional das Mulheres CDU, a realizar no próximo dia 10

Saúde, Ensino Poder Local

A situação que se vive no campo da Saúde e do Ensino não é esquecida pela DORA do PCP. Quanto ao primeiro sector, os comunistas dizem que continua a piorar a prestação de cuidados fundamentais à população: estão a ser reduzidos drasticamente ou entregues a empresas privadas, como é o caso da unidade de hemodiálise de Portalegre. No plano hospitalar, o Governo não só não avança a resolução de graves carências (exemplo: construção do novo Hospital do Patrocínio em Évora), como pretende retirar valências a unidades hospitalares (Beja, Elvas e Portalegre), encerrar urgências, reduzir horários dos Centros de Saúde concelhios, diminuir o número de técnicos de saúde, proceder a significativos cortes de verbas para o serviço de ambulâncias dos bombeiros.

No que diz respeito ao ensino, persistem gravíssimas insuficiências curriculares,

debilidades materiais, estruturais e funcionais. As más condições de trabalho para professores, alunos e pessoal não docente, acrescenta-se uma política de selectividade no ensino médio e superior, ao mesmo tempo que se agrava o insucesso escolar.

E se as coisas vão mal na Saúde e no Ensino, na área do Poder Local os efeitos positivos duma gestão activa e responsável lutam também no dia-a-dia contra um conjunto de dificuldades impostas pela ofensiva do Governo, na base da ingerência, centralização e desrespeito pela autonomia do Poder Local. Apesar de ser uma das regiões mais carenciadas do País, o Alentejo recebeu apenas 11,2 por cento do total das verbas do FEDER...

Perante as dificuldades, a ofensiva do Governo e a continuação dos problemas, as populações do Alentejo não ficam de braços cruzados. Sectores sociais muito diversos, como assinala a DORA do PCP, apresenta uma lista de iniciativas e acções realizadas este ano,

saudando os trabalhadores e outros cidadãos empenhados na luta.

Fortalecer o Partido

A Organização Regional do Alentejo do PCP tem um plano de actividades aprovado para este ano de 1988, no qual se contemplam, naturalmente, aspectos de direcção, estruturação, frentes de trabalho, política de quadros, fundos, etc.

O plenário da DORA chama a atenção para a campanha de recrutamento em curso até ao fim do ano (980 novos militantes) e para a necessidade de constituir 109 novos organismos.

Melhorar o trabalho na frente sindical, autarquias, informação e propaganda, juventude, mulheres, reformados e deficientes, agricultores, Casas do Povo; movimento associativo, saúde e representação parlamentar, é objectivo dos comunistas alentejanos, que estão já a avançar na preparação de duas grandes iniciativas de âmbito nacional: a Festa do Avante! e o XII Congresso.

Próximas iniciativas

A Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP agendou para este ano de 1988 um conjunto de iniciativas de âmbito distrital e regional, de que salientamos:

• **16 de Abril**, em Beja, seminário sobre a CEE
• **14 de Maio**, encontro so-

bre o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja.

• **22 de Maio**, comício de homenagem a Catarina Eufémia em Baleizão.

• **29 de Maio**, encontro regional de quadros.

Já neste mês de Abril es-

tão convocadas importantes iniciativas para Elvas (dia 9, encontro sobre a CEE na zona raiana) e para Évora (dia 16, reunião de quadros).

No próximo dia 10 decorrerá em Encontro Regional de Mulheres da CDU. O 25 de Abril e o 1.º de Maio também estão nos planos...



Trabalhadores

Nas fábricas de pneus Empresas prosperam prospera a exploração

• Encontro dia 16

Há três grandes empresas em Portugal, neste sector da produção de pneus. A tecnologia é americana. No total, empregam (números redondos) três mil trabalhadores. São elas a Mabor, a CNB e a Firestone. Os trabalhadores dizem que todas essas empresas prosperam, mas quanto mais prosperam mais aumenta a exploração.

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica trouxe o caso a público recentemente e marcou para o próximo dia 16 de Abril o 1.º Encontro dos Trabalhadores da Fabricação de Pneus.

O local do Encontro será Santo Tirso. A iniciativa é da Federação sindical da química e farmacêutica que, num comunicado da semana passada, indicava como finalidade do Encontro «discutir os problemas existentes nas empresas deste subsector («sub» relativamente ao sector químico) e aprovar uma carta reivindicativa que aponte o caminho da uniformização e melhoria das condições de vida e de trabalho».

Segundo a Federação dos químicos, todas as empresas

aqui referidas «apresentam resultados positivos». Relativamente ao ano passado, o volume global de vendas das três fábricas de pneus deve ter atingido, de acordo com os números divulgados pela mesma Federação, os dezasseis milhões de contos e uma média de produtividade bruta de 5300 contos por trabalhador.

Preparação do Encontro

A Federação confia na mobilização dos trabalhadores para uma grande participação no Encontro. Já houve plenários e outras reuniões, designadamente para discutir o conteúdo da carta reivindicativa.

Ao caracterizar as três empresas de que falamos, a Federação adianta que a

Mabor, com instalações perto de Vila Nova de Famalicão, tem um contrato de assistência com a «General Tyre and Rubber», que detém 10 por cento do capital da empresa; a maioria pertencente ao Banco Borges & Irmão. A CNB, instalada em Santo Tirso, depende da tecnologia da «Uniroyal/Goodrich»; o capital maioritário é, desde 1986, de um grupo familiar espanhol. A Firestone, com instalações em Alcochete, utiliza a tecnologia da empresa mãe, «Firestone Co.», a quem pertence a totalidade do capital.

Dois factores estão sobretudo na base da prosperidade destas empresas. Segundo a Federação da química, a situação próspera deve-se à expansão da produção e à intensificação da exploração dos trabalhadores.

Daí a boa situação económica-financeira das fábricas de pneus, onde «o aumento das exportações tem compensado largamente a retracção da procura interna».

Os sindicatos acusam as gestões das empresas de pneus de efectuarem investi-

mentos «muito reduzidos» e de praticamente não terem procedido à renovação tecnológica do seu parque industrial.

Quanto à mais intensa exploração dos trabalhadores, verifica-se uma «progressiva degradação da repartição dos rendimentos e a intensificação dos ritmos de trabalho».

Na repartição dos rendimentos, as coisas vão tão mal que as despesas com pessoal baixaram de 70 por cento em 1984 para 56 por cento em 1986».

Relativamente aos ritmos de trabalho, acrescenta a Federação que, «no quadro de um horário médio superior a 40 horas», há condições de trabalho «extremamente violentas», operando-se em «ambiente poluído, sujeito a altas temperaturas e a um ruído elevado».

São situações e problemas que exigem discussão, bem como a aprovação de propostas que possam resolvê-los, mobilizando em unidade os trabalhadores da Mabor, da Firestone e da CNB.



Greve dos médicos em 13 de Abril

Os dirigentes do sindicato dos Médicos da Zona Sul anunciaram em Lisboa, no passado dia 22, uma greve para o próximo dia 13, a cumprir pelos médicos de clínica geral do distrito de Portalegre.

O principal motivo da paralisação baseia-se, segundo o Sindicato, na recusa administrativa das reivindicações dos clínicos gerais, que se resumem ao «cumprimento da lei em vigor».

Os médicos de Portalegre, que se batem há cinco anos pelas mesmas reivindicações, não querendo prejudicar os utentes, marcaram a paralisação para o mesmo dia da «greve decretada por todos os sindicatos médicos», afirmam os dirigentes sindicais do Sul.

A greve de Portalegre é uma forma de luta contra as seguintes medidas da Administração Regional de Saúde: obrigatoriedade de acumular consultas de clínica geral com serviço de urgência; desdobramento obrigatório das 12 horas de urgência em presença física de 24 horas de prevenção; transformação das horas destinadas a tarefas de medicina preventiva, domicílios, estudo de casos clínicos, etc., como estipula a lei em vigor para o serviço de urgência; negociação do gozo de uma folga por serviço não extraordinário prestado ao fim-de-semana; horários de trabalho de 57 e 69 horas por semana, remunerados como se de 45 horas se tratasse; o não pagamento de milhares de horas extraordinárias a cada médico de clínica geral do distrito.

Os dirigentes do Sindicato do Sul fazem notar que as reivindicações dos médicos de Portalegre já foram satisfeitas em todos os outros distritos, com «a estranha excepção da ARS de Portalegre».

Grande adesão à greve na Lusa

A direcção do Sindicato dos Jornalistas dava, na quinta-feira, como adquirida, no primeiro dia de greve, uma adesão de 90 por cento na agência de notícias Lusa, onde os trabalhadores tinham aprovada uma paralisação de 48 horas por reivindicações salariais.

Tinham parado na totalidade as secções «Nacional», «Internacional» e «Novos Produtos». Nas outras secções da agência (fotografia, desporto, documentação) apenas um jornalista esteve em laboração em cada uma. Na secção «Comunidades» trabalharam dois jornalistas e na «Economia» cinco. A maior parte do serviço distribuído durante a greve foi feita por pessoal (correspondentes) que não pertencem aos quadros da Lusa.

Recorde-se que esta greve, a segunda num curto espaço de tempo, se deveu à recusa dos 7,2 por cento de aumentos salariais propostos pela administração. Os trabalhadores, que aprovaram a greve por voto secreto, além de acharem reduzida a percentagem de aumento, lembram que a mesma administração assinou recentemente com os trabalhadores não jornalistas da empresa um aumento salarial de 8,5 por cento.

Eleições sindicais no Comércio do Sul

Com uma só lista concorrente (A), há eleições no CES-Sul. Os trabalhadores do comércio e serviços, filiados naquele Sindicato, votam, entre 4 e 8 de Abril próximo, nos distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal. O lema principal da lista unitária concorrente ao CES-Sul é «Renovar-Dinamizar-Reivindicar».

Apresentam-se ao voto 60 elementos para a assembleia geral, direcção e secretariados distritais.

O CES-Sul abrange cinco distritos a sul do Tejo e o seu nome completo é Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul.

A comissão promotora das eleições divulgava na semana passada algumas passagens do programa de acção da lista A, nomeadamente:

«Renovar pessoas, métodos, processos e formas de funcionamento e de vida sindical; dinamizar a organização, a participação e a actividade em defesa e pelo exercício dos direitos alcançados pelos trabalhadores; reivindicar maiores salários e melhores condições de vida e de trabalho».

Jornadas no Ensino

Têm prosseguido com êxito desde o princípio do ano lectivo as jornadas pedagógicas promovidas pelos sindicatos dos professores. Num primeiro balanço provisório, da responsabilidade do SPGL (sindicato da Grande Lisboa), lê-se que as principais características das jornadas deste ano são a sua «descentralização e prolongamento». Muitos e variados temas pedagógicos têm sido abordados no âmbito desta iniciativa que, segundo informação de meados de Março, já se tinha concretizado em Santarém, Oeiras-Cascais, Caldas da Rainha, Setúbal, enquanto que outras estavam previstas para zonas do distrito de Setúbal, Vila Franca de Xira e Torres Vedras. Isto no que respeita ao âmbito geográfico do SPGL, pois dos outros sindicatos não obtivemos informação. A lei de bases do sistema educativo e o futuro do ensino em Portugal têm sido temas centrais das jornadas. Sob o lema **Damos Rosto ao Futuro - Somos Professores**, outras iniciativas têm sido levadas a cabo junto do pessoal docente, sobretudo nas semanas que antecederam imediatamente a realização da greve geral. Da responsabilidade da Fenprof (federação sindical nacional), o debate foi amplo designadamente quanto ao **insucesso escolar**.

A Fenprof manifestava entretanto as suas reservas quanto ao «projecto de formação em serviço». Numa reunião recente, de meados deste mês, promovida pela Fenprof em Lisboa foi no-

meadamente afirmado que «o projecto de lei (sobre a aludida formação) que pretende ser um modelo de compromisso entre as escolas preparatórias e secundárias e as instituições de ensino superior, acabar por privilegiar as ciências de educação em detrimento da prática pedagógica». Segundo Emília Tavares, do grupo de trabalho da Fenprof para este assunto, «num momento em que tanto se fala de sucesso escolar, torna-se grave que seja minimizada a relação professor/aluno a

intervenção do professor na sala de aula, na escola e no meio». A Federação dos professores (Fenprof), além de um grupo de trabalho para tratar deste assunto da formação em serviço, dispõe também de uma coordenadora nacional.

Sobre educação física e desporto escolar, era entretanto apresentado um livro branco. Vasco Graça, do secretariado nacional da Fenprof afirma que o relatório, recentemente apresentado em público, «traça um quadro rigoroso da situação ac-

tual, apresenta um conjunto de propostas fundamentais para a implementação da Lei de Bases do sistema desportivo», recentemente submetida a debate público pelo Ministério da educação.

O relatório apresentado em forma de livro branco (ou negro) diz Vasco Graça, com algum humor, foi elaborado por especialistas no assunto. A pedido da Fenprof, dedicaram-se a esse trabalho os drs. Teotónio Lima, Carlos Gonçalves e José Manuel Constantino, três «credenciados especialistas das matérias em questão».

IVIMA pára comboios

Os trabalhadores da IVIMA (Marinha Grande), após um plenário efectuado anteontem ao princípio da manhã, cortaram mais uma vez o movimento ferroviário, chamando a atenção da opinião pública para a situação daquela empresa viadeira, com grandes dívidas ao pessoal, à segurança social e à banca.

Este corte da via deveu-se ao facto de o

Crédito Predial Português — uma das instituições credoras — se recusar a desbloquear 40 mil contos de uma venda recente de material da IVIMA. A luta dos viadeiros pela viabilização da empresa dura há alguns anos e já incluiu, entre outras acções, outros cortes da via férrea e a ocupação (por mais de uma vez) das instalações do Banco Português do Atlântico na Marinha Grande.

Debate em Moscavide

A caracterização do «pacte laboral» do Governo Cavaco e a greve geral foram temas em foco no debate público realizado na última sexta-feira à noite na vila de Moscavide (a comemorar os seus 60 anos como sede de freguesia). Tratou-se de uma iniciativa conjunta das organizações locais do PCP e do PS, vivamente saudada pe-

los presentes. Cerca de 250 pessoas estiveram no pavilhão do Atlético de Moscavide, tendo o debate sido introduzido pelo presidente da Assembleia de Freguesia, o socialista Mário Santos, que apresentou a Mesa: em representação do PS, António Augusto Mordido, do secretariado local, e Joaquim Venâncio, sindicalista, além do

• Iniciativa conjunta PCP/PS

próprio Mário Santos; e João Silva, da DORL do PCP e activista sindical, Farinha Carlos, da célula do Partido da Indep (membro da CT, suspenso da empresa) e M. Santos, da Comissão de Freguesia de Moscavide do PCP. Depois das breves intervenções iniciais dos membros da Mesa, passou-se ao debate com a participação da assistência.

Assembleia da República

Pacote laboral é inconstitucional imoral e socialmente injusto

Reflectindo o amplo e vigoroso protesto dos trabalhadores levado a cabo com particular intensidade nas últimas semanas, também a Assembleia da República foi cenário de um debate durante o qual não foram poupadas críticas à política social e laboral do Governo Cavaco Silva.

Em vésperas de Greve Geral, provenientes de todos os quadrantes, as críticas dos partidos da oposição incidiram ainda com muita dureza na utilização da requisição civil por parte do Governo, facto considerado como uma interpretação abusiva e ilegal da lei.

Tudo se passou na passada semana, no decorrer da interpegação sobre política social solicitada pelo PS, política frontalmente posta em cheque pelas bancadas da oposição que a consideraram responsável pela subsistência e agravamento das enormes carências e injustiças que marcam o quotidiano da maioria dos portugueses.

Vítor Constâncio, no final do debate, acusou mesmo o Primeiro-Ministro e o seu Governo de se prepararem para «agravar as desigualdades», chamando ainda a atenção para o facto de estes serem os responsáveis pela «instabilidade social no País» e de pretenderem agora «aumentar a precarização e a insegurança do emprego com a lei dos despedimentos».

Esfumar ilusões

Lei dos despedimentos que acabou por ser um dos temas mais em foco em todo o debate. A ela se referiu desenvolvimentalmente Jerónimo de Sousa, classificando-a como uma peça «inconstitucional, imoral e socialmente injusta», a qual, segundo disse, visa «transformar todos os trabalhadores portugueses em contratados a prazo incerto».

Conclusão perfeitamente acertada e legítima se atendermos a que o referido projecto elimina a protecção jurídica dos representantes dos trabalhadores, limita a liberdade de negociação da contratação colectiva, eleva para 15 as razões subjectivas para despedimento e acres-

centa-lhes razões económicas, tecnológicas, estruturais e de mercado, prevê a quase sumariação do despedimento nas empresas com menos de 20 trabalhadores e permite o despedimento com indemnização em vez da reintegração decidida pelo tribunal.

Foi aliás o conhecimento geral deste projecto dos despedimentos que, na opinião do deputado comunista, «alertou consciências e esfumou ilusões», permitindo ainda unificar «preocupações e descontentamentos» que se traduziram no reforço e desenvolvimento da luta contra os tectos salariais.

Os sentimentos de unidade evidenciados e a crescente resistência e luta contra o pacote laboral e os tectos salariais constituem ainda, no entender de Jerónimo de Sousa, a razão principal para que o Governo tenha passado da «sobranceria para a arrogância, da críspação para a intolerância e da ameaça para a repressão concreta», tendências que apelidou de perigosas e que, em última análise, disse, poderiam «conduzir à liquidação das liberdades e dos direitos fundamentais».

Promessas por cumprir

Abordando algumas questões concretas com incidência na segurança social, a deputada comunista Apolónia Telxela criticou por sua vez a política do Governo para este sector, detendo-se nomeadamente nos valores



A resposta brutal do Governo à luta dos trabalhadores da INDEP pelo pagamento dos salários em atraso constituiu o primeiro sinal de intolerância e do carácter repressivo do actual Governo liderado por Cavaco Silva

insuficientes das pensões dos reformados, do abono de família e do subsídio de aleitação, na suspensão da construção de novas creches e outros equipamentos de apoio à infância e juventude, no agravamento das condições de acesso às pensões por velhice e invalidez dos trabalhadores rurais e nos crescentes problemas que rodeiam a problemática da saúde.

Rogério Moreira, por seu turno, ao pôr em relevo a distância que vai entre as palavras e os actos do Governo, lembrou as promessas que nunca passaram disso mesmo, desmontou as tiradas demagógicas que têm pautado a política juvenil e acusou o Executivo de dificultar a «opção juvenil por uma vida própria e independente, a possibilidade dos jovens terem condições para constituir família e viverem com um emprego estável que lhes assegure boas condições de vida».

Revisão constitucional PCP empenhado no combate ao secretismo

Propor a abertura de reuniões da Comissão de revisão à comunicação social, assegurar após cada reunião a divulgação pública do conteúdo dos debates, submeter a debate público os projectos em apreciação e instalar um serviço telefónico específico com o objectivo de prestar esclarecimentos sobre o andamento da revisão, constituem algumas das propostas e iniciativas que o Grupo Parlamentar do PCP levará a cabo proximamente com vista a combater o secretismo com que os partidos de direita pretendem envolver o processo de revisão constitucional.

Tornadas públicas em recente conferência de imprensa, realizada após as Jornadas Parlamentares do PCP (ver último «Avante!»), estas diligências inserem-se nas acções de defesa da Constituição promovidas pelos parlamentares comunistas e destinam-se a dar réplica às tentativas de imposição de uma revisão constitucional da Lei Fundamental e a impedir, com recurso a todos

os mecanismos regimentais, as iniciativas tendentes à sua antecipação e consumação ilegítimas através de leis ordinárias.

Neste contexto, e com o intuito de enfrentar a acção do Governo e do PSD tendentes à aprovação de leis inconstitucionais, se insere o direito de impugnação do pacote das privatizações (já exercido), encontrando-se neste momento pendentes os recursos igualmente interpostos contra a admissão do pacote laboral e do pacote agrícola.

Segundo foi anunciado na referida conferência de imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP bater-se-á ainda para que seja assegurado o rigoroso cumprimento das normas constitucionais que prevêm a participação das organizações de trabalhadores na discussão da legislação laboral e proporá a adopção de medidas que nos termos do artigo 104.º da Constituição permitam a participação dos trabalhadores rurais e pequenos e médios

agricultores no debate do pacote agrícola.

A par destas acções conducentes a fazer frente à prática de subversão da Constituição levada a cabo pelo Governo, os parlamentares comunistas encontram-se simultaneamente empenhados em desenvolver iniciativas que permitem dar voz à luta dos trabalhadores e ao descontentamento e protesto de outras camadas da população, em fazer a prova de que há respostas e soluções para os problemas nacionais e em intensificar e melhorar os contactos e a articulação com as populações e os seus problemas.

A propósito desta última orientação, importa destacar que se trata de assegurar o reforço das formas de ligação já experimentadas de ligação com o movimento popular e de aplicar «novos meios e fórmulas» que potenciem a ligação aos cidadãos e o conhecimento por estes do que se passa na Assembleia da República e em especial das acções do PCP.

Nacional

Municípios apoiam Reforma Agrária

A proposta de lei de Bases da Reforma Agrária apresentada pelo Governo, a ir por diante, traria novas dificuldades à agricultura e ao Alentejo e Ribatejo e poria em causa — dada a sua clara inconstitucionalidade — o edifício constitucional que as autarquias têm sido garante na região. Esta, a posição conjunta tomada pelos representantes de 23 órgãos autárquicos dos cinco distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária no final de uma reunião realizada terça-feira última, em Évora.

Convocada para debater as previsíveis consequências que advirão com a aplicação da já anunciada legislação agrícola a debater na próxima

semana na Assembleia da República, esta reunião contou ainda com a presença dos representantes da FENCA, dos Secretariados e de UCPs/Cooperativas dos distritos do Alentejo e Ribatejo.

No texto aprovado no final dos trabalhos, os participantes salientam que a legislação proposta pelo Executivo visa reconstituir o sistema de propriedade latifundiária, destruindo a Reforma Agrária e criando novas formas de insegurança para os trabalhadores e agricultores, agravando ainda o clima de instabilidade social e produtiva e impedindo o controlo jurisdicional por parte dos tribunais.

As câmaras municipais presentes exprimiram ainda a

sua profunda preocupação pelo projecto de lei e chamam a atenção do Presidente da República, do Governo e da Assembleia da República para a gravidade da situação económica e social que a proposta de lei arrastaria, reclamando simultaneamente o respeito pela Reforma Agrária e a garantia da sua existência e prosseguimento.

Os presentes decidiram ainda pedir entrevistas ao Presidente da República, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, manifestando também todo o seu apoio e empenhamento na marcha da Reforma Agrária para Lisboa.



Jornadas Parlamentares do PCP: oportunidade para proceder a um balanço da actividade e para debater as grandes orientações, iniciativas e outras acções a levar a cabo até final da Legislatura

Assembleia da República

Política agrícola alvo de interpelação na próxima terça-feira

A sessão plenária da próxima terça-feira, com a qual reabrem os trabalhos parlamentares após as férias da Páscoa, será inteiramente ocupada com uma interpelação ao Governo sobre a política agrícola e o pacote agrário.

A marcação desta iniciativa é do Grupo Parlamentar do PCP que, para o efeito, e com vista a aprofundar o conhecimento sobre a situação da lavoura portuguesa, tem vindo a efectuar múltiplos contactos com agricultores e suas organizações em diversos distritos do País.

Nesta acção de mútuo esclarecimento se inserem designadamente as visitas recentemente efectuadas pelos deputados comunistas Álvaro Brasileiro, Rogério de Brito e Lino de Carvalho a vários distritos das regiões norte e centro onde estabeleceram contactos com organizações de pequenos e médios agricultores, rendeiros, compartes, pequenos proprietários e assalariados rurais.

Dos encontros realizados, segundo a opinião dos deputados comunistas, ressalta a preocupação generalizada entre os homens do campo e suas organizações quanto às orientações do Governo em matéria de política agrícola e

quanto às perigosas e nefastas consequências para a agricultura da legislação por ele proposta.

Para os parlamentares comunistas, como salientámos já em edições anteriores, as propostas de lei do arrendamento rural e do emparcelamento contidas no pacote agrícola do Governo, caso fossem por diante, conduziriam a uma instabilidade, insegurança e dependência dos rendeiros em relação aos proprietários-senhórios, receando-se igualmente no que respeita ao emparcelamento que a ausência de mecanismos de representação dos proprietários e rendeiros emparcelados possa vir a conduzir ao eventual cometimento de injustiças e de processos em favor dos grandes proprietários.

A prevista retirada da gestão democrática dos baldios aos povos e compartes, é, por outro lado, interpretada como um abrir de portas à penetração das grandes empresas de celulose, como de resto já sucede nalgumas regiões como seja o caso de Mortágua onde, nos últimos dois anos, vinte por cento da área florestal passou para as mãos dessas empresas.

Um forte descontentamento dos agricultores relativa-

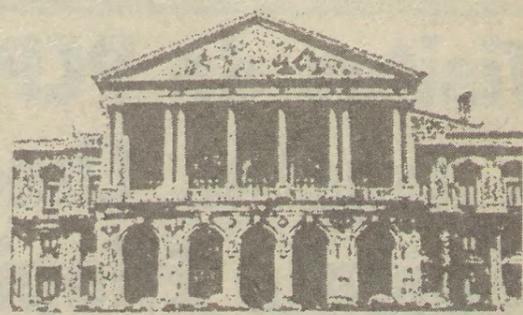


As orientações do Governo em matéria de política agrícola e a nova legislação proposta constituem uma acrescida preocupação para os agricultores e suas organizações

mente à CEE e aos mecanismos de acesso aos tão propalados subsídios, constitui outro dos aspectos referenciados no decorrer dos encontros mantidos pelos deputados comunistas, sendo generalizada a convicção de que tais ajudas apenas têm beneficiado as grandes explorações agrícolas.

Este, pois, o quadro geral

que irá dominar a interpelação da próxima terça-feira, face ao qual os deputados comunistas irão certamente exigir a definição de uma política agrícola orientada para o aumento da produção agrícola nacional, para a diminuição do défice agro-alimentar e para o aumento dos rendimentos e da segurança dos agricultores.



Regimento em debate

O plenário ocupou-se sexta-feira última, numa sessão que se prolongou durante todo o dia, com a discussão do Regimento da Assembleia da República.

Apenas dois artigos foram consensualmente aprovados, tendo-se mantido relativamente aos restantes as posições que separam diametralmente os partidos da oposição das defendidas pela maioria que sustenta o Governo.

Gerador de forte polémica continua assim a ser o articulado que se refere à extinção da figura dos «agrupamentos parlamentares» incluído no projecto do PSD — pese embora a alteração introduzida que prevê que a Intervenção Democrática possa continuar até final da sessão legislativa —, considerando-se a oposição como inaceitável na medida em que, como salientou Raul de Castro, «esta morte a prazo» nada tem a ver com as normas constitucionais.

Importa recordar, entretanto, que para a bancada comunista quer o projecto de Regimento quer o de Lei Orgânica da Assembleia da República apresentados pelo PSD — instrumentos fundamentais para o exercício das competências deste órgão de soberania — constituem motivos de séria preocupação dada a diminuição dos direitos dos partidos da oposição que neles se prevê, configurando ainda uma clara tentativa de monopartidarização do órgão fundamental de gestão da Assembleia da República.

Objecto de vivas críticas por parte da oposição são ainda o facto dos projectos do PSD visarem uma menorização do papel e da capacidade de intervenção da Assembleia da República e de prevenir a rejeição de mecanismos que permitam a aproximação entre a Assembleia da República e os cidadãos.



Uma data com particular relevo na afirmação dos direitos e interesses específicos dos estudantes portugueses

Dia Nacional do Estudante

O Dia Nacional do Estudante, comemorado a 24 de Março e este ano, pela primeira vez, com pleno acolhimento numa Lei da República, foi assinalado na Assembleia com um voto proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Aprovado por unanimidade, o seu texto começa por salientar o significado desta data que desde 1951 é comemorada pelos estudantes portugueses, chamando a atenção para o período da ditadura fascista durante o qual milhares de jovens foram detidos, perseguidos ou ameaçados por participarem em acções «no combate pela instauração

da democracia e da liberdade».

Lembra ainda o texto subscrito pelos deputados comunistas que a repressão desencadeada sobre os estudantes em 1962 deu origem a um «vastíssimo movimento de protesto estudantil que se estendeu ao longo de vários meses», constituindo a mais significativa «crise académica» verificada durante a ditadura.

De elevado significado, salienta ainda o voto, foi a aprovação no ano passado pela Assembleia da República da Lei que consagra o 24 de Março como Dia Nacional do Estudante, diploma que procu-

rou contribuir «para a dignidade acrescida das comemorações desta data», associando-se assim este órgão de soberania «ao seu profundo conteúdo democrático e de iniciativa própria dos jovens».

Ao saudarem os estudantes portugueses e as suas estruturas representativas pela passagem desta data, os deputados formulam ainda no voto os maiores «êxitos» para as suas actividades lectivas e anseios sócio-culturais e pronunciam-se no sentido de que «sejam garantidas as necessárias condições que permitam o pleno êxito das comemorações estudantis».

O regabofe das privatizações Diplomas aprovados violam a Constituição

Com os votos apenas da bancada da maioria, a Assembleia da República aprovou, em votação final global realizada sexta-feira última, dois diplomas governamentais que visam, antes mesmo da revisão constitucional, a entrega de partes das Empresas Públicas mais rentáveis ao capital privado.

Face à aprovação destes diplomas — um, autoriza as empresas públicas a serem transformadas em sociedades anónimas com 45 por cento de capital privado; o outro, estabelece o regime disciplinar de alienação de participações ou bens e instalações detidas pelo Estado em empresas de comunicação social — os partidos da oposição, designadamente o Partido Comunista e o Partido Socialista, admitiram já a possibilidade de, na sequência da sua eventual promulgação pelo Presidente da República, virem posteriormente a remetê-los para o Tribunal Constitucional.

Na origem desta posição está a inconstitucionalidade dos diplomas em causa, facto salientado nas declarações de voto proferidas no final por deputados dos dois partidos. Carlos Carvalhas, do PCP, afirmou tratar-se de

mais uma tentativa do PSD para através de lei ordinária violar a Constituição, quer quanto à sua letra quer quanto ao seu espírito, esvaziando-a do seu conteúdo e fazer assim a «sua revisão na prática».

«O contido na presente proposta de lei é um mero artifício concebido para ludir o Tribunal Constitucional — salientou ainda o deputado comunista — e para frustrar a proibição constitucional de desnacionalizações que continuam em vigor e a cujo respeito continuam vinculados todos os órgãos de Estado».

Jorge Larcão, expressando a posição da bancada socialista, afirmou por seu turno que o regime legal agora previsto constitui uma «peça mais» da política do Executivo liderado por Cavaco Silva de «quebrar os equilíbrios institucionais e tudo governamentalizar».

Não se confinou, porém, à questão da constitucionalidade a análise dos diplomas em apreço. Apreciando alguns aspectos da sua concretização, nomeadamente da lei com que o Governo pretende transformar actuais empresas públicas em sociedades anónimas com 45 por cento de capital privado, Carlos Carvalhas manifestou a

sua convicção de que o «regabofe está anunciado».

Com efeito, segundo disse, «quando são conhecidos os triângulos de ouro, os escândalos de especulação bolsista, das OPV's e do caso Sonae», não deixa de ser muito significativo que «o Governo refira no presente diploma que a maioria das alienações serão realizadas por transacções em bolsa de valores...».

Para o deputado comunista isto significa que «depois de ter transferido milhares de pequenas poupanças para os bolsos de meia dúzia de capitalistas através das famosas OPV's de 1987, o Governo do PSD prepara agora nova operação para encher os cofres dos seus amigos e afilhados com a alienação do património nacional e com os bens do povo português».

Nos objectivos do Governo, com este diploma, ainda segundo Carlos Carvalhas, está a «concentração em poucas mãos da propriedade, gestão e comando pelo grande capital de sectores chave da economia», dando assim início a «um novo ciclo de domínio do poder político pelo poder económico».

Internacional

Visitas do PCP a Argélia, Checoslováquia, Iémen e Etiópia

Uma delegação do Partido Comunista Português composta por Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, visitou este mês a República Argelina Democrática e Popular, a República Socialista da Checoslováquia, a República Democrática e Popular do Iémen e a República Democrática Popular da Etiópia.

A visita à Argélia, feita a convite do Partido da Frente de Libertação Nacional, decorreu de 11 a 14 de Março, contribuindo para reforçar a amizade e solidariedade existente entre os dois Partidos. Durante a sua estada no país, a delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do Partido FLN conduzida por Abderrezak Bouhara, membro do Se-

cretiário Permanente do CC e responsável das Relações Exteriores e foi recebida por Tayeb Belakdar, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores Argelinos e membro do CC, por Dyeloul Nemmiche, vice-presidente da Assembleia Popular Nacional e membro do CC e Mohamed Cherif, ministro do Comércio Externo.

Um bem como de outros países socialistas, Estados e forças amantes da paz no mundo, para impedir a corrida aos armamentos, pela eliminação das armas nucleares. A este respeito exprimiram o seu apoio ao tratado soviético-americano sobre a eliminação das armas nucleares de curto e médio alcance.

Sobre a situação no Médio Oriente, ambas as partes ex-



Encontro com Ashagre Yigletu, secretário do CC do Partido dos Trabalhadores da Etiópia

primiram o seu pleno apoio ao levantamento palestino nos territórios árabes ocupados por Israel, cujas práticas brutais condenaram. Os dois Partidos defendem o direito do povo palestino à autodeterminação e à construção do seu próprio Estado independente sob a direcção da OLP, bem como a realização de uma Conferência Internacional sobre a Paz no Médio Oriente com a participação de todas as partes envolvidas no conflito, sob os auspícios dos membros do Conselho de Segurança da ONU.

Ainda sobre a situação no Golfo, os dois Partidos concordaram com a necessidade de pôr fim à guerra, dar cumprimento à Resolução 598 do Conselho de Segurança e



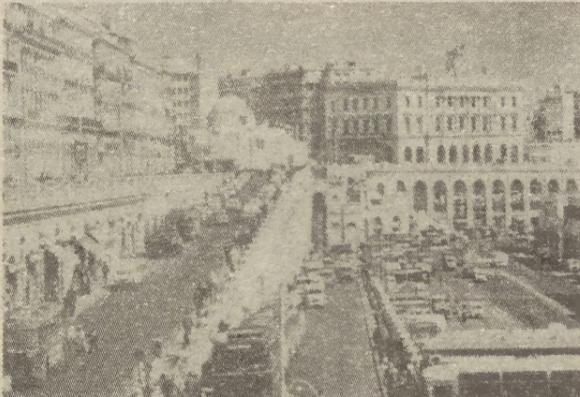
Encontro com o secretário-geral adjunto do Partido Socialista Iemenita

Delegação do PCP no Sahara Ocidental

Em representação do Partido Comunista Português, a convite da Frente Polisário, visitou o território do Sahara Ocidental de 16 a 22 do corrente, Jorge Matos, membro do Comité Central do PCP.

No quadro da visita, o representante do PCP tomou contacto com aspectos da realidade económica e social, política e militar da República Árabe Saaraui Democrática (RASD), tanto nas regiões libertadas do seu território como nos acampamentos de refugiados em território argelino.

Jorge Matos visitou designadamente dois dos quatro acampamentos de refugiados, uma exploração agropecuária piloto, escolas, centros de formação profissional e



Uma vista de Argel, onde a delegação do PCP teve também importantes encontros

complexos produtivos, o hospital central e centros sanitários locais, tendo recolhido uma ampla informação sobre o modo de organização da vida das populações refugiadas, dos sistemas de ensino e educação, da assistência médica, da actividade do partido.

Jorge Matos foi recebido por Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Frente Polisário e presidente da RASD com quem manteve uma troca de informações e opiniões acerca da situação em Portugal e da RASD e designadamente sobre a corajosa luta conduzida pela Frente Polisário pela autodeterminação e independência do povo saaraui, à qual o representante do PCP reiterou a activa solidariedade dos comunistas portu-

gueses.

O representante do PCP foi igualmente recebido por Mahfoud Alibaiba, membro do Comité Executivo e chefe do Departamento de Relações Exteriores da Frente Polisário, por Sinea Ahamed membro do Bureau Político e Governadora de um dos acampamentos, Abdelkader Talheb Omar, membro do Bureau Político e ministro do Interior da RASD, Nehma Jomani, ministro da Saúde e outros responsáveis políticos e administrativos.

Todos os encontros realizados decorreram em ambiente de calorosa amizade, sendo expressa a vontade recíproca de fortalecer as relações de solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e a Frente Polisário.

chegar a um acordo para a retirada de todas as forças militares estrangeiras da região.

Finalmente, de 20 a 24 de Março, a delegação do PCP visitou a Etiópia, a convite do CC do Partido dos Trabalhadores.

A delegação manteve conversações com o camarada Ashagre Yigletu, secretário do CC do PT da Etiópia, responsável pelas Relações Internacionais, sobre a situação política em cada um dos países e a cooperação futura entre os dois Partidos. A delegação do PCP exprimiu o seu alto apreço pelas realizações revolucionárias do povo etíope, manifestando a solidariedade dos comunistas portugueses para com o PTE na sua luta pela concretização dos objectivos do Programa da Revolução Democrática Nacional da Etiópia.

A delegação do PCP visitou o Conselho de Estado da RDPE e foi informada da situação do país, tendo ainda visitado a aldeia de Tadetcha.

Na troca de opiniões sobre a situação internacional ambas as partes concluíram da importância de fortalecer a cooperação e solidariedade de todas as forças revolucionárias e progressistas para defender a paz, o desarmamento nuclear e o progresso social.

Direitos humanos em debate

Realizou-se em Berlim, capital da RDA, uma conferência internacional sobre direitos humanos, que contou com a participação de representantes de partidos comunistas e operários de onze países. Especialistas em ciências sociais da Bulgária, Checoslováquia, Coreia Democrática, Cuba, Laos, Mongólia, Polónia, Hungria, União Soviética e Vietname, debateram «A política do socialismo pela implementação dos direitos humanos e a luta pela paz e progresso social». A Conferência, que decorreu dias 22 e 23 de Março, foi organizada pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA).

Na conferência, a propaganda burguesa sobre direitos humanos foi qualificada como demagogia com que se pretende encobrir a realidade que se vive no capitalismo, quer nos centros quer na sua periferia. Foram salientados grandes problemas como o do desemprego em massa, a discriminação racial e o terror na África do Sul e na Palestina, as ditaduras fascistas.

Salientadas também outras questões, como a importância que hoje assume a salvaguarda da paz e ainda a necessidade de uma posição mais ofensiva da parte do socialismo na batalha ideológica no plano internacional.

Congresso dos Kolkhozianos

Aproveitar, o mais plenamente possível, as potencialidades das cooperativas para o desenvolvimento da produção agrícola, foi um dos temas centrais em debate no 4.º Congresso Nacional dos Kolkhozianos, que teve início dia 23 no Kremlin.

Outro dos temas foi a discussão do projecto-lei sobre as cooperativas e do seu novo estatuto, que deve consagrar os princípios gerais da actividade das explorações agrícolas, em moldes de uma maior participação e democracia.

Actualmente, o sector agro-industrial do país engloba cerca de 96 mil explorações, maioritariamente estatais, das quais 27 mil são cooperativas agrícolas, com 12,5 milhões de trabalhadores, responsáveis por 50% da produção de cereais na URSS, a maior parte da beterraba sacarina, algodão e outras culturas agrícolas. Em termos nacionais, a produção agrícola aumentou nos últimos dois anos 9%, e nas cooperativas agrícolas especificamente 11%.

Os delegados congratularam-se com os resultados alcançados, salientando, contudo, que o principal, ou seja, o cumprimento dos planos, está ainda por fazer.

Ao discursar nos trabalhos do Congresso, Gorbachov disse terem-se acumulado «muitos problemas que durante longo tempo ficaram por resolver», mas adiantou que se está a assistir a importantes transformações, destacando em particular a dinamização verificada no desenvolvimento das infra-estruturas do sector social e laboral e científico-técnico.

«Team Spirit-88»

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia, denuncia as manobras militares conjuntas dos EUA e da Coreia do Sul, «Team Spirit-88» — pela envergadura e nível de equipamentos e duração — como um ensaio de guerra nuclear agressiva.

Nos últimos anos, o governo da RPD da Coreia tem vindo a apresentar sucessivas propostas de desarmamento, que passam pelo fim da corrida armamentista, a redução dos efectivos militares das duas partes da Coreia para menos de 100 000, um acordo de paz Coreia-EUA, a declaração de não-agressão entre as duas partes da Coreia, a transformação da península coreana numa zona pacífica e a cessação das manobras militares de grande envergadura.

Como gesto de boa vontade, o governo da RPD da Coreia desmobilizou unilateralmente 100 000 efectivos no seu Exército e, no início do ano, propôs a convocação de uma reunião conjunta Norte-Sul da Coreia, para avançar no sentido da unificação do país.

A resposta do Sul e dos EUA está longe de ser pacífica. Avançam com as manobras militares «Team Spirit-88» e, a pretexto de criar condições de segurança para as Olimpíadas, os EUA concentram enormes forças militares, inclusive porta-aviões, no Sul da Coreia.

Mensagem de Tutu a José Eduardo dos Santos

O chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu em Luanda uma mensagem pessoal do presidente das Igrejas de África, arcebispo Desmond Tutu.

Na mensagem são reconhecidos os esforços de Angola na luta pela completa libertação de África, em particular pela independência da Namíbia e para o aniquilamento do sistema de *apartheid*.

O reverendo José Chipenda, secretário-geral das Igrejas de África, que transmitiu a mensagem, condenou as acções desestabilizadoras da Unita e assegurou a disposição dos religiosos em contribuírem também, em confluência com os esforços do governo angolano, para o desenvolvimento económico e social do país.

Casa da Paz — solidariedade com o povo palestino

Evocando os trágicos acontecimentos do dia 30 de Março de 1976 — expulsão pelas tropas do regime sionista dos palestinianos, das terras que cultivavam, situação que perdura até hoje —, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), organizou uma sessão de solidariedade com o povo da Palestina, na Casa da Paz, no dia 30 de Março.

Internacional

França

Eleições a 24 de Abril

O que está em jogo

«Não se governa da mesma maneira com um partido comunista com 20 ou com 10%», afirma o ex-vice-presidente do CNPF (a confederação do patronato francês), Yvon Chotard. Expressiva a afirmação que directamente nos leva ao fulcro do que está em jogo nas eleições presidenciais a realizar em França a 24 de Abril, com segunda volta a 8 de Maio.

Não por acaso, e já antes da campanha eleitoral, num estilo também bem nosso conhecido aqui em Portugal, os médias se têm vindo a aplicar, a golpes de sondagem, em fazer crer que o que está em jogo não são opções de carácter político, mas tão só a escolha de um homem «providencial».

A este respeito vale a pena transcrever um pequeno extracto de «Le Nouvel Économiste», aliás na óptica de convencer os franceses de que não existe alternativa, que a via política e socioeconómica seguida é — dura embora (para com os trabalhadores, naturalmente...) — a única possível. Seja com Chirac, Barre ou Mitterrand.

Diz «Le Nouvel Économiste»: «Esta evolução... conduz em qualquer dos casos, a deixar de lado certos grandes temas, com medo de

quebrar os consensos, ou de parecer reanimar querelas anacrónicas. Não se deve falar da defesa, porque isso enfraqueceria as posições nacionais, é preciso evitar a política externa para não incomodar os nossos diplomatas, contornar a questão do desemprego porque ninguém tem a receita, deixar as instituições em paz sob pena de despertar os velhos demónios. Podíamos bem confrontar-nos na economia, mas o liberalismo está tão em moda que ninguém, salvo André Lajoinie, ousa ainda contestá-lo».

Assim ficam de lado as realidades concretas para dar lugar ao «marketing». «Vende-se» o produto-presidente, cada qual mais «providencial» que o outro. Chirac invoca os «bons resultados», aliás, só traduzíveis em termos de lucros. Barre

tenta fazer esquecer a sua prática política. Mitterrand auto-apresenta-se como o homem «providencial», dos consensos e da unidade, do «voto útil».

A realidade concreta o balanço de 7 anos

Qual a realidade concreta na França de hoje? Que factos os partidos da burguesia tentam escamotear nesta campanha eleitoral?

No relatório apresentado por Paul Laurent à reunião do CC do PCF em vésperas da abertura oficial da campanha eleitoral, aponta-se dois traços principais que marcam a situação actual do país.

- «As forças do capital desenvolvem um ataque brutal e generalizado contra as condições de vida do mundo do trabalho, contra as liberdades democráticas, contra o desanuviamento e o desarmamento».

- «O segundo traço da situação, é que as manifestações de inquietação, de angústia, mesmo de cólera e de vontade de resistência face às consequências da política actualmente posta em prática são mais visíveis, mais numerosas».

Ainda no relatório de Laurent, se sublinha a importância de lutas havidas e em curso.

«O ano de 1987 foi, já o sublinhámos, o dos primeiros sinais de recuo do desencorajamento e das ideias de resignação. Após as lutas dos estudantes e dos maquinis-

tas, dos professores, a acção em defesa da Segurança Social, a libertação de Pierre-André Albertini, o movimento contra a condenação dos dez da Renault, depois da acção dos pacifistas de França assumindo posição face ao primeiro acordo de desarmamento, depois dos estados gerais da cultura, tivemos a retirada do projecto Longuet contra os carteiros, a retirada do projecto contra o estatuto Renault. Certo, sejamos comedidos, em muitos destes exemplos nada está ainda adquirido, as ameaças permanecem. Mas centenas de milhar de mulheres, de homens, de jovens lutaram, juntaram-se, obtiveram sucessos, limitaram os efeitos nefastos das agressões patronais e governamentais».

Um significativo balanço de luta e resistência. Luta e resistência que são a resposta popular a uma política de sistemática degradação das condições de vida.

Uma degradação real de que aqui se dá um muito sucinto quadro.

De acordo com o balanço dos últimos sete anos, publicado em «Economia e Política», o poder de compra, líquido, dos assalariados, tem vindo a baixar sistematicamente desde 1982, num total de 6%. O progresso registado no salário mínimo em 1981, foi totalmente anulado. Oito milhões de pessoas (dois milhões mais que em 1979) vivem abaixo do limite dos 50 francos por dia e por pessoa.



SMIC a 6000 francos Dinheiro não falta

O SMIC (salário mínimo nacional) a 6000 francos, é uma das exigências avançadas pelos comunistas franceses. Exigência particularmente sentida pelos trabalhadores pois a luta contra a degradação das condições de vida passa em grande medida pela batalha salarial.

Nesta fase de eleições, uma reivindicação que diz respeito a um grande número de trabalhadores assume particular importância como factor de mobilização e unificação de esforços.

A quem abarcaria a concretização desta reivindicação? E seria viável?

- Seis milhões de pessoas iriam beneficiar da concretização desta exigência: um assalariado em cada três, um operário em cada dois, 40% dos empregados. E ainda, todos os que têm um trabalho precário, muito em particular os jovens.

- Esta exigência parte de uma base muito concreta: desde 1982 o poder de compra dos rendimentos do trabalho baixou de 3,6%. Simultaneamente foram liquidados 500 000 postos de trabalho. Os salários são mais baixos onde é maior o desemprego. Em simultâneo com o decrescente poder de compra dos trabalhadores regista-se uma estagnação da economia. Há 10 anos a indústria francesa cobria 74% das necessidades do país, hoje apenas corresponde em 60%.

- Desde 1982, as fortunas triplicaram. Ainda recentemente, e para fazer face às manobras dos especuladores, o Banco de França injectou em dois dias 40 mil milhões de francos. Uma soma que seria suficiente para financiar durante um ano um aumento do SMIC de 4700 para 6000 francos para dois milhões de trabalhadores. O dinheiro não falte!

Entretanto, no mesmo período, os lucros das empresas duplicaram, o poder de compra dos rendimentos financeiros aumentou em 16%, o investimento estagnou.

24 de Abril o sentido do voto Lajoinie

«As tenazes da política de austeridade, de precaridade, de desemprego, de repressão anti-sindical, de sobre-armamento, sairão reforçadas desta consulta? — pergunta-se Marchais, na reunião já referida do CC do PCF — Terão eles amanhã mais poder para impor e agravar a sua política? Ou, pelo contrário, a oposição a esta política, a exigência de outras soluções exprimir-se-ão com força graças ao único voto que as representa o voto em André Lajoinie? Condições novas e mais favoráveis serão assim criadas para defrontar os golpes do poder e do patronato! Esta é a verdadeira questão».

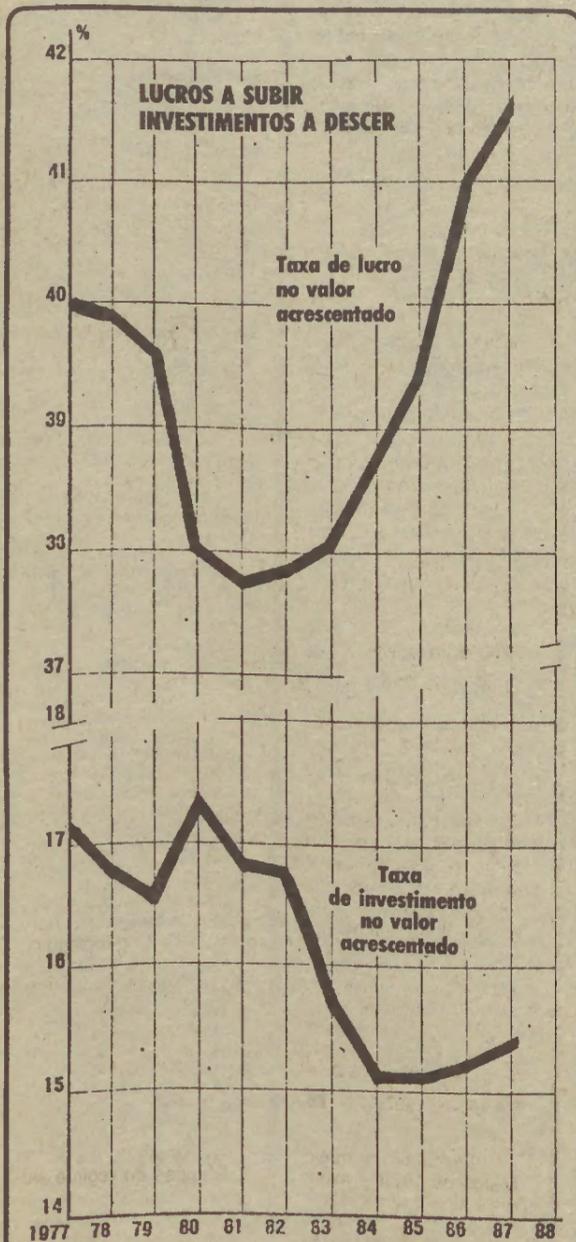
Para os comunistas franceses, a primeira volta das eleições presidenciais, a 24 de Abril, deve servir para marcar um repúdio de massas à política do capital, dar uma outra força política às diversas lutas em curso, em particular as lutas nas empresas, dar uma expressão eleitoral ao PCF que possa

funcionar como contrapeso real à ofensiva do capital.

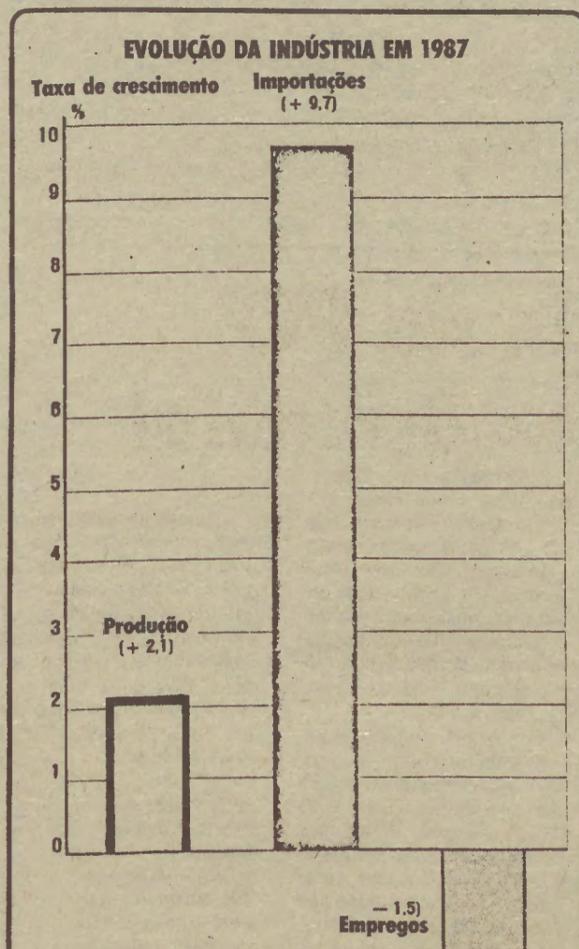
Como sublinha o secretário-geral do PCF, o voto em Lajoinie pode ser vital para milhões de pessoas. «Vital para os desempregados sem recursos obterem um subsídio mínimo de 3000 francos. Vital para os assalariados obterem um SMIC (salário mínimo) de 6000 francos. Vital para os jovens conseguirem a transformação de empregos precários em empregos estáveis. Vital para as famílias obterem 700 francos de abono de família por criança e desde o primeiro filho».

No 26.º Congresso do PCF, realizado há pouco mais de três meses, foi afirmado que «a grande burguesia quer utilizar esta oportunidade para vencer uma etapa política decisiva. Precisa dispor depois desta eleição de um presidente com que possa contar, de uma maioria alargada, de um movimento popular dividido e desencorajado, em síntese de uma relação de forças sociais e políticas que lhe permitam sem riscos maiores realizar os seus projectos de destruição».

Para os comunistas franceses, trata-se de impedir a concretização de tais projectos. Com uma forte votação em Lajoinie na primeira volta. E na segunda volta, com um voto que impeça a eleição do candidato de direita.



A margem das empresas (ou seja a parte dos lucros no conjunto das riquezas criadas — valor acrescentado) está em constante aumento desde os anos 80. Paralelamente a parte consagrada ao investimento está em queda



Em 1987 a produção do sector manufactureiro continuou muito fraca. Em contrapartida as importações registaram no mesmo sector um salto de quase 10% e o emprego sofreu uma quebra de 1,5%

Internacional

Nicarágua

Acordo de Sapoa
leva a cessar-fogo

A libertação de 100 presos na Nicarágua e o início da retirada dos soldados norte-americanos da 82.ª Divisão Aerotransportada enviados pela administração Reagan para as Honduras no passado dia 10, são dois acontecimentos de relevo resultantes do acordo assinado na quinta-feira em Sapoa entre dirigentes sandinistas e representantes dos «contras», que podem contribuir para o processo de paz na América Central.

A reunião de Sapoa, na Nicarágua, que deu início às negociações directas entre «contras» e sandinistas, saldou-se num acordo transitório cujo objectivo é alcançar um cessar-fogo. O período transitório até à assinatura do acordo definitivo, prevista para amanhã, 1 de Abril, destinou-se a implementar uma amnistia gradual dos «contras» presos, bem como a determinar as condições precisas em que será estabelecido o fim de todas as operações militares.

Recorda-se que estas negociações chegaram a ser postas em causa com a decisão de Reagan de enviar para as Honduras um destacamento de 3200 militares, a pretexto de uma pretensa «invasão» daquele país pela Nicarágua, medida duramente criticada tanto internacionalmente como nos próprios Estados Unidos.

A vontade de defender a paz e encontrar uma solução pacífica para os problemas centro-americanos levou as autoridades nicaraguenses a persistir no diálogo, impedin-

do assim o fracasso da reunião de Sapoa. O próprio presidente Daniel Ortega se deslocou àquela localidade para estudar os detalhes do documento assinado posteriormente pela delegação governamental, dirigida pelo ministro da Defesa, Humberto Ortega.

Segundo o texto, o acordo de Sapoa será verificado por uma comissão integrada pelo arcebispo Miguel Obando y Bravo e pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), João Barena Soares, ambos presentes em Sapoa como observadores.

A ratificação das medidas acordadas pelas autoridades sandinistas e a sua imediata aplicação prática com a libertação de 100 «contras» acusados de actividades subversivas e contra-revolucionárias, após uma reunião de urgência da Assembleia Nacional da Nicarágua, testemunha a vontade de levar a bom termo o diálogo agora iniciado, no âmbito dos objectivos do plano de paz centro-americano assinado

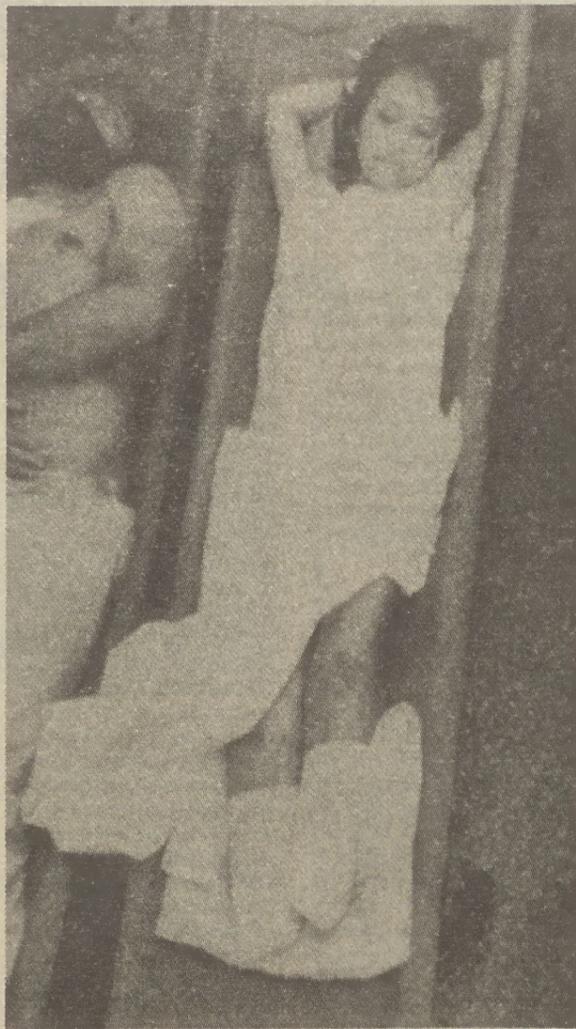
em Esquipulas, na Guatemala, em Agosto do ano passado e renovado em Janeiro último na Costa Rica.

Se o calendário estabelecido for cumprido, começará a partir de amanhã, 1 de Abril, uma trégua de 60 dias, primeiro passo no estabelecimento de um cessar-fogo.

As reacções ao acordo de Sapoa não se fizeram esperar. Enquanto, na sua passagem por Lisboa, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, dizia «não posso deixar de saudar o acordo», em Washington o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater declarava que «há razões encorajantes, mas há igualmente motivos para se estar céptico».

O cepticismo norte-americano, que se prende evidentemente com a oposição declarada da administração Reagan ao plano de paz da Guatemala, não evitou no entanto a decisão do Congresso em fazer regressar os soldados norte-americanos enviados para as Honduras, nem as críticas à administração pela forma «precipitada» como procedeu nesta matéria. Sintomático das divisões existentes nos EUA sobre o assunto é o facto de, malgrado as pressões de Reagan, não ter sido aprovado o reinício da ajuda militar dos anti-sandinistas.

Na segunda-feira regres-



Kenia Martinez, seis anos de idade, uma das vítimas das acções terroristas dos «contra» numa guerra alimentada por Washington. O actual acordo abre uma esperança de paz

saram das Honduras aos EUA os primeiros 800 soldados, estando prevista a retirada dos restantes do total de 3200 ainda durante esta semana.

O processo de paz está, contudo, bastante longe da total concretização. Um dos factores mais importantes para a sua aplicação reside no desmantelamento das bases militares estrangeiras na

América Central, o que implica a sua aceitação por parte dos EUA, designadamente no respeitante às Honduras, transformadas nos últimos anos numa autêntica praça forte norte-americana.

Neste contexto, reveste-se da maior importância o processo de diálogo em curso na Nicarágua e todo o apoio internacional às propostas de paz para a América Central.

África do Sul mata no Botswana

Soldados sul-africanos assassinaram segunda-feira quatro pessoas nos arredores de Gaborone, no Botswana, a pretexto de serem alegadamente membros do Congresso Nacional Africano (ANC).

O ataque terrorista foi reconhecido pelo Quartel-General de Pretória, que anunciou ainda que soldados em patrulha na fronteira entre a África do Sul e o Botswana tinham morto na sexta-feira mais três pretendidos guerrilheiros do ANC.

O crime de Gaborone, como denunciou a polícia local e revelou a imprensa através de imagens emitidas para todo o mundo, foi cometido com a maior brutalidade. Os quatro corpos foram encontrados queimados a ponto de ser impossível a sua identificação e no local foram encontradas latas de gasolina. Junto da casa onde estavam os corpos foi encontrado um carro, deixado pelos atacantes, de matrícula sul-africana.

Todos os ocupantes da casa, segundo informações do Botswana, eram refugiados sul-africanos.

Não é a primeira vez que sucede uma acção destas. O Botswana, que nega que o seu território seja utilizado por guerrilheiros do ANC, tem uma posição de frontal condenação do *apartheid*, acolhendo refugiados políticos sul-africanos. Por isso mesmo o seu território tem sido alvo de frequentes ataques de Pretória. Segundo o

governo do presidente Quett Masire, nos últimos anos foram mortas pelo menos 18 pessoas, a tiro ou em atentados bombistas, todas acusadas de serem membros do ANC.

A actividade terrorista das forças sul-africanas faz-se sentir igualmente noutros pontos da região, com particular destaque para a Namíbia, onde basta a mais leve suspeita de simpatia ou contactos com a SWAPO para se ser vítima de prisão e torturas que conduzem muitas vezes à morte.

Segundo a agência noticiosa namibiana «Nampa», quando os presos não «confessam» são submetidos aos chamados «métodos intensivos de investigação» que significam a aplicação de choques eléctricos, injeções de éter nas unhas, espancamentos, encarceramento durante vários dias sem água e comida, tortura do sono e aplicação de estupefacientes fortes.

Informa a agência, que acusa as autoridades sul-africanas de recorrerem ao terror total como forma de reforçar as suas posições coloniais na Namíbia, muitos presos não suportam as torturas, acabando por morrer. Nesses casos, a explicação oficial é sempre de «suicídio» ou de «desaparecimento sem deixar vestígios».

Estas práticas são particularmente frequentes no norte da Namíbia; nesta região, proclamada «zona operacional», unidades regulares do exército sul-africano apoiadas pelos «esquadrões da morte» efectuam regularmente operações punitivas contra a população civil, organizam buscas e rusgas em aldeias e povoações, sempre a pretexto de combater os guerrilheiros do exército popular de libertação da Namíbia.

O agravamento da política terrorista de Pretória, bem como os seus permanentes ataques aos países da Linha da Frente, levou entretanto o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, a apelar à comunidade internacional para que reforce as sanções económicas contra a África do Sul. É de esperar que a reunião de parlamentares de países da África Austral e da Europa Ocidental, a decorrer em Harare, venha a tomar decisões que contribuam para o isolamento e liquidação do regime de *apartheid*.

AVANTE!

IMPRENSA DE AVANTE!

Rua Centro de Partido Comunista da P. de L. 1

«Desde 1926, ao longo destes 40 anos, (...) a mão de ferro do fascismo asfixiou as liberdades fundamentais, suprimiu a imprensa democrática, aboliu os partidos e organizações patrióticas antifascistas, estabeleceu o monopólio do partido único, privou a classe operária de organizações sindicais livres. Afogaram-se as mais sentidas aspirações populares sob o jugo de uma polícia política e de um aparelho repressivo que por toda a parte impõe um clima de terror, de intimidações, de crimes revoltantes.

Os quarenta anos do fascismo significam quarenta anos de fome, de prisões, de torturas, de mortes — quarenta anos de crimes contra o povo português.

Eis apenas alguns dos mais conhecidos assassinatos perpetrados pelo fascismo.

Janeiro — 1948 — António Lopes de Almeida, na Pide em Lisboa.

3 de Janeiro — 1950 — Militário Ribeiro, na Penitenciária de Lisboa.

7 de Janeiro — 1942 — Henrique Vale Domingues Fernandes, no Tarrafal.

12 de Janeiro — 1943 — Paulo José Dias, no Tarrafal.

23 de Janeiro — 1950 — José Moreira, na Pide, em Lisboa.

15 de Fevereiro — 1957 — Joaquim Lemos de Oliveira.

15 de Fevereiro — 1965 — General Humberto Delgado, em Badajoz.

Março — 1957 — José Centeio, em Alpiarça.

2 de Março — 1957 — Manuel da Silva Júnior, na Pide, no Porto.

21 de Março — 1965 — Alberto de Araújo.

Abril — 1934 — Manuel Vieira Tomé, na Pide, em Lisboa.

Abril — 1944 — General Godinho, no Forte da Trafaria.

28 de Abril — 1962 — Francisco Madeira, em Aljustrel.

28 de Abril — 1962 — António Adângio, em Aljustrel.

Maio — 1944 — Francisco Ferreira Marquês, na Pide, em Lisboa.

Maio — 1950 — Venceslau Ferreira, na Pide, em Lisboa.

1 de Maio — 1962 — Estêvão Giro, em Lisboa.

1 de Maio — 1963 — Agostinho Fineza, em Lisboa.

19 de Maio — 1954 — Catarina Eufémia, em Pias.

28 de Maio — 1945 — Germano Vidigal, na Pide, em Lisboa.

4 de Junho — 1950 — Alfredo Dias Lima, em Alpiarça.

20 de Junho — 1936 — Francisco Cruz, em Angra do Heroísmo.

21 de Junho — 1947 — José Patuleia, na Pide, em Lisboa.

23 de Junho — 1958 — José Adelino dos Santos, em Montemor-o-Novo.

25 de Junho — 1948 — Bento de Jesus Caraca.

4 de Julho — 1942 — Ferreira Soares, em Espinho.

4 de Julho — 1945 — Alfredo Diniz (Alex), na estrada de Bucelas.

31 de Agosto — 1958 — Raul Alves Júnior, na Pide, em Lisboa.

11 de Setembro — 1943 — Bento Gonçalves, no Tarrafal.

20 de Setembro — 1937 — Pedro de Matos Filipe, no Tarrafal.

24 de Setembro — 1937 — Augusto Martins, na Pide, em Lisboa.

12 de Outubro — 1941 — Mário Castelhana, no Tarrafal.

11 de Novembro — 1961 — Cândido Martins, em Almada.

15 de Novembro — 1943 — Francisco Nascimento Gomes, no Tarrafal.

1 de Dezembro — 1938 — Alfredo Caldeira, no Tarrafal.

5 de Dezembro — 1949 — Socorro Pereira Gomes.

8 de Dezembro — 1941 — Ernesto José Ribeiro, no Tarrafal.

12 de Dezembro — 1942 — José Lopes Dinis, no Tarrafal.

17 de Dezembro — 1939 — Fernando Alcobia, no Tarrafal.

19 de Dezembro — 1961 — José Dias Coelho, numa rua de Lisboa.

28 de Dezembro — 1948 — António Guerra, no Tarrafal.

A estes nomes poderíamos juntar muitos mais, de comunistas e outros democratas, assassinados no Tarrafal, de 10 marinheiros assassinados em 8 de Setembro de 1936, na revolta dos marinheiros, de centenas de africanos assassinados por ordem do governador Gorgulha, em S. Tomé, de muitas centenas de angolanos, moçambicanos e guineenses...

(«40 Anos de Fascismo — 40 Anos de Crimes» — «Avante!», VI Série, n.º 365, Março-Abril 1966)



Em Foco

Avante!

Ano 58 - Série VII

N.º 744

31 de Março de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

28 mar.88 GREVE GERAL

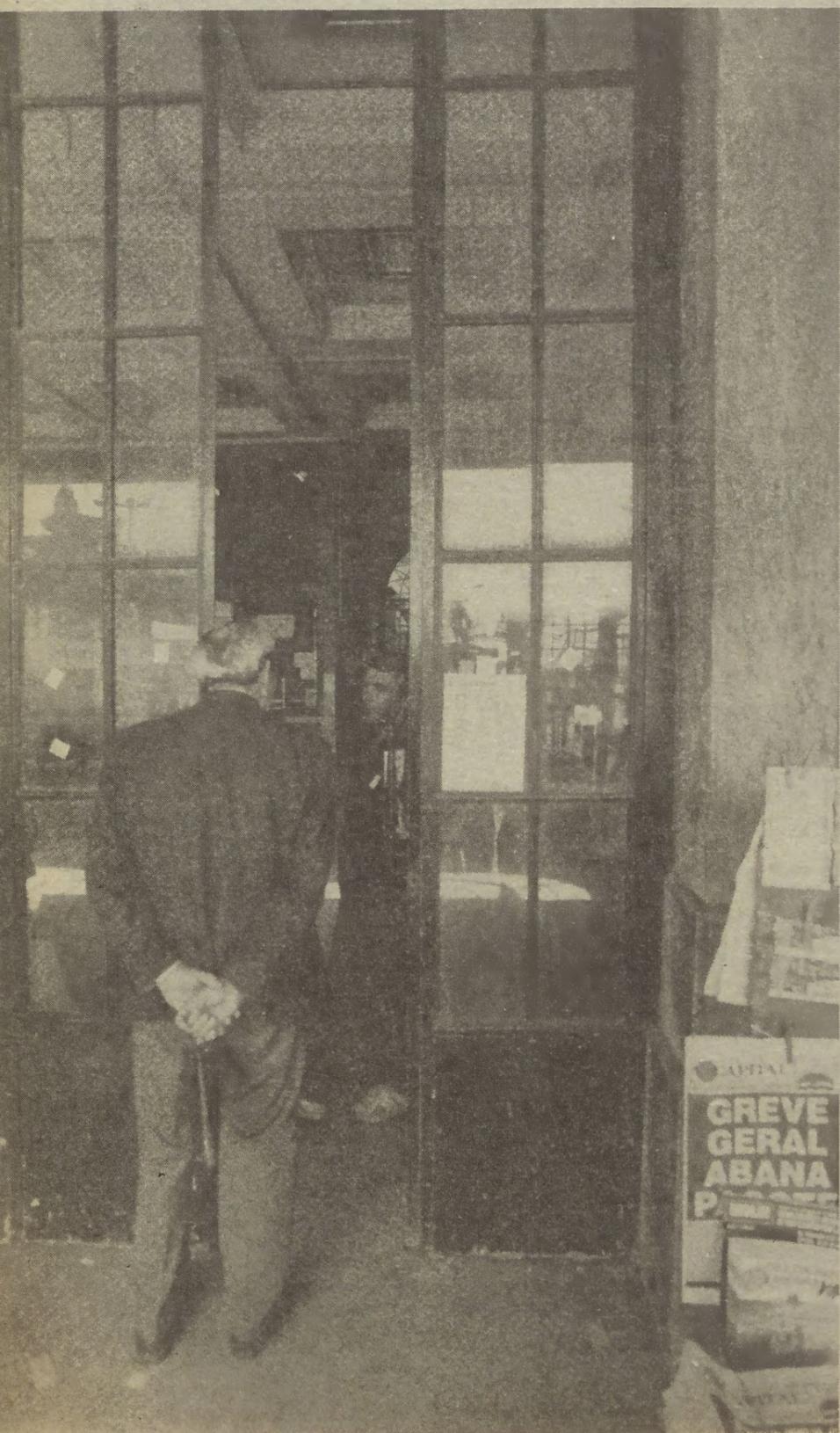
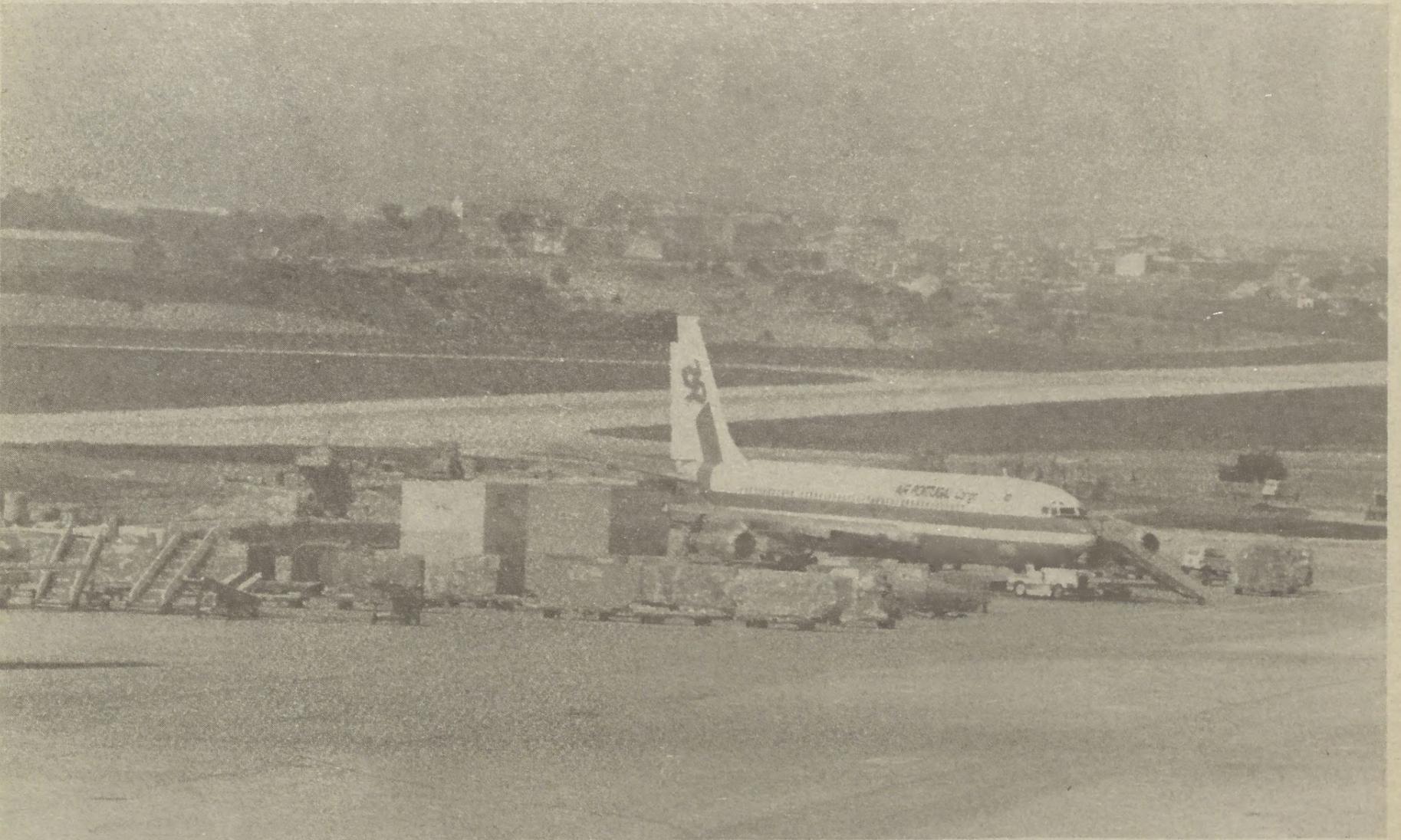
GREVE GERAL

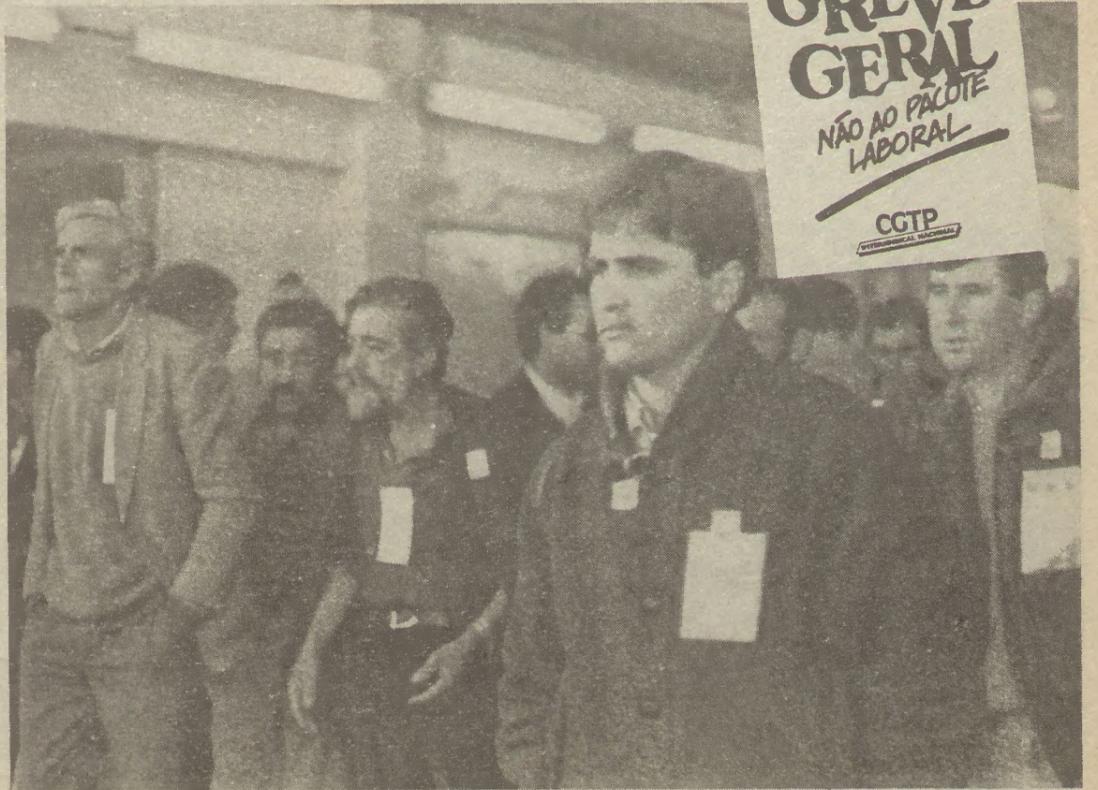
DECIDIDAS NO SECTOR QUIMICO 45.8.10 H
TURNO DA NOITE

ALCA - 100% - VALVERDE - 100%
AL (ALVERCA) - 95% - OPAL/ISEROL - 50%
N - 50% - UCAL - 100%
NAL MARGARIDAS - 100% - METAL PORT. - 100%
SODA POYDA - 20% - EUROFIL - 100%
PARAGLÁS - 25% - SYNRES - 100%
SOC. NAC. SABOES - 93% - NOBRE SILVA - 35%
DGBAL (REFINARIA) 90% / AEROP. 100%
P.G.P. (P BRANDÃO 100%)

DPG - 89%
DPF - 100%
SUBEST. - 50%
DPS - 100%
DPA - 75%
SERRAL TURNO - 100%
PLASTIFICANTES - 0%
SIS - 0%
PORTARIA - 0%
ENTERHEIRO - 0%

PIQUETE DE GREVE

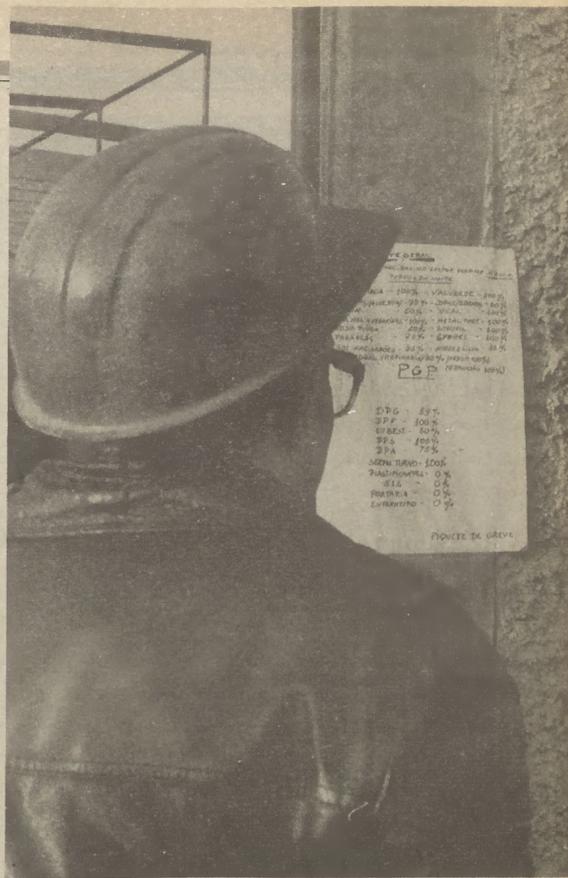




28th GREVE GERAL

NÃO AO PACOTE LABORAL

CGTP



COLÔMBIA

A luta pela vida, no país da «guerra suja»

Álvoro Amaro, deputado pela juventude no grupo parlamentar do PCP, visitou a Colômbia de 10 a 17 de Março a convite da União Patriótica e da União da Juventude Comunista Colombiana, para acompanhar a realização das primeiras eleições para presidentes de Câmaras (alcaides).

Juntamente com outros parlamentares europeus, representantes de organizações internacionais, das Nações Unidas, Álvaro Amaro foi um observador atento da realidade colombiana, onde a luta pelo direito à vida está na ordem do dia.

À sua experiência não faltou sequer um período de detenção, ameaças anónimas e a comprovação ao vivo de que a «guerra suja» conduzida pelas forças paramilitares de extrema direita conta com conivências aos mais diversos níveis da administração.

Em entrevista ao «Avante!», Álvaro Amaro deu conta do que lhe foi dado observar na Colômbia, país onde apesar de tudo espera poder voltar e encontrar com vida os companheiros que o guiaram nessa aventura de arriscar a vida na luta pela democracia.

Explicando a razão do convite a personalidades estrangeiras para observar o desenrolar das eleições autárquicas do passado dia 13, Álvaro Amaro recordou que só nos últimos dois anos mais de 500 membros da União Patriótica (UP) foram assassinados pelos grupos paramilitares, cujas ligações às forças policiais e militares estão de há muito estabelecidas.

Significativo é que das investigações aos assassinatos de parlamentares, deputados, conselheiros, ex-guerrilheiros, dirigentes sindicais, estudantes e activistas da UP, não tenha resultado até à data nem uma única detenção.

— Assim — refere o nosso interlocutor — a UP decidiu convidar observadores a estas eleições, para que o mundo saiba o que se passa na Colômbia.

Habitúamo-nos — diz Álvaro Amaro — a ouvir falar de narco-tráfico, a sentir o clima de ameaça que paira no ar sobre todos os que são suspeitos de apoiar a UP. Também eu fui alvo disso; houve um telefonema anónimo a perguntar se o Álvaro Amaro já tinha chegado e a avisar «ele que se cuide e não se esqueça que tem mulher e filhos». Quem sabia da minha estada no país? Os serviços de segurança oficiais.

A conclusão é óbvia.

Mas porquê ameaçar um estrangeiro, ainda por cima parlamentar, com imunidade diplomática?

A resposta não é difícil. Por um lado, tentar evitar que a UP consiga

apoio externo na denúncia do que se passa no país; por outro, intimidar os próprios activistas e simpatizantes da UP, de forma a impedir a divulgação das ilegalidades, crimes e arbitrariedades de que são testemunhas.

No caso presente tal não resultou. Álvaro Amaro viu como eleitores se apresentaram nas assembleias de voto com camisolas identificativas da «opção» escolhida, assistiu à distribuição de carros e dinheiro para levar «eleitores» às urnas, visitou os chamados «cemitérios humanos», falou com vítimas da repressão.

— A maior parte do tempo estive no departamento de Arauca — diz — onde a partir das 20.30 h é perigoso andar na rua. Trata-se de uma zona de camponeses, muito pobre, onde se situam os lugares de Pique Y Tierra e Cañon Jesus, os chamados Cemitérios Humanos. É para estes locais que os grupos terroristas levam os sequestrados e os torturam até à morte. Estivemos lá e vimos testemunhos desses crimes. O Procurador de Justiça, que ocupa o cargo há cinco anos, nunca tinha estado no local!

Segundo pudemos apurar, as denúncias feitas pela população quase nunca têm seguimento junto das autoridades, que por conivência ou por medo não mandam fazer investigações. Assim as pessoas continuam a desaparecer e só se volta a saber delas quando os corpos aparecem, brutalmente mutilados e normalmente com os rostos queimados com ácido.

• Testemunho do deputado do PCP, Álvaro Amaro



A palavra de ordem pelo direito à vida tem aqui um sentido verdadeiramente literal. Lutar pela democracia significa arriscar a vida.

Detenção na Venezuela

Álvoro Amaro, com alguns activistas da UP, esteve detido durante horas em Amparo, uma pequena localidade da Venezuela a uns escassos quarenta metros da Colômbia.

Vale a pena seguir o seu relato:

— Fomos a Amparo na véspera do regresso a Bogotá; ninguém nos levantou problemas de entrada, até porque é vulgar as pessoas de um lado e do outro se deslocarem para fazer compras ou por outras razões. Entrámos num arma-

zém para fazer compras; à saída, deparamos com um jipe de militares venezuelanos armados até aos dentes que nos encostam à parede e nos revistam. Sem darem explicações e sem nos permitirem dizer nada, levaram-nos para o comando da polícia.

A nossa sorte foi ter havido muita gente que assistiu à detenção, incluindo um responsável da rádio, que rapidamente avisaram o cônsul da Colômbia. Este já estava no comando quando lá chegámos. Ai dizem-nos finalmente ter recebido das autoridades militares colombianas o aviso de que um grupo de terroristas tinha passado a fronteira em Amparo, pretexto ao que subemos muito com um plano para prender e interrogar camponeses suspeitos de serem activistas ou apoiantes dos companheiros da União Patriótica.

Após intervenção do cônsul, as autoridades venezuelanas informam que o parlamentar português e a delegada governamental às eleições podem ir em liberdade, mas que o outro casal de colombianos ficaria detido. Percebemos então o objectivo da manobra: reter aqueles dois militantes da UP, um casal de advogados que desenvolvem intensa actividade na região de Arauca e são alvo constante de ameaças. Recusámo-nos evidentemente a sair sem eles. Após várias horas de diligências acabaram por aceitar que a delegada governamental colombiana ficasse como responsável pelos dois militantes da UP e lá nos deixaram partir.

Por mais incrível que pareça, cenas como esta fazem parte do quotidiano na Colômbia, ainda que nem todas tenham desfecho tão feliz. E como refere Álvaro Amaro, também por incrível que pareça «as pessoas habituam-se a viver assim, neste clima de insegurança, raramente dormindo duas vezes seguidas no mesmo sítio, olhando cautelosamente em volta ao sair de casa ou dos transportes, evitando as saídas nocturnas».

«Se não fosse assim — explica — não se fazia nada».

E na Colômbia há um longo caminho a percorrer na construção da democracia, no combate ao narco-tráfico, ao terrorismo paramilitar, no saneamento das forças armadas, do poder judicial, executivo e legislativo.

O genocídio de 4 de Março, que vitimou 36 camponeses numa só noite, é bem o testemunho disso.

Não menos importante é o facto dos crimes cometidos visarem sobretudo activistas da União Patriótica e os sectores mais consequentes da Nova Força Liberal (organização recém-formada a partir de dissidências do Partido Liberal), o que na opinião da UP aponta para um verdadeiro «plano de extermínio» cujo objectivo é impedir a todo o custo a democratização da Colômbia. A coincidência dos 560 assassinatos ocorridos entre Outubro de 1984 e Fevereiro de 1988 com as regiões de maior implantação política e expressão eleitoral da UP não podia ser mais explícita: «cerca de 68 por cento dos assassinatos e atentados ocorreram nas 10 circunscrições eleitorais onde a UP obteve 50 por cento da sua votação nas eleições presidenciais de 1986».

Como afirmou Pardo Leal, presidente da UP, «desde o preciso momento em que se formou a União Patriótica para romper com o monopólio do bipartidarismo liberal conservador e porque o seu programa era uma interpretação fiel da verdade do nosso povo, das suas aspirações, do seu grito, o inimigo assestou implacavelmente todas as suas armas para nos expulsar da vida nacional».

Pardo Leal foi assassinado em 11 de Outubro último, após ter apresentado publicamente provas concretas do envolvimento de militares na «guerra suja».

Mas a luta continua. A confirmar a convicção de Pardo Leal de que «nem uma gota de sangue será de mais para que o povo alcance os objectivos que se propôs e dê vida às suas mais profundas aspirações».



Uma cena que se tornou habitual na Colômbia, a par dos constantes assassinatos políticos que as autoridades não se dão ao trabalho de investigar

■ Vítor Dias



A revisão constitucional e a comunicação social

Falando de comunicação social na revisão da Constituição, cumpre desde logo sublinhar três ideias fundamentais, a saber:

— esta é uma área onde a «revisão antecipada» da Constituição através de legislação ordinária se encontra particularmente adiantada, como se atesta designadamente pela recente aprovação pela Assembleia da República da lei para a alienação total ou parcial do capital social das empresas públicas de comunicação social escrita, da totalidade ou parte do seu património, incluindo os títulos das publicações que editam;

— esta é uma área na qual, exactamente por ser de crucial importância para a própria evolução da batalha das ideias e das circunstâncias condicionantes da luta política, o PSD se inspira pelo objectivo de procurar promover, no imediato e na perspectiva, novos, duradouros, mais reforçados e mais impunes instrumentos de domínio e influência política e ideológica, ao serviço do grande capital;

— esta é uma área em que as correspondentes propostas de revisão apresentadas pelo PSD, dão plena confirmação à tese da ofensiva global conduzida pela direita contra todas as componentes fundamentais do regime democrático — constitucional, incluindo portanto a esfera das liberdades e direitos dos cidadãos e outros elementos básicos da democracia política portuguesa.

Projecto do PCP

O projecto de revisão apresentado pelo PCP, propondo diversos melhoramentos nas disposições constitucionais sobre esta matéria, traduz, no essencial, uma justa reafirmação de apoio e defesa do actual ordenamento constitucional no respeitante ao direito à informação e à liberdade de imprensa e à saliência e relevo do sector público da comunicação social.

Trata-se de uma postura coerente e de um projecto adequado num partido como o PCP que considera justamente que o direito à informação, ainda que situando-se formalmente ao mesmo nível de outros direitos fundamentais, é, nos dias de hoje, de facto e de um ponto de vista substancial, um direito cujo grau de satisfação e respeito condiciona não apenas o exercício de outros direitos como a genuinidade e eficácia da sua expressão; que, por isso mesmo, o direito à informação não pode ser deixado unicamente à mercê das chamadas «regras do mercado», isto é, nas mãos dos grupos económicos e das oligarquias financeiras; que a existência de um sector público da comunicação social (finalmente reconduzido à observância da legalidade democrática e constitucional) é uma importante componente e uma realidade indispensável à vida democrática do país; que, nestes termos, a grande exigência democrática a que urge responder e o assinalável progresso a que é necessário dar corpo, não é nem a redução do sector público nem a liquidação das regras e mecanismos do seu controlo democrático, mas sim o fortalecimento destas e a reestruturação, modernização e garantia do pluralismo daquele.

É nesta perspectiva que no projecto de revisão do PCP se incluem propostas como:

— a constitucionalização do Conselho de Imprensa, como órgão a quem incumbe velar pela independência, pluralismo e objectividade dos órgãos de comunicação social não pertencentes ao Estado;

— o reforço dos actuais poderes do Conselho de Comunicação Social, passando a fazer depender do seu parecer favorável, obtido por maioria de 2/3, a nomeação quer dos directores de órgãos de comunicação social do sector público quer dos gestores das respectivas empresas;

— a atribuição ao Estado da defesa da identidade cultural e da independência nacional no campo audiovisual;

— a consagração de uma norma visando impedir a governamentalização do licenciamento de estações emissoras.

Os projectos do PS e do PRD

O projecto de revisão aprovado pelo PS, caracterizando-se globalmente por uma certa sintonia com o actual ordenamento constitucional sobre comunicação social, abre entretanto as portas e o caminho para a exploração por entidades privadas de actividades de televisão e para a transferência para o sector privado de órgãos de imprensa escrita actualmente no sector público. Defende, no entanto, a existência de um sector público de todos os meios (incluindo portanto, ao contrário do PSD, a imprensa escrita). Postula também o princípio de que o licenciamento do exercício de actividades de televisão e de rádio deve ser feito por um órgão independente, a regular em Estatuto da informação a aprovar pela AR por maioria de 2/3. Tal como o PCP, reforça os poderes do CCS atribuindo carácter vinculativo aos seus pareceres sobre a nomeação ou exoneração dos directores.

Quanto ao projecto do PRD, mantendo igualmente uma certa fidelidade ao actual texto, é de destacar que, tal como o PS, abre a possibilidade de exercício de actividades de radiotelevisão (que consagra constituir «um serviço público») por outras entidades que não o Estado. Para garantir a independência, a qualidade e o pluralismo das estações de radiodifusão e radiotelevisão não pertencentes ao Estado, o PRD propõe a criação de uma Alta Autoridade para o Audiovisual.

Projecto do PSD

A propósito das alterações propostas pelo PSD (e em boa parte também pelo CDS), o comentário mais brando que se pode fazer é que, a fazerem vencimento, dinamitariam e subverteriam de forma arrasadora o conteúdo e a estrutura das disposições contidas nos actuais artigos 37.º, 38.º, 39.º e 40.º da Constituição.

Um projecto de revisão constitucional não é propriamente nem uma declaração política improvisada, nem uma composição encomendada a um aluno do 4.º ano de escolaridade. É um documento político de grande responsabilidade, necessariamente elaborado em cuidadoso cotejo com o texto actual da Constituição e em que as alterações propostas resultam assim, indiscutivelmente, de uma vontade política precisa e claramente formada.

Estas considerações propositadamente óbvias destinam-se apenas a deixar claro que, no projecto de revisão do PSD, tanto falam as supressões e os silêncios, como falam as modificações e as palavras abertas. Não se trata de desatenções, deslizes ou desvarios. Trata-se de opções conscientes, carregadas de significa-

do político e ideológico e portadoras de vastas consequências práticas.

Com efeito, em matéria de supressões, o projecto do PSD fala como um livro aberto.

Suprime a actual referência constitucional à **Intervenção dos jornalistas na orientação ideológica dos órgãos de informação não pertencentes ao Estado.**

Suprime a referência ao **direito de os jornalistas elegerem Conselhos de Redacção**, o que é de um espantoso atrevimento, tendo em conta que o PSD, em contrapartida, não se esqueceu de constitucionalizar o direito — comparativamente menos importante — de os jornalistas serem ouvidos quanto ao Estatuto editorial das publicações.

Suprime a referência à **proibição de uma política discriminatória** que seja susceptível de afectar, directa ou indirectamente, a liberdade de imprensa.

Suprime a referência ao **dever do Estado de impedir a concentração de empresas jornalísticas.**

Suprime a referência ao **Conselho de Comunicação Social** (como primeiro passo para a sua extinção), remetendo unicamente para lei ordinária a organização e fiscalização dos meios de comunicação social de Estado. Sendo de anotar que, ao descrever as finalidades dessa fiscalização, o PSD se dá ao não inocente trabalho de substituir a ideia de «assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião» pela ideia do «acesso a esses meios das diversas correntes de opinião».

Suprime o **direito de antena** (suplementar em relação ao direito de antena corrente), que, na revisão de 1982, foi atribuído aos partidos políticos representados na AR e que não façam parte do Governo.

Mas, para além destas significativas supressões, o que fundamentalmente caracteriza o projecto do PSD é a pretensão de dar caução constitucional à destruição do sector público de comunicação social, através da permissão do exercício por entidades privadas de actividades de televisão e da transferência para entidades privadas de canais de rádio e de jornais actualmente no sector público.

Na Constituição em vigor, há todo um artigo — o 39.º — dedicado aos «órgãos de comunicação social pertencentes a entidades públicas ou delas dependentes». Em sua substituição, no projecto do PSD, o que há é apenas um número 2 de um novo art.º 39.º (agora «abrange» dedicado aos «meios de comunicação social») onde se estipula que «o Estado assegura a existência de um serviço público de rádio e de televisão (o que numerosos responsáveis do PSD e do Governo têm caracterizado como um «serviço mínimo»). Ou seja, no projecto do PSD, os órgãos de informação públicos são rebaixados à categoria de um resto e confinados ao estatuto de minúscula excepção num sector da vida nacional que, na óptica do PSD, deve, no essencial, ser coutada do grande capital.

Reduzindo a informação a uma mera mercadoria, era fatal como o destino que o PSD, no seu projecto, reduzisse — como reduz — a liberdade de imprensa à liberdade de empresa (isto é, da constituição de empresas privadas de comunicação); que amputasse drasticamente — como faz — a consagração e protecção constitucional de direitos, princípios e valores que são parte integrante do património do pensamento progressista em matéria de comunicação social, aumentando assim as possibilidades da sua futura restrição através de legislação ordinária; que



assumisse — como assume —, com todo o descaramento e com a máxima naturalidade, o projecto de um ainda mais acentuado domínio do sistema informativo nacional pelo grande capital, tendo como consequência o reforço das cadeias de intoxicação e desinformação, drásticas restrições ao pluralismo e ao debate de ideias e a criação de acrescidos factores de pressão e domesticação dos profissionais de informação (a quem agora se prometem contingentes prioridades, preferências e vantagens nos processos de privatização, mas que amanhã receberiam concretamente mais instabilidade no emprego, mais contratos a prazo, mais despedimentos e mais perseguições, menos direitos e piores condições para o digno exercício da sua profissão).

Notas finais

Não sendo esta a ocasião adequada para repetir toda a argumentação séria, ponderada e não efectivamente rebatida — que o PCP tem desenvolvido em combate à densa teia de sofismas, mentiras e falsificações que as forças de direita (com não desprezíveis colaborações e complacências dentro do campo democrático) têm lançado em torno das questões da comunicação social e da sua evolução em Portugal, é entretanto oportuno deixar algumas notas finais ainda sobre o tema da comunicação social e da revisão constitucional.

A **primeira** para sublinhar que o facto de, com alta probabilidade, muitas das negativas alterações ou supressões propostas pelo PSD não virem a fazer vencimento, não deve conduzir (neste como noutros temas da revisão) a poupar o PSD à correspondente denúncia e desmascaramento das concepções retrógradas e antidemocráticas que tais alterações desvendam.

A **segunda** para acentuar que a ideia de que toda a evolução é necessariamente positiva e de que tudo o que mexe é automaticamente movimento para o progresso pertence ao puro domínio das mitologias com que se procura obscurecer a compreensão rigorosa e profunda das questões da comunicação social na actualidade. Com efeito, tendências muito fortes da evolução, em curso neste sector, que, objectivamente, numa

dada circunstância ou conjuntura histórica, pode ser muito difícil contrariar ou travar, longe de abrirem novos horizontes e perspectivas de intervenção em favor dos ideais da democracia, do progresso social e do socialismo, adensam de facto perigos de ainda maiores desequilíbrios — favoráveis ao grande capital e ao imperialismo — na correlação de forças no plano da luta das ideias.

A **terceira** para acentuar que, em termos de comunicação social, não basta fixar apenas a conjuntura, é também necessário olhar a perspectiva. E também não é bastante (e isto é particularmente importante dadas as ilusões que se podem criar, por exemplo, pelo facto de serem fortes candidatos à privatização deste ou daquele jornal ou canal de televisão empresas ligadas ao PS ou a sectores do PS) guiarmo-nos apenas pelo critério da arrumação de forças a nível parlamentar (governo/oposição) sendo necessário ter muito presente que a arrumação de forças no plano das ideias e valores de fundo é por vezes muito diferente, ou seja, é indispensável não esquecer as zonas de contiguidade e comunidade de interesses e objectivos que a este nível aproximam o PS e os partidos de direita.

A **quarta** (pensando em questões como a privatização de emissões televisivas) para destacar que a luta e o esclarecimento não têm que estar dependentes das conjecturas negativas que cada um, eventualmente, possa fazer sobre a viabilidade do seu sucesso. Porque, em tal caso, não lutar seria perder duas vezes: perder no resultado, mas também perder na coerência que se abandonou, no esclarecimento que não se veiculou, na verdade de que se abdicou, na base de apoio social e política que se deixou desamparada, à deriva e à mercê das pressões ideológicas de adversários e inimigos.

A **quinta** para reafirmar que, também da consideração objectiva das propostas de revisão em matéria de comunicação social, é inteiramente legítimo concluir que, no quadro político nacional, é o PCP que apresenta uma visão mais rasgadamente moderna e progressista das questões da informação na sociedade portuguesa e uma maior, mais nítida e mais profunda identificação com as liberdades e com o regime democrático. ■

Gazetilha

por Ignotus Sum

A adivinha

Quem é, quem é?
Faz banzé
se não concordam com ele.
É lobo e fica-lhe a matar a pele.

A democracia faz-lhe engulhos e ele fez esbulhos
à democracia:
julga que pode mandar
contra a vontade popular
porque tem a maioria.

Quem é, quem é?
Figura esquisita!
Não gosta? A falsa-fé
requisita...

Quem é que baixa
e baixa
e baixa
de cotação
mas acha
que isso não tem significação...

Quem é? Para a gente
é tão evidente
tão claramente vem
na crista da maré
que, pra saber quem é,
nem é preciso dizer quem...

A seringa

Falava-se do caso da SONAE.
Cadilhe vai
ao seu Telejornal.
Não parece feliz.
Nem sei se no seu rosto branco e liso
aquilo é um sorriso
ou uma cicatriz...

A repórter quer
naturalmente, saber
certas coisas a respeito da SONAE.
Nessa é que ele não cai!
As perguntas, agora,
põe a delicadíssima chancela:
«Tive, minha senhora,
muito prazer em vê-la!»

Neste caso direi
que o Cadilhe quis, chato e resinga,
fugir com uma coisa que eu cá sei
à seringa...

A hipocrisia

Governo diz, seja onde for,
que, com as suas «benesses»
defende os interesses
do trabalhador.

Mas o trabalhador
na ocasião
seja onde for
diz que não, diz que não,
não gosta do serviço,
manda parar com isso.

E fica bem à vista
que o Cavaco à socapa
quer ser mais papista
que o Papa...

O sono

Cavaco diz
senhor do seu nariz
não ir perder
de sono um só instante.
Pois vamos ver
daqui em diante!

Ouve-o a gente, a rir.
Até faz dó.
O povo é que o não vai deixar dormir
um instante só...

Pontos Cardeais

O ponto

O ponto desta semana, nestes «pontos cardeais», é o próprio Primeiro-Ministro. Que demonstrou perder o norte, apesar de ter corrido para lá, a ver se via pior a greve geral. Coitado, teve de fingir à mesma que a não via. E, no cúmulo da saloioce, lembrando-se do pãozinho quente e do barulho dos carros apercebidos do hotel onde se instalara, concluiu que greve geral não havia. Continuavam a servi-lo como dantes. Depois deslocou-se a três empresas que sabia de antemão poderem ser mostradas. E cancelou à última da hora uma visita. Apenas para demonstrar, com a RTP a seguir-lhe rasteiramente os passos, que greve também não havia. Só não sabemos se chegou a andar de autocarro como tinha prometido. Mas sabemos que protestou muito quanto aos transportes, que acusou de serem nacionalizados. Se

fossem privados – tentou teorizar – nada de greves... Contra tudo e contra quase todos, o Primeiro-Ministro bem tentou mostrar ignorância. Conseguiu afinal parecer o único ignorante do País. Um ponto!

Outros pontos

Mas não estava afinal sozinho. Para além da RTP, outros órgãos o cobriram, uns nos passos que deu, outros nas palavras que disse. Resultado: o «Correio da Manhã» descobriu que a «greve não foi geral». E pôs isto na primeira página. Garrafalmente. «O Dia» descobriu que a greve geral foi «um malogro total». E botou também a alarvidade na primeira página. Seguindo-os de perto, o «Diabo»: «O País não parou», escreveu o semanário da Lagoa. Alguns, porém, não foram tão longe nas descobertas.

Ficaram-se pelas meias tintas. Exemplo, o «Diário de Notícias». Embora o seu nome levasse o leitor a crer que ali se podiam nesse dia ler notícias, a primeira página trazia uma dúvida, como se ninguém tivesse visto o País e o jornal se quedasse a meia distância das visões dos outros: «Sindicatos reclamam êxito, Governo minimiza a greve»... Uns pontos!

Mais pontos

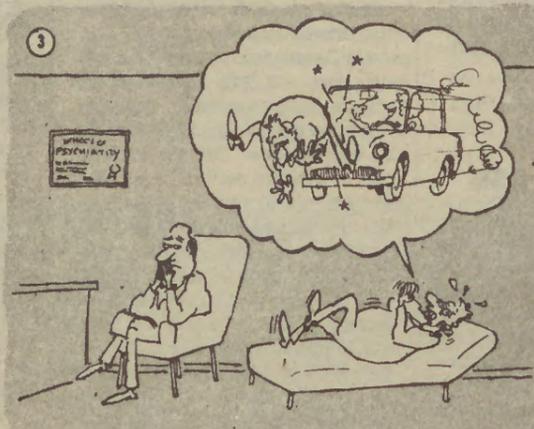
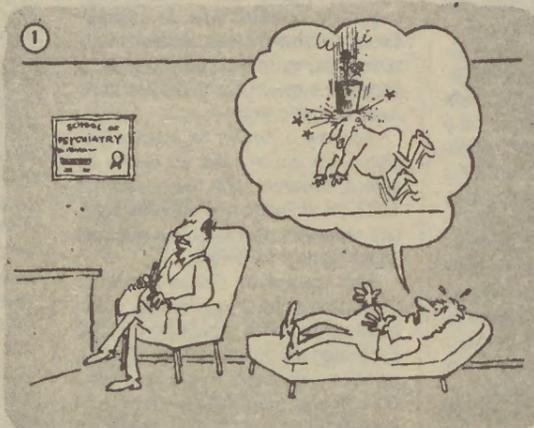
Dois pontos altos na comédia antigreve geral: um deles foi o madeirense Jardim que, nas descabeladas declarações contra os trabalhadores e os seus objectivos, cheias de ameaças mais ou menos veladas, descobriu que, afinal, eles não tinham nada a ganhar e tudo a perder – o Governo ia para a frente com o pacote e, pelo menos, os trabalhadores iam perder um dia de trabalho. Parece que os trabalhadores não ouviram. Nem os conselhos nem as ameaças. Outro foi, ainda, o Primeiro-Ministro (digno de emparelhar com o chefe madeirense). Disse ele, apesar de tudo, que a greve,

se houve, foi só nas nacionalizadas. Remédio: privatiza-se tudo.

Ponto final

Em resumo: quem não tivesse, sobretudo, ouvido a rádio; ou lido alguns – poucos – jornais; quem tivesse apenas visto a TV e lido os jornais do patronato e os muito obrigadinhos ao Governo; quem tivesse apenas ouvido as vozes de Cavaco e dos seus segundos – ficaria a pensar, com a prosa, a escrita, e até a imagem a apoiar, que o País trabalhou que se fartou: dois eléctricos no Porto, algumas lojas abertas, uma fábrica a meio gás para o Cavaco visitar e, não esquecer, os «alternativos» a alternar. Felizmente, o País não se mede pela prosa e pela imagem governamental. Quem fez a greve soube o que fez. Quem a viu e sentiu nas faltas produzidas, também reparou. Negar a realidade nunca ajudou ninguém. E Cavaco mais os seus não só perderam a batalha da greve no dia 28. Também conseguiram perder a pouca credibilidade que tinham. Ponto final.

O problema



Agenda /

Swante!

Ano 58 – Série VII

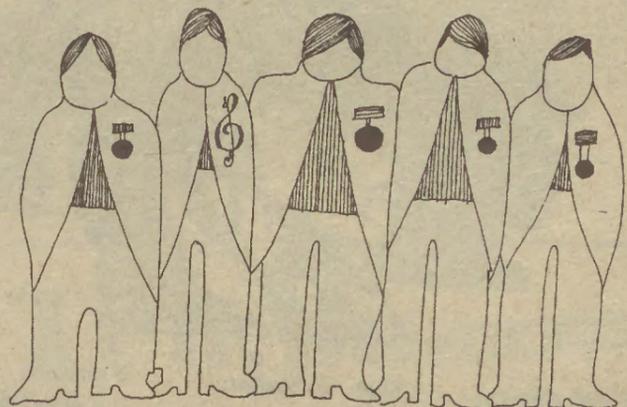
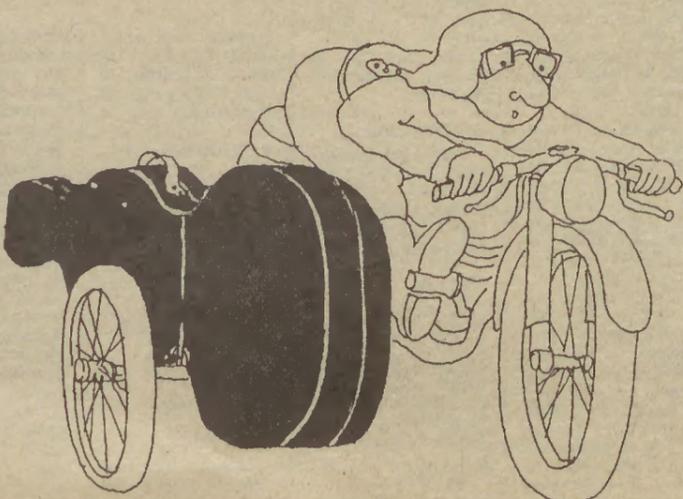
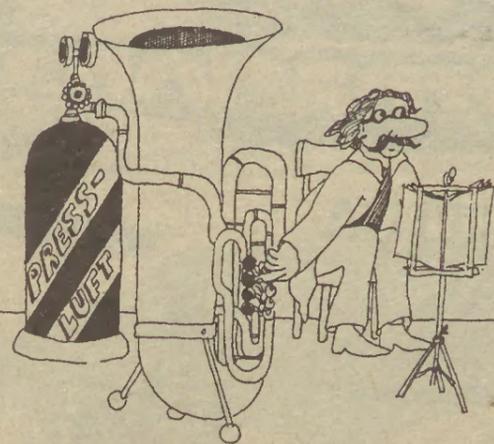
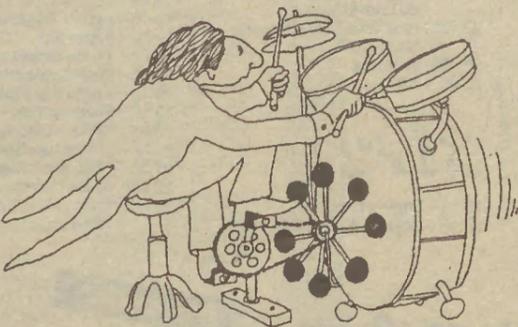
N.º 744

31 de Março de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

MÚSICA



TV **O Programa**

Quinta **31**

RTP1



- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Tudo ou Nada» (148.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «Imagens da Arte Portuguesa»
- 14.00 - Série «Max Folies»
- 14.50 - Festival Internacional de Música de Macau
- 14.40 - Documentário «Os Caminhos de Compostela»
- 15.10 - Série «A Ilha das Borboletas»
- 15.35 - Master Class Paul Tortelier
- 16.05 - Série «Pepino»
- 17.05 - Brinca Brincando
- 18.00 - Você Sabia Que...
- 18.25 - Série «Os Profetas»
- 18.50 - Série «Guilherme Tell»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela «Roque Santeiro» (121.º epis.)
- 21.05 - Primeiro Andamento «Stabat Mater»
- 22.00 - Série «A Clínica da Floresta Negra»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.05 - Pano Para Mangas
- 15.40 - Série «Santa Tereza D'Ávila»
- 16.45 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela «Imigrantes» (218.º epis.)

- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.10 - Formula One
- 20.05 - Série «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Já Está!
- 22.50 - Série «As Teias da Lei»

Sexta **1**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 11.15 - Meditações para a Quaresma
- 11.50 - Auto da Paixão de Villar de Perdizes
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Paixão Segundo S. João
- 15.40 - O Tesouro na Chaminé
- 16.40 - Oratória de David Penitente
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Série «Os Profetas»
- 18.10 - Missa em Dó Menor de Mozart
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Eurovisão «Via Sacra - Caminho da Cruz»
- 21.45 - Cinema «Os Dez Mandamentos»

RTP2

- 17.30 - Malaca «Onde Tudo Começou»
- 18.35 - Teatro Estrangeiro «A Paixão»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.40 - Clube de Jornalistas
- 22.15 - Série «Cartas de Itália»
- 23.15 - Troféu «Motociclismo»

Sábado **2**

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Série «A Água e a Vida»

- 12.30 - TV Mulher
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série «Nas Asas do Vento»
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Concurso «Sobe e Desce»
- 15.40 - Petzi



- 15.55 - Sessão da Tarde «O Surdo-Mudo», real. de Frank Perry (EUA/1979)
- 17.35 - ViváMúsica
- 18.40 - Série «Os Profetas»
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.55 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - Série «Cobardias»
- 21.55 - Espectáculo «Elton John na Austrália»
- 23.00 - Vigília Pascal

RTP2

- 09.00 - Compacto Totally Live
- 13.15 - Compacto «Tudo ou Nada»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Música n'América
- 21.00 - Uma Boa Ideia
- 21.30 - Série «Melba»
- 22.20 - Concorde ou Talvez Não «A Família»

Domingo **3**

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.30 - Missa

- 13.00 - Bênção Urbi et Orbi
- 13.30 - Notícias
- 13.40 - O Suave Milagre
- 14.20 - Primeira Matinée «Um Americano em Paris»
- 16.20 - Clube Amigos Disney
- 18.25 - Série «Os Profetas»
- 18.55 - Série «Um Anjo na Terra»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Série «Humor de Perdição»
- 21.40 - Série «The Contract»
- 22.40 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Série «O Meu Carro tem Cem Anos»
- 13.00 - Music Box Especial
- 13.45 - Caminhos
- 14.15 - Novos Horizontes
- 15.00 - Série «5.ª Dimensão»
- 16.00 - Troféu
- 19.00 - Plano Bar
- 20.00 - Série «Quem Sai aos Seus...»
- 20.30 - Artes e Letras «Auguste Renoir»
- 21.30 - Cineclubes - A Tradição Europeia - Jean Renoir «O Rio Sagrado»

Segunda **4**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»
- 13.55 - Série: «Max Folies»
- 14.05 - Peter's Pop Show
- 15.30 - Série: «O Regresso de Sherlock Holmes»
- 16.30 - Série: «Peppino»
- 17.00 - Brinca Brincando
- 17.30 - Sumário
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.00 - Desenhos Animados
- 18.25 - Um Certo Sorriso

- 18.50 - Série: «Guilherme Tell»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Concurso: «Com Pés e Cabeça»
- 22.40 - Série: «Mátia»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.45 - Barenbolim Interpreta Liszt
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Ópera: «Macbeth».

Terça **5**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»
- 13.55 - Série: «Max Folies»
- 14.05 - Peter's Pop Show
- 15.30 - Série: «Estrada Fora»
- 16.30 - Série: «Peppino»
- 17.00 - Brinca Brincando
- 18.00 - Passelo Taurino
- 18.55 - Série: «Guilherme Tell»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.25 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Programa da Direcção de Informação
- 22.10 - Telefilme: «O Homem de Moscovo»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Dois Dedos de Conversa

- 15.40 - Série: «Dallas»
- 16.40 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 18.10 - Formula One
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.10 - CinemaDois: «Repórter X». Real. José Nascimento (Portugal/1986).

Quarta **6**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»
- 13.55 - Série: «Max Folies»
- 14.05 - Festival de Belgrado
- 15.30 - Série: «O Regresso de Sherlock Holmes»
- 16.30 - Série: «Peppino»
- 17.00 - Brinca Brincando
- 17.30 - Sumário
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série: «Espeleologia»
- 18.50 - Série: «Guilherme Tell»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Lotação Esgotada: «A Amante do Tenente Francês». Real. Karel Reisz (Grã-Bretanha/1981).

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.00 - Agora, Escolha!
- 16.00 - Piano Bar
- 17.00 - Trinta Minutos Com...
- 17.30 - Telenovela: «Imigrantes»
- 18.10 - Ponto Por Ponto
- 19.10 - Formula One
- 20.05 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Fantasia e Realidade
- 22.05 - Clube de Imprensa
- 22.55 - Série: «O Fim do Império Britânico».

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

- Casa da Comédia.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.
- Comuna, Praça de Espanha.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.
- Sala do TIL, Rua Leão de Oliveira, 1.** Sexta a sáb., às 21.45. **O Tio Simplicio**, de Almeida Garrett, enc. de Agostinho Macedo, pelo Teatro Livre.
- Ritz Clube, Rua da Glória, 57.** De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.
- Teatro ABC, Parque Mayer.** De 3.ª a sáb., dom e feriados, às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana.
- Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A.** De 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb., às 16.00, dom. às 21.30. **Acende a Noite**, de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.
- De 3.ª a sáb., às 21.00, dom. às 16.00. **Três Irmãs**, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Cornucópia.
- Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11.** De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.
- Teatro Nacional, Sala Garrett.** De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.
- Sala Gil Vicente.** De 3.ª a sáb., às 22.00, sáb. e dom. às 16.30. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.
- Teatro Vasco Santana, Av. da República, As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Lúzia Maria Martins.
- Teatro Variedades, Parque Mayer.** De 3.ª a dom., às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.
- Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A.** De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

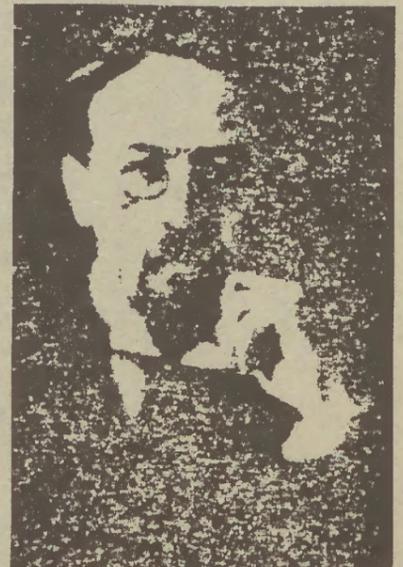
- Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190.** **O Passaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

• ALGÉS

- 1.º Acto - Clube de Teatro.** De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **O Circo dos Enganados**, de Miguel Rovisco, enc. de Guilherme Filipe, pelo Grupo Persona.

• ESTORIL

- Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Fi-**



Anton Tchekov

gueiro. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

- Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba.** De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

- Comuna, Praça de Espanha.** De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb. e dom. às 17.00. **A**

Nora, de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo O Bando.

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimentas, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papai-Léguas.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

revista internacional

problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

À VENDA

A JUSTIÇA SOCIAL

Princípio supremo da nova sociedade



- A «perestroika» soviética interessa a todos
- Perez de Cuellar: realizar com plenitude o potencial da ONU
- Unidade e diversidade da cultura da RDA

Cinema A seleção

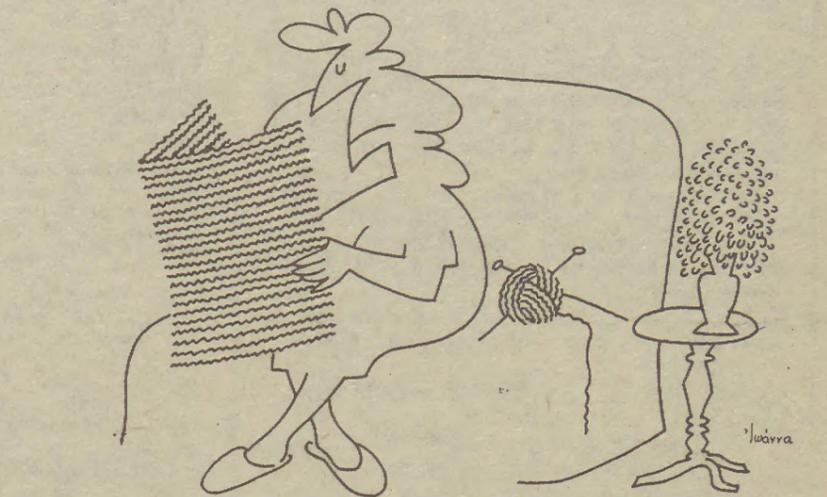
	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
C Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
D Grita Liberdade	★★★	—	★★	—	★★★
E Império do Sol	—	★★★★	★★★★	—	★★★★
F Jogo Fatal	—	★★★	★★★	—	—

A — Real. Adrian Lyne — **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras/6** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Mundial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **S. Jorge/2** (14.00, 16.45, 19.15, 21.15); **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Wim Wenders — **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Marco Bellocchio — **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Mundial/2** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Richard Attenborough — **Amoreiras/5** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30); **S. Jorge/3** (14.15, 17.30, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/2** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Ávila** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Terminal** (13.00, 15.30, 18.15, 21.30, 24.00); **Tivoli** (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. David Marnet — **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de 1 a 5 estrelas



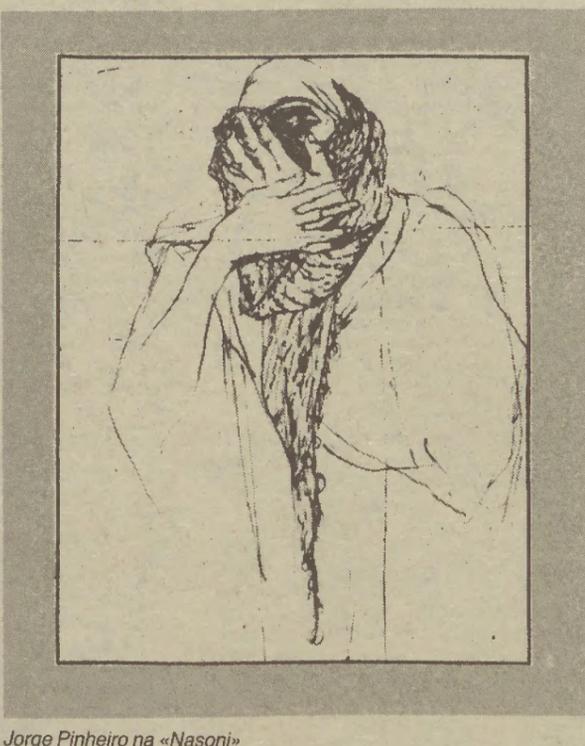
...e ainda Música, debates, etc.



Exposições

LISBOA
António Castilho e Margarida Dias — Fotografia. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 2/4).
Arte Portuguesa no Século XIX — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª) 31/5.
Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira), R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.
Brinquedos Cabo-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).
«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.
O Corpo e a sua Imagem — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.
Exposição Comemorativa do 50.º Aniversário da Criação do Prémio Municipal de Arquitectura — Galeria do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.
Francisco Rocha — Escultura. Convento dos Inglesinhos, Travessa dos Inglesinhos, 2.
Gaetan — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/4).
Isabel Laginhas e Maria José Mateus — Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 6/4).
José Manuel Soares — Pintura. Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20. Diariamente das 16.00 às 24.00 (até 8/4).
Lúcio — Pintura. Casa dos Açores, Rua dos Navegantes, 21 (até 15/4).
Luis França — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 20/4).
Manuel Filipe — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até 9/4).

Manuela de Sena — Galeria da Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 16/4).
Mariana Quito — Gravura. Galeria Gravura, Travessa do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00.
Mário Bismarck — Pintura. Galeria St.ª Justa. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 4/4).
Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.
Nelson Cardoso — Escultura. Galeria Leo, Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 9/4).
Projecto 3 — Palácio Galveias ao Campo Pequeno. Diariamente das 14.30 às 19.00 (até 10/4).
Regina Chulam — Pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 9/4).
Retrospectiva Aureliano Lima — Fundação Calouste Gulbenkian.
Retrospectiva de António Dacosta — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
Rui Chafes — Polígrafo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.
Teresa Dias Coelho — Pintura, «Fotogramas». Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/4).
Trinta e Cinco Obras de Arte do BPA — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.



Jorge Pinheiro na «Nasoni»

das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 14/4).
Manuel Paz — Escultura. Sala Atlântica, Rua da Galeria de Paris, 67-81.
Nuno de Santa Cruz — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 10/4).
Sérgio Taborda — Escultura. Jardim da Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, Rua António Maria Cardoso, 175. Diariamente das 14.00 às 19.00 (até 10/4).

Rui Prata — Fotografia. Galeria do CEF, Edifício da Academia (Até 5/4) COIMBRA.
Ofélia Marques — Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (Até 3/4) COLARES.
Man — Pintura. Arcadas do Parque. Diariamente das 09.00 às 19.00 (até 20/4) ESTORIL.
Filomena Coqueirão — Pintura. Palácio D. Manuel. ÉVORA.
Rogério Ribeiro — Pintura. Galeria de Arte da Pousada de Santa Marinha. GUIMARÃES.
Manuela Cerqueira — Cerâmica. Museu Municipal «Casa do Adro». De 3.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 7/4) LOURES.
«A Árvore na Poesia» — Biblioteca Municipal. Inaugura dia 21 (até 4/4) MOITA.
Ilda Reis — Gravura. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 14.00, das 16.00 às 20.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 10.00 às 14.00 (até 7/4) OEIRAS.
A Classe Operária e a Máquina — Museu Municipal de Etnografia (até 3/4) PÓVOA DE VARZIM.
Colectiva de Artistas da Monumental —

Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.
Gente do Espectáculo — «Os Albinos» — Museu/Convento de Jesus (até 10/4) SETÚBAL.
Hélder Cerqueira — Casa do Bocage / Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.
Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.
Projecto Álvaro de Campos — Ourivesaria-atelier e exposição. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 TAVIRA.
Fernando Távora — Desenho. Forum (até 10/4) VISEU.



Pestana, Álvaro Cunha e Rogério Pereira.
 Para estes concertos no S. Luiz a entrada é livre.

Rão Kyao no Porto

Hoje, às 22.00, no Coliseu do Porto, Rão Kyao num espectáculo em que participam também os músicos **Marcos Resende, Café, Pedro Caldeira Cabral** e um grupo de Zés-Pereiras.

Cinema

No Forum Picoas estão programados para esta semana: — **Fanny e Alexandre, Ingmar Bergman** — sábado; **Gata em Te-**

lhado de Zinco Quente, de Richard Brooks, com Elizabeth Taylor e Paul Newman — domingo; **Viagem a Itália**, de Roberto Rossellini — segunda-feira, dia 4; **Querelle, um Pacto com o Diabo**, de Fassbinder — dias 5 e 6. Sessões às 19.00 e 22.00.

Na Cinemateca Portuguesa prossegue o ciclo dedicado ao realizador **Samuel Fuller**: para dia 5, dois filmes: **Bravos Até ao Fim**, de 1962, às 18.30; **Shoch Corridor**, de 1963, às 21.30.
 A assinalar ainda, em matéria de cinema, que na TV serão projectadas no domingo duas obras-primas: à noite, no 2.º canal, **O Rio Sagrado**, de Jean Renoir, e a partir das 14.20, no 1.º canal, **Um Americano em Paris** uma festa feita por Vincent Minelli, Gene Kelly e a música de Gershwin.

Música

Na Gulbenkian, um único concerto esta semana: pelo **Trio Capela (António Anjos, Barbara Friedhoff e João Murcho**, respectivamente em violino, viola e violoncelo), obras de Beethoven, Mozart e Carneyro. É na terça-feira, dia 5, às 18.30, no Auditório Dois.

das sinfonias de Beethoven; — no domingo às 11.00, concerto pelo **Coro de Câmara de Lisboa**; — na terça-feira, dia 5, às 18.30, retomando o ciclo Mozart-Beethoven que tem estado a decorrer nesta sala, sonatas de Beethoven e Haydn interpretadas pela pianista **Madalena Soveral** e um octeto instrumental (oboés, clarinetes, trompas e fagotes) integrado por **Lopes da Cruz, António Serafim, Artur Moreira, Manuel Botelho, António Costa, Acácio**



Tempo Fim de Semana

Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte, onde poderá ocorrer aguaceiros fracos que serão de neve nas terras altas. Vento fraco ou moderado do Noroeste.
 Pequena descida da temperatura máxima para sábado.
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).



a TV

Chegou-se a este ponto!

Nos dias que antecederam a Greve Geral, a RTP desencadeou uma formidável campanha de desmotivação, por um lado, e de promoção governamental, por outro.

Entre as primeiras (para já não falar das intervenções dos ministros propriamente ditos) recordemos a entrevista de Alberto João Jardim, no **Jornal de Sábado**.

É conhecido o «palhacismo» desta personagem. O seu anedotário não tem fim. Nem o doutor Assis lhe leva a palma. Alguns exemplos:

P — Quem está mal: o sistema ou o senhor?

R — O sistema...

P — Porquê?

R — Porque o sistema cria "engagés..."

P — Porque não mantém boas relações com algumas figuras do PSD?

R — Vá perguntar a eles...

P — Quanto à Greve Geral?

R — Penso que, quaisquer que fossem as alterações à lei, os sindicatos iam fazer isto (...) o PSD tem a maioria e as leis vão passar na mesma e as pessoas perdem um dia de salário (...) Esta greve quer travar a modernização do País.

Por vezes, a coisa agrava-se com a observação-ameaça de que esta greve, além de inútil, poderia «tornar mais vulneráveis certos trabalhadores, pelo facto de se meterem na agitação que os sindicatos querem fazer...»

Pois é verdade. As coisas, na RTP, chegaram a este ponto. Tire cada qual as necessárias conclusões.

São ministros ou são misses?

A presença dos membros do Governo tornou-se paranóica. Deve ser caso único no mundo.

Não pensem que exagero. Aliás, já tenho falado aqui nesse fenómeno de lavagem ao cérebro. Volto ao assunto apenas para se provar que o facto não é ocasional, ele corresponde a uma tática determinada.

Vejamos o **Telejornal** de sexta-feira, dia 25.

Começamos com Miguel Cadilhe que, a propósito do caso SONAE, se recusou, com basta má-criação, a responder à jornalista. Imaginem o atrevimento de lhe perguntarem que atitude seria tomada relativamente às gerências dos bancos que lideraram a operação...

Tivemos depois António Capucho, segundo o qual «os resultados da Greve Geral não vão influir em nada» na decisão do Governo. Tem graça. Então porquê a temiam tanto?

Seguiu-se Oliveira Godinho. Cavaco lá veio e, atrás dele, Fernando Nogueira.

Novamente Cadilhe, numa longa reportagem.

Mal estávamos refeitos e aparece-nos pela proa, noutra longa reportagem (socorro!) quem havia de ser? O Álvaro Barreto, outro pacoteiro.

Bastava. Mais que bastava. Mas **Telejornal** obrigava-nos a beber o cálice até ao fim. E a Leonor Beleza encerrou o cortejo, misto de carnaval, câmara ardente e humor negro...

Tudo isto em meia-hora de emissão. É ou não é uma pouca vergonha?

Nenhuma luta é inútil

A propósito das iniciativas parlamentares do PCP, Carlos Brito esteve na rubrica «Parlamento» entrevistado por Hélder Freire e Paulo Nogueira.

Foi uma rara oportunidade de tomarmos conhecimento da actividade parlamentar de um partido continuamente esquecido ou mal tratado na RTP. Os jornalistas puseram a tónica no facto de tais iniciativas, na sua maioria, não terem sido aprovadas. Nesse caso, interrogavam, interrogavam-se, porquê a actividade do PCP?

Não falaria aqui no caso se os entrevistadores tivessem apenas **interrogado**. O facto de perceber que eles se interrogavam a si próprios, denotando boa-fé, leva-me a procurar o diálogo.

Nua e crua, a questão põe-se assim nos seus termos mais simples: de que vale a gente pôr, de alguém impõe?

Se atendermos a isto, todos baixariamos os braços, não haveria luta. Regressemos (salvo seja!) a antes do 25 de Abril. Por que escreviam os jornalistas se a censura ia cortar?

Pois para isso mesmo, para reponsabilizar a censura, para comprometer. Se ninguém escrevesse, nem a censura era necessária, Salazar e Caetano até podiam dizer que havia liberdade de imprensa...

Se os trabalhadores não entrassem, não haveria repressão, Cavaco até ficaria contente, tudo gente conformada com a falta de pão e de liberdade, que maravilha!

Se o PCP não lutasse no Parlamento como é que historicamente se provava quem fora a favor do povo e contra ele?

Por este andar, seria melhor fechar o Parlamento, por «inútil» e «ineficaz...»

Carlos Brito, judiciosamente, chamou a atenção para esta «ditadura da maioria» contra a qual a minoria pode e deve lutar. Porque nenhuma luta foi em vão, através dos tempos.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Greve geral

Na terça-feira, os diários lá se arrumaram como é normal, arrumando a greve ora no «malogro» de «O Dia», ora na pretensa objectividade de «Sindicatos reclamam êxito/Governo minimiza greve» (título de 1.ª página do «Diário de Notícias») ou «O oito e o oitenta/Para uns tudo parado/Para outros tudo a bulir» (na «Capital»)...

... ora ainda retratando a greve como quem a viveu — e viveram-na comprovadamente os jornalistas dos diários que haviam feito greve na véspera: «o diário», o «Diário de Lisboa», o «Jornal de Notícias». Quanto aos outros jornais, são retratos de uma parte, só uma parte de si próprios: muitos dos seus trabalhadores foram impedidos de exercer os seus direitos e impedidos de exercer honradamente a sua profissão.

A greve geral em resumo, segundo os jornais desse dia:

CGTP

«Esta foi a maior greve de sempre no nosso país. Foi uma greve histórica e uma grande vitória dos trabalhadores», disse, a meio da tarde de ontem, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP.

Situando a adesão média nacional em 84,8 por cento, segundo dados apurados pela central até meio da tarde, Carvalho da Silva afirmou que a greve geral «confirmou as melhores expectativas existentes e nalguns sectores ultrapassou-as», nomeadamente em áreas com maior densidade de trabalhadores contratados e com vínculos precários às empresas.

Em face destes resultados, o dirigente da CGTP declarou que «o Governo deve abandonar, pura e simplesmente, o seu pacote laboral, se quiser assumir um mínimo de credibilidade democrática».

«A continuação da luta é agora o caminho a seguir e com ela pode ser evitada a aprovação do pacote laboral», disse, ainda, o sindicalista durante a conferência de imprensa em que, rodeado por todos os demais membros da Executiva da Inter presentes, na altura, na sede da central, forneceu um balanço claramente positivo e optimista da greve geral.»

(«o diário»)

UGT

«O Governo e o Primeiro-Ministro saíram desta jornada profundamente derrotados, segundo afirmou ontem aos jornalistas o secretário-geral da UGT, ao fazer o primeiro balanço do que considerou «a grandiosa greve geral».

Torres Couto disse que «o País esteve completamente parado» e que a greve geral convocada pelas «duas centrais sindicais e por um número importante de sindicatos independentes» teve «esmagadora expressão nos sectores público e privado» e que as adesões se registaram «desde o distrito de Braga até aos Açores».

Na conferência de imprensa, Torres Couto afirmou que «a adesão dos trabalhadores ultrapassou, no plano nacional, os 80 por cento» e que esse número se situa entre os 1,7 milhões e os dois milhões de trabalhadores por conta de outrem.

Admitiu que o Governo (...) perceba que tem de discutir e negociar «uma nova solução para a alteração da lei laboral» com os sindicatos. E considerou um «prazo razoável até ao dia 14 de Abril» para que o Governo «possa reabrir as negociações».

(«o diário»)

Os partidos

«A greve geral mereceu dos partidos políticos, uma apreciação sobre os seus efeitos e resultados.

Assim, para o PS, «a dimensão e o impacto da greve geral impõem a necessidade de o Governo rever a sua proposta de leis laborais», acrescentando, em nota do seu Gabinete de Imprensa, que «o diálogo e não a arrogância têm que ser a resposta ao maior protesto social jamais ocorrido em Portugal», pois, sublinha, «o Governo não pode comprometer para o futuro, o princípio da concertação social». Para o PS, «Cavaco Silva não pode continuar a confundir autoridade com rigidez e legitimidade com verdade».

Por seu lado, o **Comité Central do PCP**, na nota do respectivo Secretariado, afirma que, «registando uma extraordinária adesão, envolvendo os mais diversos sectores da actividade económica e atingindo amplitude nacional, a greve geral constitui, sem margem para dúvidas, uma grande vitória dos trabalhadores portugueses e uma poderosa afirmação da força da sua unidade, vontade e determinação combativa», acrescentando, mais adiante, que «esse sucesso» traduz a completa e radical rejeição, pelos trabalhadores, do retrógrado e iníquo pacote laboral (...).

Quanto ao PRD, a greve geral, «na actual situação política, foi um êxito quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos», sublinhando que «as atitudes intimidatórias não surtiram os efeitos desejados pelo Governo». No seu comunicado, o PRD realça o facto «de as duas centrais sindicais terem sabido ultrapassar divergências para se unirem nesta importante jornada de luta», acrescentando que «esta greve geral foi tão oportuna quanto necessária (...)

Por sua vez, o CDS acusou o Governo de ser «em larga medida», responsável pela «crescente crispação que se vive na sociedade portuguesa e que conduziu à greve geral». O comunicado do CDS sublinha que, em consequência desta iniciativa convergente da UGT e da CGTP, «o Governo vê comprometida a sua política de concertação social, com evidentes prejuízos para o País». No mesmo comunicado, o CDS «congratula-se com o comportamento da maioria dos Portugueses, que a ela não aderiu».

Finalmente a UDP, também em comunicado à Imprensa, considera que a greve geral «constituiu um êxito sem precedentes, com graus

de adesão absolutamente invulgares, que fica na História por ter sido a primeira até agora convocada em simultâneo pela CGTP e UGT, paralisando os sectores fundamentais da vida económica do País».

(«Diário de Notícias»)

«Os Verdes consideram, pelo seu lado, que «a elevada adesão a esta acção cívica de protesto confirma e reforça a rejeição pelos trabalhadores da política profundamente desumana e anti-social do Governo e em particular a rejeição do pacote laboral».

Também este partido sublinha «o elevado espírito de unidade e determinação» demonstrado pelos trabalhadores...».

«O PSD foi o único partido que, enquanto tal, não tomou uma posição pública. Apenas conseguimos uma declaração individual do líder parlamentar Correia Afonso de teor idêntico às proferidas pelos membros do Governo.

«Andei pela cidade — disse o líder parlamentar do PSD e não notei qualquer alteração significativa a não ser nos transportes».

(«o diário»)

O Primeiro-Ministro

«Ao longo do dia, o «refrão» seria repetido sem cessar por Cavaco Silva, sempre que, para tal, os jornalistas lhe davam oportunidade. «Se isto é uma greve geral, francamente não a notei», disse, no Porto, quando se preparava para uma série de programadas visitas a empresas que, de antemão, se sabia que não paralisariam de forma significativa.

Mas uma «surpresa» alteraria os planos do chefe do Governo: a EFACEC — incluída na lista — parou a 90 por cento e, de imediato, foi riscada da lista. Em vez disso, dirigiu-se ao distrito de Setúbal para uma breve deslocação a três empresas que também registavam baixos índices de adesão à greve geral.

«Vi autocarros passar, o pequeno-almoço estava ótimo, o pão quente e o leite também. As pessoas circulavam como em qualquer outro dia para os seus empregos. Onde está a greve-geral?», perguntava o Primeiro-Ministro, ontem de manhã, no Porto, horas antes de, a caminho de Pedras Rubras, ser apupado por trabalhadores em greve que se concentravam junto à estrada.

(«Diário de Lisboa»)

«De manhã, o Primeiro-Ministro visitou a Portucel em Vila do Conde, no âmbito de uma deslocação de dois dias ao Norte do País, subitamente interrompida ao fim da manhã, sem que fosse dada qualquer explicação.

Uma parte do programa do chefe do Executivo terá ficado por cumprir, embora não seja fácil concretizar, pois todas as fontes oficiais por nós contactadas não souberam dar indicações precisas sobre o programa. Esperava-se, nomeadamente, que o Primeiro-Ministro andasse num dos autocarros dos STCP, consoante prometera na véspera, na Póvoa de Varzim, e que visitasse mais algumas unidades industriais. Todas as expectativas foram assim goradas.»

(«Diário de Notícias»)

«O Primeiro-Ministro montou um cenário e mentiu». Disse que na Salvador Caetano, onde Cavaco esteve pela manhã, se estava a trabalhar normalmente quando, segundo Carvalho da Silva, «dos 1200 trabalhadores da empresa apenas 450 estavam a laborar».

(«o diário»)

Damas

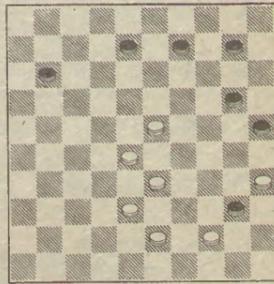
CXLVII — 31 de Março de 1988

Proposição N.º 147

Por: M. Lecomte, Fr., 1957

Pr.: [7]:8-9-10-11-20-25-40

Br.: [7]:23-28-33-35-38-43-44



Jogam as brancas e ganham

**

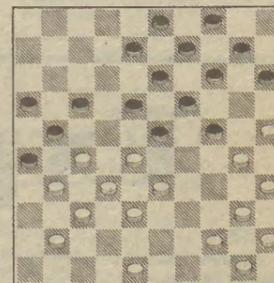
Golpe N.º 147

Por: M. Lecomte (Amiens)

«L'Effort» n.º 51, Nov./Dez., 1956

Pr.: [16]:3-4-8-9-10-13-14-15-16-17-18-19-21-23-24-26

Br.: [16]:25-27-28-30-31-32-33-35-37-38-40-41-44-45-48-50



Golpe executado em partida!
Jogam as brancas e fazem dama.

**

Soluções do N.º CXLVII

N.º 147 (ML): 28-22 (40x49=D); 35-30 (25x34) 43-39! (49x29) 33x2=D (34x43) 2x49+.

Golpe N.º 147 (ML): 25-20 (14x34) 40x20 (15x24) 35-30 (24x35) 33-29 (23x34) 28-22 (17x28) 32x5=D (21x43) 48x30 B+.

■ A. de M.M.

Xadrez

CXLVII

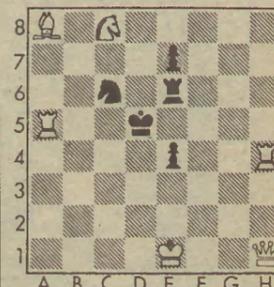
31 de Março de 1988

Proposição N.º 147

Por: Arnold Ellerman

«Good Companion», 1916

Pr.: [5]: Ps.64,67-C66-T66-Rd5
Br.: [7]: Cd8-Bs.a8,c5-Ts.a5,h4-Dh1-R61



Mate em dois lances

Jogo N.º 147

Torneio de Linares/Março, 1988

Br.: Chandler

Pr.: Nikolic

1. e4, e5; 2. Cf3, Cc6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0, Bc7; 6. Td1, b5; 7. Bb3, 0-0; 8. c3, d6; 9. h3, Cd7; 10. d4, Bf6; 11. a4, Ca5; 12. Bc2, Cb6; 13. b4, Caç4; 14. a5, Cd7; 15. Bb3, e:d4; 16. c:d4, ç5; 17. Bf4, ç:b4; 18. Cbd2, d5; 19. e:d5, C:a5; 20. Bd6, C:b3; 21. D:b3, T:e8; 22. Tç7, T:e1+; 23. T:e1, Df8; 24. Cç4, a5; 25. Dd3, a4; 26. Bd6, Dd8; 27. B:b4, Ba6; 28. Cd6, Dç7; 29. Df5, g6; 30. Df4, Tf8; 31. Cç5, Cb6; 32. Cç4, Bd8; 33. Ch6+, Rç7; 34. Cd5+ e Pr. abandonam.

Solução do N.º 147

Chave: 1. Df3! blocus!

1. D:f3+; 2. Bç3++

1. Tç6; 2. Dç3++

1. Rç4; 2. Cb6++

1. Rç5; 2. Th5++

■ A. de M.M.